



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE – UFF
INSTITUTO DE BIOLOGIA – IB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
CIÊNCIAS, TECNOLOGIAS E INCLUSÃO – PGCTIn

JAQUELINE LUNA DE OLIVEIRA DA ROCHA

A ATUAÇÃO DO TRADUTOR INTÉRPRETE DE LIBRAS NO MESTRADO DO
INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS - INES: problemáticas e
caminhos possíveis.

ORIENTADOR: ANA REGINA E SOUZA CAMPELLO



NITERÓI
2025

JAQUELINE LUNA DE OLIVEIRA DA ROCHA

**A ATUAÇÃO DO TRADUTOR INTÉRPRETE DE LIBRAS NO MESTRADO DO
INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS - INES: problemáticas e
caminhos possíveis.**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências, Tecnologias e Inclusão – PGCTIn, da Universidade Federal Fluminense – UFF, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Ciências, Tecnologias e Inclusão.

Orientação: Profa. Dra. Ana Regina e Souza Campello.

NITERÓI

2025

Ficha catalográfica automática - SDC/BCV
Gerada com informações fornecidas pelo autor

D111a Da Rocha, Jaqueline Luna de Oliveira
A ATUAÇÃO DO TRADUTOR INTÉRPRETE DE LIBRAS NO
MESTRADO DO INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS -
INES:
problemáticas e caminhos possíveis. / Jaqueline Luna de Oliveira Da
Rocha. - 2025.
152 f.: il.

Orientador: Ana Regina E Sousa Campello.
Tese (doutorado)-Universidade Federal Fluminense, Instituto de
Biologia, Niterói, 2025.

1. Tradutores e Intérpretes de Libras. 2. Educação bilíngue de
surdos. 3. Pós-graduação stricto sensu. 4. Mediação linguística. 5.
Produção intelectual. I. E Sousa Campello, Ana Regina, orientadora. II.
Universidade Federal Fluminense. Instituto de Biologia. III. Título.

CDD - XXX

Bibliotecário responsável: Debora do Nascimento - CRB7/6368

JAQUELINE LUNA DE OLIVEIRA DA ROCHA

**A ATUAÇÃO DO TRADUTOR INTÉRPRETE DE LIBRAS NO MESTRADO DO
INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS - INES: problemáticas e
caminhos possíveis.**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências, Tecnologias e Inclusão – PGCTIn, da Universidade Federal Fluminense – UFF, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor(a) em Ciências, Tecnologias e Inclusão.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Ana Regina e Souza Campello – PGCTIn/UFF (Orientador(a)/Presidente)

Profa. Dra. Edicleia Mascarenhas Fernandes PGCTIn / UFF

Profa. Dra. Helena Carla Castro Rangel – GCM/UFF

Profa. Dra. Heloise Gripp Diniz – DLL/UFRJ

Profa. Dra. Osilene Maria de Sá e Silva da Cruz PGCTIn / UFF

Profa. Dra. Suzete Araujo Oliveira Gomes PGCTIn / UFF

Prof. Dr. Luiz Antônio Botelho Andrade PGCTIn / UFF (1º membro suplente)

Prof. Dr. Thiago Correa Lacerda PGCTIn/UFF/IFRJ (2º membro suplente e revisor).



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE BIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
CIÊNCIAS, TECNOLOGIAS E INCLUSÃO – PGCTIn

46ª ATA DEFESA DE TESE DE DOUTORADO

No dia dezoito do mês de dezembro de 2025, às 14h reuniu-se para a defesa de tese de **JAQUELINE LUNA DE OLIVEIRA DA ROCHA**, sob a orientação da Profa. Dra. Ana Regina e Souza Campello e a Comissão Examinadora os membros titulares: Edicleia Mascarenhas Fernandes (PGCTIn / UFF), Helena Carla Castro Rangel (CGM / UFF), Heloise Gripp Diniz (DLL / UFRJ), Osilene Maria De Sá e Silva da Cruz (PGCTIn / UFF), Suzete Araujo Oliveira Gomes (PGCTIn / UFF), e membros suplentes: Luiz Antônio Botelho Andrade (PGCTIn / UFF) e Thiago Correa Lacerda (IFRJ / PGCTIn), sob o Título: **“A ATUAÇÃO DO TRADUTOR INTÉRPRETE DE LIBRAS NO MESTRADO DO INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS - INES: problemáticas e**

caminhos possíveis.”, requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Ciências, Tecnologias e Inclusão, área de concentração em Ensino. Em sessão aberta a candidata teve a oportunidade de expor o trabalho, e uma vez encerrada a apresentação, a Presidente da Banca iniciou os trabalhos de arguição de forma virtual. Após arguição oral da candidata e deliberação, a banca decidiu pela: **APROVAÇÃO** com nota: **10,0 (dez virgula zero)**

[x] Aprovação com entrega do documento corrigido no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco dias) dias.

[] Aprovação com restrições condicionada ao atendimento das exigências e sugestões da banca (vide anexo) com entrega do documento corrigido no prazo máximo de _____ dias.

[] Reprovação. Nos termos do Regulamento Geral dos Cursos de Pós-Graduação desta Universidade foi lavrada a presente ata, lida e julgada conforme, vai assinada pelos membros da Banca Examinadora.

Banca Examinadora:

	DOCENTES Membros Titulares	
1º Membro (presidente)	ANA REGINA E SOUZA CAMPELLO PGCTIn / UFF	 Documento assinado digitalmente ANA REGINA E SOUZA CAMPELLO Data: 13/01/2026 10:54:49-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br
2º Membro (Interno)	EDICLEIA MASCARENHAS FERNANDES PGCTIn / UFF	 Documento assinado digitalmente EDICLEIA MASCARENHAS FERNANDES Data: 05/01/2026 07:10:11-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br
3º Membro (Externo)	HELENA CARLA CASTRO RANGEL CGM / UFF	 Documento assinado digitalmente HELENA CARLA CASTRO CARDOSO DE ALMEIDA Data: 01/01/2026 12:33:51-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br

4ºMembro (Externo)	HELOISE GRIPP DINIZ DLL / UFRJ	 Documento assinado digitalmente HELOISE GRIPP DINIZ Data: 26/12/2025 15:16:14-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br
5ºMembro (Interno)	OSILENE MARIA DE SÁ E SILVA DA CRU PGCTIn / UFF	 Documento assinado digitalmente OSILENE MARIA DE SA E SILVA DA CRUZ Data: 29/12/2025 20:42:03-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br
6º Membro (Interno)	SUZETE ARAUJO OLIVEIRA GOMES PGCTIn / UFF	 Documento assinado digitalmente SUZETE ARAUJO OLIVEIRA GOMES Data: 12/01/2026 10:58:55-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br
	DOCENTES Membros Suplentes	
1º Membro Suplente do PGCTIn	LUIZ ANTÔNIO BOTELHO ANDRADE PGCTIn / UFF	 Documento assinado digitalmente LUIZ ANTONIO BOTELHO ANDRADE Data: 13/01/2026 08:56:31-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br
2º Membro e Revisor	THIAGO CORREA LACERDA PGCTIn/UFF/IFRJ	 Documento assinado digitalmente THIAGO CORREA LACERDA Data: 12/01/2026 23:54:11-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br

DEDICATÓRIA

A minha mãe Fatima Raimunda Luna de Oliveira que segue sendo minha maior inspiração.

Ao meu marido, Julio Cesar Antunes da Rocha, por estar ao meu lado em todos os momentos com paciência, cuidado e companheirismo. Sua presença foi abrigo nos dias difíceis e impulso nos dias de conquista.

Ao meu filho, Lucas Luna Barbosa, que, com sua sensibilidade e palavras de incentivo, me encorajou a seguir em frente mesmo quando o caminho parecia longo demais. Obrigada por acreditar em mim.

Essa conquista também é de vocês.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Fatima Raimunda Luna de Oliveira, ou como gostava se ser reconhecida, Fátima Raimunda Uzeda Luna, por ter sido, em toda a sua existência, minha maior inspiração. Sua força diante das adversidades e seu orgulho pelo sobrenome materno que carregava são legados que guardo com amor e gratidão. Somos Luna e carregamos em nossos corpos nossa grandiosidade e força.

Ao meu marido, Julio Cesar Antunes da Rocha, pelo companheirismo inabalável, pela presença constante e pelo amor que me sustenta nos dias bons e nos desafiadores.

Ao meu filho, Lucas Luna Barbosa, cuja existência por si só já me inspira. Sua luz, seu afeto e sua confiança em mim foram combustível silencioso durante toda essa jornada.

À minha irmã, Soraya Luna de Oliveira Isaias, que nunca deixa de expressar seu orgulho por mim, sendo sempre uma voz de encorajamento e afeto.

Ao meu pai, Jurandyr Sebastião de Oliveira, que, com seu largo sorriso, acolhe e celebra cada uma de minhas conquistas, fazendo-se presente em cada etapa deste caminho.

Aos meus irmãos Victória Oliveira, Nicole Oliveira e Jefferson Oliveira por todo amor que me dão.

À minha querida amiga e dupla de trabalho, Adriana Lopes do Espírito Santo, que me incentivou a dar o passo inicial rumo ao Doutorado, alimentando minha coragem com sua inquietude intelectual e entusiasmo por desbravar novos caminhos.

À minha orientadora, Ana Regina e Souza Campello, por ter aceitado, sem hesitação, meu pedido de orientação. Sua presença atenta, sua generosidade e seu profundo compromisso com a Educação de Surdos foram fundamentais para a construção crítica e sensível desta pesquisa, sem você comigo eu jamais teria chegado até aqui.

Ao Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), instituição que tem atravessado gerações em minha família, onde minha avó materna, Grasiela Uzeda Luna, atuou como inspetora de alunos, onde meus pais foram ex-alunos internos e onde, hoje, atuo como servidora Tradutora e Intérprete. O INES não é apenas meu

local de trabalho: é também território afetivo, de pertencimento e de compromisso com uma educação pública, bilíngue e de qualidade.

A todas essas presenças, minha gratidão profunda, por cada gesto, palavra e companhia que me trouxeram até aqui.

SUMÁRIO

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
1.2 Trajetória Pessoal e Profissional	15
1.3 Entre a Teoria e a Prática: a formação e desafios dos tradutores e intérpretes de Libras.....	18
1.4 Motivação e Justificativa.....	23
1.5 Problema da Pesquisa	25
2 OBJETIVOS.....	26
2.1 OBJETIVO GERAL	26
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	26
3 REFERENCIAL TEÓRICO.....	27
3.1 Fundamentos Teóricos e Epistemológicos da Tradução e Interpretação em Libras.....	27
3.1.2 Tradução E Interpretação De Libras, Entrelaçamento Equivocado. ...	31
3.1.3 Panorama Histórico Da Mediação Em Libras: Práticas E Discursos Institucionais.....	38
3.1.4 Entre História E Formação: O Papel Do INES Na Construção Da Educação Bilíngue E Na Atuação Dos TILSP.	40
3.1.5 A Mediação Linguística No PPGEB/DESU-INES: Limites Estruturais E Implicações Para O Bilinguismo.....	42
3.1.6 A Lei nº 10.436/2002 e o Decreto nº 5.626/2005.....	53
3.1.7 A Regulamentação Da Profissão De Tradutor E Intérprete De Libras: Análise Das Leis nº 12.319/2010 (Brasil, 2010) e nº 14.704/2023 (Brasil, 2023). 58	
3.1.8 Educação Bilíngue De Surdos E Políticas Educacionais.	61
3.2.3 Perspectivas Teóricas e Desafios na Formação dos TILSP: entre práticas institucionais e demandas contemporâneas.	79
3.2.4 Convergências e Tensões na Formação dos TILSP: uma análise à luz da literatura acadêmica.	79
3.2.5 Formação E Qualificação: Tensões Entre Expectativa E Realidade... 81	
3.2.6 Formação continuada e práticas colaborativas: reflexões e caminhos possíveis para a qualificação dos TILSP.....	83
3.2.7 Síntese Crítica: trajetórias, desafios e potencialidades na atuação dos tradutores e intérpretes de Libras-Língua Portuguesa.	85
4. MATERIAIS E MÉTODOS	88
4.2 Critérios de Seleção e Fonte.....	89
4.3 Justificativa metodológica dos objetivos específicos	89

5. ANÁLISE DE DADOS	91
5.1 Análise do Artigo de Lemos (2011) - O Tradutor e Intérprete de Libras/Língua Portuguesa no Ensino Superior: Contexto de Sala de Aula Bilíngue	91
5.2 Análise do Trabalho de Conclusão de Curso de Alves (2017) - A Atuação do Intérprete de Libras/Português Educacional no Departamento de Ensino Superior do Instituto Nacional de Educação de Surdos – DESU/INES.	94
5.3 Análise da Dissertação de Mestrado de Lemos (2019) - Narrativas de Conflito com Alunos Surdos e Intérpretes de Libras nas Relações com a Família, Escola e Atividades Profissionais.....	98
5.4 Análise do Artigo de Antonio, Kelman e Mota (2020) – Convergências e Divergências do Perfil do TILSP na Educação Básica e Superior.....	100
5.5 Análise a dissertação de mestrado de Rangel (2022) – o tradutor intérprete de Libras no curso de pedagogia bilíngue do instituto nacional de Educação de Surdos: olhares e vivências, o bilinguismo em pauta.....	103
5.6 Análise do novo regimento interno do INES sobre a atuação dos TILSP.	106
6. RESULTADOS e DISCUSSÃO.....	109
6. 1 Discussão Teórico-Analítica dos Resultados.....	110
6. 2 Comparativo entre os trabalhos	112
6. 3 O PPGEB e a Permanência dos Desafios da Graduação: Entre a Continuidade e a Complexificação	114
6. 4 Regimento Interno do INES: Normatizações e Distanciamentos	115
6. 5 A Mediação Tradutória e de Interpretação no PPGEB: Entre a Teoria e a Resistência.....	117
6. 6 Planejamento Conjunto e Qualidade da Interpretação	120
6. 7 Ética Interpretativa e Coautoria Discursiva	123
6. 8 Síntese Interpretativa dos Resultados	125
6. 9 Possibilidades Estratégicas para a Qualificação da Mediação Linguística no Ensino Superior: A Quali-Estratégia aos TILSP.	126
6. 9.1 Fortalecimento das Políticas Institucionais de Acessibilidade Linguística.	128
6. 9.2 Valorização da Formação e do Planejamento Colaborativo.	130
6. 9.3 Consolidação de Práticas Éticas e Sensíveis na Interpretação Acadêmica.....	132
6. 9.4 Por uma Mediação Comprometida com a Equidade Linguística.....	133
6.9.5 Por uma Responsabilidade Compartilhada: Mediação, Política e Pesquisa em Movimento.	135
6.9.6 Compromissos Institucionais e a Urgência de Responsabilidade Coletiva.	135
6.9.7 A Tese como Provocação Crítica e Horizonte de Possibilidades.....	136

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	138
8. CONCLUSÕES E TRABALHOS FUTUROS.....	139
REFERÊNCIAS	141

LISTA DE ABREVIATURAS

CCE – Código de Conduta e Ética

CODA – *Children of Deaf Adults* (Filhos de pais surdos)

DESU – Departamento de Ensino Superior

FEBRAPILS – Federação Brasileira das Associações de Profissionais Tradutores, Intérpretes e Guia-Intérpretes de Língua de Sinais

INES – Instituto Nacional de Educação de Surdos

Libras – Língua Brasileira de Sinais

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

PGCTIn – Programa de Pós-Graduação em Ciências, Tecnologias e Inclusão

PPGCTIn – Programa de Pós-Graduação em Ciências, Tecnologias e Inclusão (nível doutorado, UFF)

PPGEB – Programa de Pós-Graduação em Educação Bilíngue

PROLIBRAS – Exame Nacional de Proficiência em Libras

TILSP – Tradutor e Intérprete de Libras – Língua Portuguesa

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UFF – Universidade Federal Fluminense

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Desbalanceamento na responsabilidade e gestão	29
Figura 2 - Produção de material acessível em Libras como prática ampliada de mediação do TILSP	45
Figura 3 - Segmentação e serialização da tradução em Libras como prática ampliada de mediação do TILSP	45
Figura 4 - Infraestrutura institucional para produção de materiais acessíveis em Libras no DESU/INES	47
Figura 5 - Organização do trabalho e distribuição de responsabilidades na produção de materiais acessíveis em Libras	50
Figura 6- Linha do Tempo dos marcos legais da Libras	52
Figura 7 - A mediação interpretativa como relação dialógica: o intérprete como elo e não como eco	70
Figura 8 - Nuvem de palavras do trabalho de Lemos (2011)	95
Figura 9 - Nuvem de palavras do trabalho de Alves (2017)	98
Figura 10 - Nuvem de palavras do trabalho de Lemos (2019)	101
Figura 11 - Nuvem de palavras do trabalho de Antonio, Kelman e Mota (2020)	104
Figura 12 - Nuvem de palavras do trabalho de Rangel (2022)	106
Figura 13 - Nuvem de palavras referente ao Regimento Interno do INES	110
Figura 14 - Mapa Conceitual - Achados da Pesquisa	112
Figura 15 - Representação de mediação linguística	123

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Quantitativo de docentes no PPGEB – 2019	43
Tabela 2 - Quadro comparativo – Trabalhos analisados	113
Tabela 3 - Comparativo entre as Normativas do Regimento Interno do INES e os Achados da Pesquisa	118

RESUMO

A formação e a atuação dos Tradutores e Intérpretes de Libras–Português (TILSP) têm sido amplamente discutidas no campo acadêmico desde a regulamentação da profissão. No entanto, persiste um hiato entre as diretrizes legais, as condições institucionais e as práticas profissionais efetivamente observadas, especialmente no âmbito da pós-graduação *stricto sensu* do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), ainda pouco explorado pelas pesquisas da área.

Nesse contexto, este estudo investiga como se configura a atuação dos TILSP na pós-graduação *stricto sensu* do INES e em que medida as condições institucionais asseguram práticas qualificadas de mediação linguística compatíveis com a complexidade desse nível acadêmico. A pesquisa apresenta caráter qualitativo, de natureza bibliográfica e documental, analisando legislações específicas, documentos institucionais e produções acadêmicas sobre interpretação no ensino superior, com ênfase em estudos desenvolvidos no próprio INES. O recorte temporal (2013–2022) permite mapear avanços, descompassos e tensões entre políticas e práticas no processo de consolidação da atuação dos TILSP nesse contexto.

Os resultados evidenciam que a atuação dos TILSP na pós-graduação é atravessada por múltiplas camadas de complexidade, envolvendo ausência de planejamento conjunto com docentes, fragilidades na política linguística institucional e precarização das condições de trabalho, fatores que comprometem a qualidade da mediação e a equidade no acesso ao conhecimento científico. Conclui-se que, embora o INES ocupe posição histórica de protagonismo na educação de surdos, a consolidação de diretrizes institucionais específicas para os TILSP da pós-graduação constitui condição indispensável para a efetivação plena do direito à educação bilíngue em contextos de elevada exigência acadêmica.

PALAVRAS-CHAVE: Tradutores e Intérpretes de Libras; Educação bilíngue de surdos; Pós-graduação *stricto sensu*; Mediação linguística; Políticas linguísticas institucionais.

ABSTRACT

The education and professional practice of Brazilian Sign Language–Portuguese translators and interpreters (TILSP) have been widely discussed in academic literature since the regulation of the profession. However, a persistent gap remains between legal guidelines, institutional conditions, and the professional practices effectively observed, particularly within the context of the *stricto sensu* graduate programs of the National Institute of Deaf Education (INES), a field still insufficiently explored by research in the area.

In this context, this study investigates how the work of TILSP is configured in the *stricto sensu* graduate programs at INES and to what extent institutional conditions ensure qualified linguistic mediation practices consistent with the complexity of this academic level. The research adopts a qualitative approach, of bibliographic and documentary nature, analyzing specific legislation, institutional documents, and academic productions on interpretation in higher education, with emphasis on studies developed at INES itself. The temporal scope (2013–2022) allows the mapping of advances, mismatches, and tensions between policies and practices in the consolidation of TILSP professional activity in this context.

The findings indicate that the performance of TILSP in graduate education is permeated by multiple layers of complexity, including the absence of collaborative planning with faculty members, weaknesses in institutional language policy, and the precarization of working conditions—factors that directly compromise the quality of mediation and equity in access to scientific knowledge. It is concluded that, although INES occupies a historical position of prominence in deaf education, the consolidation of specific institutional guidelines for TILSP in graduate education constitutes an indispensable condition for the full realization of the right to bilingual education in contexts of high academic demand.

KEYWORDS: Brazilian Sign Language interpreters; Bilingual education for the deaf; *Stricto sensu* graduate studies; Linguistic mediation; Institutional language policies.

1. INTRODUÇÃO

Em um país que ostenta avanços legislativos em prol da inclusão, mas mantém estruturas educacionais marcadas pela precariedade, contradições e invisibilizações, torna-se urgente lançar luz sobre os bastidores da acessibilidade linguística, especialmente nos espaços onde se deveria produzir conhecimento crítico e emancipador. A atuação dos Tradutores e Intérpretes de Libras e Língua Portuguesa (TILSP)¹ na pós-graduação, tanto Lato quanto stricto sensu, é um desses bastidores. Invisível aos olhos da maioria, mas essencial para garantir a participação efetiva de estudantes surdos em ambientes de alta complexidade acadêmica, esse campo revela desafios que ultrapassam a técnica e adentram as esferas do ético, do político e do institucional. Como adverte Lacerda (2012, p. 131), “não basta garantir a presença física do intérprete de Libras nas instituições de ensino, é preciso garantir a qualidade dessa mediação linguística e sua integração às práticas pedagógicas”.

O presente trabalho emerge da escuta atenta a essas experiências e da necessidade de problematizar uma prática profissional constantemente tensionada entre a mediação e a invisibilidade, entre o pertencimento e a exclusão. Se, por um lado, a legislação brasileira reconhece o direito à educação bilíngue de pessoas surdas, bem como à acessibilidade linguística nos diferentes níveis de ensino, e o exercício profissional do TILSP (Lei nº 12.319/2010; Lei nº 14.704/2023), por outro, ainda são escassos os estudos que analisem as condições reais de atuação desses profissionais na pós-graduação. Mais que cumprir uma função instrumental, os intérpretes são convocados a existir com o outro, traduzindo saberes, subjetividades e silêncios em contextos muitas vezes despreparados para acolhê-los. Como observa Pereira (2016, p. 185), “o trabalho do intérprete educacional é atravessado por múltiplos papéis e expectativas institucionais que nem sempre reconhecem sua dimensão formativa e ética”.

A literatura especializada que analisa a atuação dos Tradutores e Intérpretes de Libras e Língua Portuguesa (TILSP) aponta avanços significativos desde a regulamentação da Libras e da profissão, sobretudo no que se refere à presença desses profissionais na educação básica e no ensino superior de graduação (Quadros, 2004; Lacerda, 2012; Belém, 2010). Nesses estudos, a mediação linguística é frequentemente

¹ Nesta pesquisa, o termo Tradutores e Intérpretes de Libras–Língua Portuguesa (TILSP) refere-se aos profissionais ouvintes que atuam na mediação entre Libras e Língua Portuguesa. Reconhece-se, contudo, a atuação de tradutores e intérpretes surdos em diferentes áreas e contextos, cuja presença e contribuição são fundamentais para o campo da tradução e interpretação em línguas de sinais.

examinada sob perspectivas pedagógicas, éticas e linguísticas, destacando a importância do planejamento conjunto com docentes, do domínio das línguas envolvidas e da garantia de condições mínimas de trabalho ao intérprete. Embora esse corpo teórico seja relevante para a consolidação da área, observa-se que grande parte das pesquisas ainda apresenta caráter descritivo e se mantém restrita a contextos de escolarização inicial e intermediária.

Contribuições internacionais fornecem elementos essenciais para compreender a complexidade inerente ao trabalho interpretativo. Roy (2000) e Wadensjö (1998) caracterizam a interpretação como um processo discursivo interacional, em que o intérprete desempenha papel coautor na construção dos sentidos. Napier (2006) aponta para o desafio da tradução em domínios especializados, evidenciando a necessidade de preparo prévio, familiaridade com terminologias e tomada de decisão linguística altamente qualificada. Nesse sentido, tais autores ressaltam que a mediação não pode ser reduzida a uma operação técnica de equivalência entre línguas, mas exige responsabilidade epistêmica em contextos de produção e circulação do conhecimento.

No ensino superior, a demanda por práticas interpretativas complexas se intensifica em razão da diversidade de gêneros acadêmicos e do alto grau de abstração conceitual, aulas expositivas, seminários, bancas, orientações, apresentações científicas, entre outras situações. Pesquisas nacionais e institucionais (Santos, 2018; Souza; Campello, 2019) reforçam a necessidade de condições institucionais que assegurem não apenas a presença física do intérprete, mas sua preparação para uma atuação coesa aos objetivos pedagógicos e científicos. Contudo, a literatura demonstra que a mediação linguística na pós-graduação *stricto sensu* ainda constitui um campo incipiente, com poucos estudos dedicados à análise sistematizada dessa prática profissional.

Nesse contexto, evidencia-se uma lacuna relevante no conhecimento científico sobre a atuação dos TILSP em programas de pós-graduação. Mesmo instituições de referência na educação bilíngue, como o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), carecem de estudos aprofundados que abordem os atravessamentos estruturais, éticos e linguísticos envolvidos nesse nível acadêmico. Assim, o ineditismo desta tese reside em investigar a mediação linguística realizada pelos TILSP no Programa de Pós-Graduação em Educação Bilíngue do Instituto Nacional de Educação de Surdos (PPGEB/INES), considerando o impacto das políticas institucionais, da organização do trabalho e das práticas acadêmicas na efetivação do direito linguístico de estudantes surdos à educação superior de alta complexidade.

Esta tese, portanto, não se propõe a oferecer respostas definitivas, mas a tensionar discursos prontos e propor reflexões situadas. Ao focar na atuação dos TILSP no Programa de Pós-Graduação em Educação Bilíngue (PPGEB) do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), busca-se compreender os atravessamentos que configuram essa prática: das políticas institucionais à ética da mediação, dos limites estruturais às potências da coautoria interpretativa. Tal como destaca Belém (2010, p. 22), “é preciso conhecer bem sobre aquilo que se interpreta para que as escolhas lexicais sejam as mais adequadas possíveis e que, na língua meta, os conteúdos sejam apresentados de modo a fazer sentido para os interlocutores”.

Mais que uma investigação acadêmica, este trabalho é também uma provocação: como garantir o direito à educação superior de qualidade para estudantes surdos se não reconhecemos a centralidade e a complexidade da mediação linguística nesse processo? Como sustentar um discurso de inclusão sem assegurar aos intérpretes condições de trabalho, formação continuada e participação nos espaços decisórios? É entre essas perguntas e os caminhos possíveis que esta tese se constrói, assumindo que, como defende Skliar (1998, p. 52), “não se trata de incluir o outro em nossos moldes, mas de reinventar a escola a partir do reconhecimento da diferença como valor constitutivo”. Nesse sentido, a diferença a que se refere Skliar compreende não apenas aspectos pedagógicos, mas sobretudo dimensões culturais e linguísticas que constituem as identidades surdas e desafiam modelos educacionais homogeneizantes.

1.2 TRAJETÓRIA PESSOAL E PROFISSIONAL

Sou mulher, preta, CODA (Child of Deaf Adults), filha ouvinte² de pais surdos, mãe de um jovem adulto e profissional apaixonada pela educação e pela luta por acessibilidade. Cresci em um contexto em que a Libras ainda não era reconhecida oficialmente como língua. No entanto, era por meio dela que as comunicações em minha casa se davam cotidianamente. Para mim, a Libras foi, e ainda é, o elo mais forte entre o mundo surdo dos meus pais e o meu mundo ouvinte.

Desde muito cedo, atuei como “intérprete familiar”. Na ausência de políticas públicas de acessibilidade e sem o reconhecimento institucional da profissão, os espaços sociais raramente contavam com intérpretes. Eu era a mediação entre meus pais e o mundo: em consultas médicas, reuniões escolares, atendimentos bancários e tantos

² O termo *ouvinte*, neste contexto, refere-se à condição audiológica da pessoa, indicando que não apresenta surdez, e não deve ser confundido com usos coloquiais do termo associados à participação em eventos ou certificações.

outros contextos onde seus direitos eram constantemente colocados à prova por uma sociedade que não reconhecia sua língua, tampouco a sua existência plena como cidadãos.

Minha trajetória profissional não começou na sala de aula. Percorri caminhos diversos antes de chegar aqui. Quando enfim comecei, a realidade me mostrou a complexidade da atuação como Tradutora e Intérprete de Libras – Língua Portuguesa (TILSP). A primeira vez que atuei formalmente como intérprete em uma escola pública foi marcada por inseguranças e inadequações. Apesar de dominar a Libras desde a infância, percebi que isso não bastava. A atuação profissional exige preparo técnico, formação continuada e um olhar pedagógico atento às singularidades da educação bilíngue.

Atuei como Tradutora e Intérprete de Libras em contextos variados, da esfera educacional à empresarial, passando por eventos artísticos e culturais, o que me permitiu transitar entre diferentes estilos discursivos, tempos e exigências de mediação. Essas experiências contribuíram de forma decisiva para minha constituição como profissional e para o desenvolvimento de estratégias linguísticas sensíveis às demandas de cada situação.

Em 2013, fui aprovada em concurso público para o cargo de Tradutora e Intérprete de Libras no Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), a mesma instituição onde meus pais estudaram e minha avó materna trabalhou como inspetora de alunos. Em dado período assumi a função de chefe da Divisão de Estudantes e, posteriormente, a Coordenação Administrativa Acadêmica do Departamento de Ensino Superior (DESU), espaços em que pude dialogar de forma direta com os desafios institucionais da acessibilidade e da permanência dos estudantes surdos no Ensino Superior. Foi nesse contexto que compreendi com mais profundidade as lacunas estruturais que comprometem a plena efetivação do direito linguístico, os entraves pedagógicos, a dificuldade de articulação com os pares, e de lidar com o outro.

Minha formação acadêmica é atravessada por escolhas inicialmente motivadas pela vontade de ter uma graduação, mas nada muito específico, nenhuma vontade que fizesse de fato pulsar minha alma, mas logo estar inserida no Ensino Superior se transformou em paixão pelo conhecimento. Sou graduada em Gestão Pública pela Faculdade Educacional da Lapa – FAEL, especialista em Libras pela Faculdade Venda Nova do Imigrante – FAVENI, mestre em Diversidade e Inclusão pela UFF. Foi por meio dessas vivências acadêmicas que reencontrei um sentido profundo para minha atuação

profissional. As leituras, as aulas e os encontros com colegas e docentes me fizeram enxergar a potência da pesquisa como ferramenta de transformação social.

Hoje, ao escrever esta tese, carrego comigo todas essas camadas de vivência: o corpo que interpreta, a mulher que resiste, a filha que aprendeu a amar a educação pelos gestos da mãe surda, a profissional que não quer apenas ocupar espaços, mas transformá-los. Minha pesquisa nasce de um desejo visceral de romper silenciamentos, denunciar práticas capacitistas e construir caminhos possíveis para uma educação bilíngue que não apenas inclua, mas pertença, de fato, às pessoas surdas.

Esta não é apenas a trajetória de uma pesquisadora. É a travessia de alguém que acredita que a acessibilidade é um direito, não uma concessão; e que a mediação linguística, quando feita com ética, sensibilidade e preparo, pode ser instrumento de emancipação e pertencimento. É com esse compromisso que sigo, como intérprete, pesquisadora e futura docente.

Minha vivência como TILSP, profundamente entrelaçada à minha história pessoal e institucional, foi o ponto de partida para inquietações que ganhariam corpo durante o mestrado. Foi a partir desse lugar de fala e escuta, construído entre a prática cotidiana e o desejo de transformação, que emergiu a necessidade de investigar mais profundamente os desafios da atuação dos intérpretes educacionais no Ensino Fundamental. O mestrado, portanto, não foi apenas uma etapa acadêmica, mas um processo de elaboração crítica das minhas próprias vivências profissionais.

À medida que essas experiências pessoais, profissionais e acadêmicas se entrelaçam, torna-se evidente que a minha trajetória não se configura apenas como um percurso biográfico, mas como um campo privilegiado de produção de questões teóricas e políticas. As vivências como filha de pais surdos, intérprete desde a infância, profissional da educação que já fez parte da equipe gestora em uma instituição historicamente vinculada à comunidade surda produziram inquietações que ultrapassam o plano da experiência individual e exigem elaboração conceitual, análise crítica e posicionamento científico. É nesse movimento, do vivido ao pensado, da prática à teoria, que esta pesquisa se inscreve. Assim, a reflexão que se segue busca compreender de que modo a atuação dos Tradutores e Intérpretes de Libras se estruturam no interior das instituições educacionais, quais desafios atravessam esse campo profissional e como essas condições impactam diretamente a efetivação do direito à educação bilíngue das pessoas surdas.

1.3 ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA: A FORMAÇÃO E DESAFIOS DOS TRADUTORES E INTÉRPRETES DE LIBRAS.

As reflexões apresentadas nesta seção têm origem no percurso investigativo desenvolvido durante o mestrado, que constituiu o alicerce teórico, político e metodológico desta pesquisa de doutorado. Embora o estudo anterior estivesse situado no contexto do Ensino Fundamental, as inquietações ali produzidas revelaram limites estruturais e formativos que se mantêm e, em muitos casos, se aprofundam, na atuação dos Tradutores e Intérpretes de Libras em contextos de maior complexidade acadêmica, como a pós-graduação *stricto sensu*. É a partir desse deslocamento de foco, do Ensino Fundamental para o Ensino Superior, que esta tese se constrói.

O principal objetivo da pesquisa foi investigar a atuação dos TILSP no segundo segmento do Ensino Fundamental de uma escola polo de Duque de Caxias, RJ. Durante a investigação, ficou evidente a falta de formação adequada entre esses profissionais e a inexistência de clareza quanto ao papel que desempenham nas instituições educacionais. Essa realidade, infelizmente, ainda persiste.

Os tradutores intérpretes de Libras (TILSP) podem atuar em diversos contextos, como em espaços culturais, jurídicos, de saúde e educacionais. No entanto, é imprescindível um maior aprofundamento sobre a formação e qualificação desses profissionais, especialmente para aqueles que atuam no setor educacional. O Decreto nº 5.626/2005 (Brasil, 2005) estabelece, no Capítulo V, Art. 17, que a formação de tradutores intérpretes de Libras-Língua Portuguesa deve ocorrer por meio de um curso superior de Tradução e Interpretação, com habilitação em Libras. Contudo, o decreto também prevê a possibilidade de atuação para aqueles com formação em nível médio, desde que possuam cursos de extensão universitária, de educação profissional ou de formação continuada, oferecidos por instituições de ensino superior ou credenciadas pelas secretarias de educação. Na prática, no entanto, o que se observou foi que, para a contratação desses profissionais, basta que eles possuam conhecimento em Libras, sem a exigência de uma qualificação mais aprofundada.

O referido documento, no Art. 19, faz distinção das séries que o TILSP poderá atuar, mediante seu grau de formação.

I - profissional ouvinte, de nível superior, com competência e fluência em Libras para realizar a interpretação das duas línguas, de maneira simultânea e consecutiva, e com aprovação em exame de proficiência, promovido pelo Ministério da Educação, para atuação em instituições de ensino médio e de educação superior;

II - profissional ouvinte, de nível médio, com competência e fluência em Libras para realizar a interpretação das duas línguas, de maneira simultânea e

consecutiva, e com aprovação em exame de proficiência, promovido pelo Ministério da Educação, para atuação no ensino fundamental;
III - profissional surdo, com competência para realizar a interpretação de línguas de sinais de outros países para a Libras, para atuação em cursos e eventos (Brasil, 2005).

Na prática, observa-se uma realidade contrária à mencionada anteriormente. Em diversas universidades públicas e instituições federais de ensino no Brasil, é possível encontrar TILSP com formação em nível médio atuando tanto na graduação quanto nos cursos de pós-graduação. Essa contradição desperta o interesse em compreender os motivos por trás dessa decisão. Será que as questões relativas ao papel e às especificidades do TILSP estão sendo adequadamente consideradas? Quando se flexibiliza a contratação de profissionais responsáveis por mediar as duas línguas presentes no ambiente, o diálogo e as interações entre pessoas surdas e ouvintes, a competência deixa de ser um aspecto relevante? Segundo Cruz (2016), a atuação do tradutor intérprete de Libras vai além do simples gosto e conhecimento da língua. Ela exige um profundo conhecimento cognitivo-linguístico para a realização do trabalho. Nesse contexto, como é possível justificar a presença de um profissional de nível médio para atender à demanda do Ensino Superior?

Para facilitar a reflexão sobre esses pontos iniciais, é importante esclarecer o que significa, de fato, ser um Tradutor Intérprete de Libras. De acordo com Quadros (2004), o intérprete de Libras é o profissional que domina tanto a língua de sinais quanto a língua falada do país e que possui qualificação para atuar como intérprete. Ele será responsável pela interpretação simultânea ou consecutiva do discurso, seja em Libras ou, no nosso caso, em língua portuguesa. Já sobre a tradução, Quadros e Segala (2015) afirmam que “a área da tradução de língua de sinais no Brasil se estabelece a partir da criação dos Cursos de Letras Libras, em 2006”.

Em 1988, a Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos (FENEIS) elaborou um documento que delineava as expectativas em relação à atuação do Tradutor e Intérprete de Libras. Já em 2005, com a promulgação do Decreto nº 5.626/2005 (Brasil, 2005), foi instituída oficialmente a possibilidade de certificação por meio do Exame Nacional de Proficiência em Libras, o PROLIBRAS, com o objetivo de avaliar a fluência, competência linguística e desempenho prático dos Tradutores e Intérpretes de Libras/Língua Portuguesa (TILSP), além de instrutores e professores bilíngues. O exame, coordenado pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), foi aplicado em todo o território nacional e contemplava duas etapas: uma prova teórica e uma avaliação prática filmada, simulando situações reais de interpretação e ensino. Essa

iniciativa visava suprir, de forma emergencial, a ausência de formação superior específica na área, garantindo a atuação de profissionais minimamente qualificados enquanto os primeiros cursos de Letras Libras não estavam plenamente consolidados.

Nesse contexto, a formação desses profissionais ocorria de maneira heterogênea, sendo constituída, majoritariamente, pela experiência prática, por cursos livres e formações promovidas por associações de surdos, bem como por trajetórias formativas na área da educação, como a Pedagogia.

Com a ampliação dos cursos superiores de Letras Libras, tanto na licenciatura quanto no bacharelado, a partir da segunda metade dos anos 2000, o Exame Nacional de Proficiência em Libras (PROLIBRAS) cumpriu sua função transitória no cenário educacional brasileiro. Sua última edição ocorreu em 2015, sendo encerrado formalmente em 2016, com a consolidação de políticas públicas voltadas à formação acadêmica dos Tradutores e Intérpretes de Libras/Língua Portuguesa (TILSP). O exame, coordenado pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), avaliava, por meio de provas teóricas e práticas, a fluência linguística e a competência de profissionais que atuavam como intérpretes, instrutores e professores de Libras, em um período em que ainda não havia oferta suficiente de cursos superiores na área.

Entretanto, a crença de que o domínio das línguas, por si só, garante a qualidade da tradução e da interpretação é um equívoco recorrente. A prática revela que muitos profissionais são contratados de forma precária, sem critérios rigorosos de formação. O que se observa, na maioria dos casos, é a exigência do mínimo previsto no Decreto nº 5.626/2005 (Brasil, 2005) ou seja, o ensino médio e uma comprovação genérica de conhecimento em Libras. Essa flexibilização tem sustentado a ideia equivocada de que, ao simplesmente saber se comunicar com uma pessoa surda, o indivíduo já está apto a atuar como intérprete profissional. Tal percepção desconsidera as complexidades do processo interpretativo, que envolve competências técnicas, éticas, pedagógicas e culturais fundamentais para a atuação qualificada dos TILSP.

A partir de meados dos anos 2000, diversos documentos passaram a indicar que a atuação dos intérpretes deveria também abranger os espaços educacionais, onde sua presença seria voltada à mediação comunicativa entre alunos surdos, professores e demais integrantes da comunidade escolar. No entanto, mesmo com essa ampliação, os perfis necessários para esse exercício profissional seguem pouco definidos e muitas vezes são desconsiderados nos processos de contratação.

Surge, então, uma questão fundamental: o que caracteriza, de fato, um intérprete educacional (IE)? Em pesquisa recente, observou-se que muitos profissionais escolhem atuar em escolas motivados pela percepção de que esse é o campo com maior oferta de vagas. Essa escolha, guiada pela disponibilidade de oportunidades e não pela identificação com o perfil da função, é preocupante. A ausência de formação específica compromete diretamente a qualidade da tradução e da interpretação, afetando a mediação do conhecimento e, conseqüentemente, a aprendizagem dos estudantes surdos. Como afirma Magalhães (2013), “O intérprete tem um papel importante no processo de ensino/aprendizagem dos surdos [...] ele é o canal comunicativo entre os surdos e as pessoas que lhes cercam.” A negligência com relação a esse aspecto gera inquietações nos estudos dedicados à atuação dos TILSP, especialmente quando se percebe que ainda prevalece a concepção equivocada de que as atividades de tradução e de interpretação são equivalentes e intercambiáveis, questão que será abordada ao longo deste trabalho.

A atuação dos TILSP em contextos acadêmicos mais avançados exige mais do que fluência na língua de sinais. Considerar apenas aspectos linguísticos é insuficiente. Por outro lado, atribuir toda a responsabilidade ao intérprete também não resolve a complexidade do problema. É necessário reconhecer que, em muitas instituições, há uma cultura do improviso e uma prática recorrente de flexibilização da legislação vigente. Nesse contexto, a responsabilização exclusiva do profissional é injusta e ineficaz, pois ignora as condições estruturais e institucionais que limitam a atuação qualificada desses trabalhadores.

A prática profissional dos TILSP, especialmente no contexto educacional, tem se revelado desafiadora. Frequentemente, esses profissionais têm suas atuações analisadas e comparadas entre si, sem que sejam consideradas as especificidades de cada contexto. Conforme orienta o Código de Conduta e Ética (CCE), da Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guia-Intérpretes de Língua de Sinais, FEBRAPILS³, no Art. 8º, “O TILSP e o GI não aceitarão uma prestação de serviços a que não se julguem qualificados, contudo, sua aceitação implica total responsabilidade moral pela seriedade da sua prestação” (FEBRAPILS, 2014).

³ Febrapils é uma entidade profissional autônoma, sem fins lucrativos ou econômicos, fundada em 22 de setembro de 2008, de duração indeterminada, com personalidade jurídica de direito privado, qualificável como de interesse público e pertencente ao território brasileiro.

Essa entidade tem a função de orientar, apoiar e consolidar as Associações de Tradutores, Intérpretes e Guia-intérpretes de Língua de Sinais, buscando realizar um trabalho de parceria em defesa dos interesses da categoria de tradutores, intérpretes e guia-intérpretes de língua de sinais (TILS).

Apesar dessa diretriz ética, existe uma lacuna entre o que é prescrito pela legislação e o que se pratica nas instituições. A recusa a uma demanda para a qual o intérprete não se considera qualificado pode ser interpretada como recusa ao trabalho, o que, por vezes, resulta em sanções administrativas. Essa contradição evidencia a tensão entre o ideal normativo e as condições reais enfrentadas pelos TILSP no cotidiano escolar e acadêmico.

Esse descompasso entre a legislação vigente e a realidade institucional pode ser observado também no âmbito da formação exigida para o exercício profissional. A Lei nº 13.146/2015 (Brasil, 2015), que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), apresenta um dispositivo que, se efetivamente cumprido, teria o potencial de minimizar muitos dos equívocos ainda observados nas contratações:

(...) § 2º II – os tradutores e intérpretes da Libras, quando direcionados à tarefa de interpretar nas salas de aula dos cursos de graduação e pós-graduação, devem possuir nível superior, com habilitação, prioritariamente, em Tradução e Interpretação em Libras. (BRASIL, 2015).

Contudo, essa diretriz legal raramente é aplicada de forma rigorosa. Na prática, a exigência de formação específica vem sendo fragilizada por mudanças legais e pela flexibilização dos critérios de contratação, sobretudo no serviço público. Para aprofundar esse debate, esta pesquisa parte da premissa de que muitos dos problemas enfrentados na atuação dos TILSP decorrem da desvalorização da formação profissional e do frequente descumprimento das normativas que regem essa atividade.

A oferta de formação para tradutores e intérpretes de Libras não é recente. Conforme aponta Lemos (2021), entre 1993 e 2020, foram contabilizados 27 anos de iniciativas voltadas à capacitação desses profissionais. Esse período permitiu significativos avanços nos campos dos Estudos da Tradução e da Interpretação de Línguas de Sinais, ampliando a compreensão sobre os papéis sociais, linguísticos e pedagógicos dos TILSP. Ainda assim, apesar do amadurecimento da área e do aumento das pesquisas sobre o tema, persiste uma grande distância entre o que é previsto em termos legais e formativos, e aquilo que, de fato, se concretiza nos espaços de trabalho.

Esse cenário torna-se ainda mais complexo quando se considera a ausência de um plano de carreira estruturado para os TILSP e a adoção, pelas instituições federais, de formatos de contratação que não valorizam adequadamente a qualificação técnica e acadêmica desses profissionais. Tais fragilidades reforçam a urgência de revisões nas políticas públicas, na prática institucional e na própria cultura organizacional que ainda

naturaliza a precarização dessa função essencial à inclusão educacional de estudantes surdos.

1.4 MOTIVAÇÃO E JUSTIFICATIVA

Este trabalho dá continuidade à investigação realizada durante o Mestrado no CMPDI/UFF, no qual foram identificadas contradições significativas entre as diretrizes legais voltadas à garantia da acessibilidade linguística e as condições concretas encontradas na prática educacional. A pesquisa anterior concentrou-se no segundo segmento do Ensino Fundamental, porém, os resultados obtidos apontaram a necessidade de aprofundar a análise no contexto do Ensino Superior, considerando que um número crescente de pessoas surdas tem buscado formação acadêmica avançada, incluindo cursos de pós-graduação *stricto sensu*. Reconhece-se que alcançar plenamente o ideal previsto nas políticas públicas ainda constitui um desafio, mas compreender essa realidade é condição necessária para propor caminhos efetivos de transformação.

É fundamental considerar que, nos ambientes escolar e acadêmico, a interpretação não se limita à transposição entre línguas, mas se entrelaça aos processos de ensino, aprendizagem e produção do conhecimento. Essa atuação exige preparação contínua, domínio conceitual e articulação colaborativa com as práticas pedagógicas, o que demanda maior visibilidade e aprofundamento teórico por parte dos sistemas educacionais e do campo de pesquisa. Lemos (2021) demonstra que, embora a formação de TILSP esteja presente no país há mais de duas décadas, a efetividade dessa formação precisa ser questionada frente às exigências reais da atuação, especialmente em contextos de alta densidade acadêmica.

Rocha (2021), ao levantar dados no e-MEC⁴ sobre cursos de Graduação em Letras–Libras, identificou 75 cursos ativos no Brasil, sendo 64 de Licenciatura e apenas 11 de Bacharelado, este último, o único previsto pelo Decreto nº 5.626/2005 (Brasil, 2005) para habilitar o exercício profissional do Tradutor e Intérprete de Libras. Tal número revela-se insuficiente diante da crescente presença de estudantes surdos em programas de pós-graduação. Consequentemente, embora a legislação assegure direitos linguísticos à pessoa surda (Brasil, 2015) e determine a obrigatoriedade de

⁴ e-MEC" é um sistema eletrônico do Ministério da Educação (MEC) do Brasil, utilizado para regularizar e acompanhar processos de educação superior.

intérpretes com formação superior, ainda persiste uma distância significativa entre a norma e sua efetivação. Como solução imediatista, instituições têm recorrido à contratação de intérpretes com formação em nível médio, seja pela escassez de profissionais qualificados, seja pelo desconhecimento sobre os requisitos legais para a atuação especializada.

Nesse cenário, a relevância deste estudo se consolida ao analisar as condições institucionais que permeiam a mediação linguística do curso de Mestrado Profissional em Educação Bilíngue (PPGEB) do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) que teve seu processo seletivo inaugural publicado em 2019 (Edital nº 16/2019), quando a primeira turma foi organizada como resposta às demandas pela formação avançada de profissionais no campo da Educação Bilíngue no Brasil, tomando a própria instituição como campo de estudo documental. Documentos institucionais e produções acadêmicas apontam questões que vão desde a necessidade de maior especialização terminológica até a ausência de diretrizes que assegurem o planejamento compartilhado entre docentes e intérpretes, elementos diretamente relacionados à qualidade do acesso ao conhecimento em ambientes de alta complexidade (Santos, 2018; Souza; Campello, 2019).

A originalidade desta pesquisa reside no fato de que, até o momento, não foram identificadas publicações que analisem de modo sistematizado a atuação dos TILSP na pós-graduação *stricto sensu* do INES, instituição historicamente central na educação bilíngue de surdos no país. Assim, a investigação responde a uma lacuna científica ao focalizar um contexto onde circulam discursos acadêmicos especializados, exigindo do intérprete tomada de decisão linguística, epistêmica e pedagógica altamente qualificada, exigências que diferenciam este campo de atuação de outros níveis educacionais.

Além de preencher esse vazio teórico, este estudo apresenta contribuição prática ao propor reflexões que possam subsidiar a elaboração de políticas linguísticas institucionais mais robustas, modelos de formação continuada e organização do trabalho que garantam condições concretas para a mediação linguística qualificada. Dessa forma, pretende-se contribuir para a consolidação do direito linguístico à educação bilíngue em espaços de produção científica e para o fortalecimento da atuação profissional dos TILSP em níveis de alta exigência acadêmica, de modo a assegurar não apenas o acesso, mas também a permanência e o êxito de estudantes surdos na pós-graduação.

1.5 PROBLEMA DA PESQUISA

É prudente afirmar que os prejuízos no desenvolvimento acadêmico dos discentes surdos são exclusivamente decorrentes da falta de formação ou atuação inadequada dos TILSP? É coerente atribuir a esses profissionais a responsabilidade por tais problemáticas? A perspectiva do TILSP é essencial justamente por ser o profissional que ocupa uma posição chave nesse processo, pois ele é o elo de comunicação entre os discentes surdos e o conteúdo acadêmico. Nesse contexto, as interações entre essas duas pontas, os discentes surdos e os TILSP, são fundamentais para a compreensão das dificuldades enfrentadas no ambiente educacional.

É provável que, ao longo da pesquisa, a questão da formação e da contratação de TILSP se apresente de forma recorrente. Antecipando esse fato, é necessário analisar também o histórico dessa profissão, investigando sua evolução, os desafios enfrentados pelos profissionais e os impactos dessas questões no processo educacional.

Diante dessas reflexões, esta pesquisa parte do pressuposto de que os possíveis prejuízos no desenvolvimento acadêmico dos discentes surdos não são exclusivamente decorrentes da falta de formação ou da atuação inadequada dos TILSP, mas resultam de um contexto educacional mais amplo. Esse contexto envolve políticas institucionais, formação continuada desses profissionais e a estrutura de trabalho e do ensino bilíngue para surdos, elementos que precisam ser analisados para compreender os desafios e possíveis estratégias de melhoria no processo educacional dos surdos.

Figura 1 – Desbalanceamento na responsabilidade e gestão



Fonte: Elaboração da autora, através de IA

2 OBJETIVOS

Os objetivos a seguir orientam o desenvolvimento da pesquisa, organizando a análise e os resultados esperados a partir do problema investigado.

2.1 OBJETIVO GERAL

Analisar a atuação dos Tradutores e Intérpretes de Língua Brasileira de Sinais/Português (TILSP) na pós-graduação stricto sensu do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), considerando os desafios que atravessam a mediação linguística e suas implicações para a aprendizagem dos discentes surdos.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Levantar e analisar produções acadêmicas e documentos disponíveis em repositórios on-line, como teses, dissertações e artigos, que abordam a atuação dos TILSP no contexto educacional, especialmente no âmbito do Departamento de Ensino Superior (DESU) do INES.
- Examinar as narrativas presentes em dissertações, teses e artigos acadêmicos acerca dos desafios e das implicações da atuação dos TILSP no contexto das salas de aula.
- Analisar as interpretações sobre o funcionamento do curso de Mestrado no PPGEB do INES, a partir da produção bibliográfica, considerando as condições de acessibilidade e a mediação linguística realizada pelos TILSP do DESU/INES.
- Discutir as implicações das legislações referentes à educação bilíngue de surdos, em especial a Lei nº 14.191/2021 (Brasil, 2021) e o Decreto nº 10.185/2019 (Brasil, 2019), e suas consequências para a prática dos TILSP no INES.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção, serão abordadas as principais fundamentações teóricas que sustentam esta pesquisa, com ênfase na educação bilíngue de surdos, a atuação dos Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais (TILSP) no ensino superior e os Estudos da Tradução e Interpretação aplicados ao contexto acadêmico. O embasamento teórico está fundamentado em legislações, estudos acadêmicos e autores que analisam a atuação dos TILSP e os desafios impostos pelo contexto da pós-graduação *stricto sensu*.

3.1 Fundamentos Teóricos e Epistemológicos da Tradução e Interpretação em Libras.

Dando continuidade à pesquisa iniciada no Mestrado, esta tese abordará a problemática que envolve a formação e a atuação do Tradutor Intérprete de Libras/Português (TILSP) no Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), especificamente no curso de Mestrado Profissional em Educação Bilíngue (PPGEB). Para fundamentar a reflexão e o diálogo teórico, será feita uma organização detalhada das práticas desempenhadas por esses profissionais no referido curso, bem como uma análise crítica da realidade vivenciada nesse contexto acadêmico.

Embora a presença do intérprete de Libras não garanta, por si só, plena acessibilidade, sua atuação no cotidiano do departamento é essencial, sendo, em muitos casos, o único elo de mediação entre as duas línguas em circulação no ambiente. No entanto, desafios significativos são evidenciados nesse cenário. Alguns discentes surdos relatam dificuldades na compreensão dos conteúdos devido a interpretações consideradas insatisfatórias. Por outro lado, muitos TILSP manifestam desconforto em atuar no ensino superior possuindo, na maioria das vezes, apenas formação de nível médio, o que os coloca em uma posição profissional delicada.

Nesse contexto, é relevante mencionar o Código de Ética da Federação Brasileira das Associações de Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guia-intérpretes de Língua de Sinais (FEBRAPILS, 2014), que, em seu Artigo 8º, Parágrafo Único, estabelece: "O TILS e o guia-intérprete não aceitarão uma prestação de serviços a que não se julguem qualificados; contudo, sua aceitação implica total responsabilidade moral pela seriedade da sua prestação".

Esse dispositivo expõe um paradoxo: como exigir responsabilidade ética e moral de profissionais que, na prática, não têm a opção de recusar determinadas demandas,

sob o risco de comprometer o fluxo de trabalho do departamento? Esse dilema ilustra de forma emblemática o descompasso entre o ideal previsto na legislação e a realidade enfrentada no exercício da interpretação educacional para surdos.

Não é incomum ouvir falas sobre a cobrança não ser na mesma medida da valorização. O concurso que preencheu o quadro de servidores intérpretes do INES, exigiu no seu edital o Nível Médio com comprovação de proficiência.

Relevante destacar que foram dois concursos, com dois editais distintos para preenchimento das vagas para o cargo de tradutor e intérprete de Libras no INES, sendo realizados nos anos de 2013 e 2014, respectivamente. Ambos aconteceram com bancas diferentes, porém com basicamente as mesmas exigências, alterando a alocação dos mesmos como justificativa para um novo certame, mantendo, no entanto, a mesma exigência quanto o nível de escolaridade daqueles que almejava referido cargo, a saber: Nível médio.

A exigência mínima de formação em nível médio para ingresso de TILSP no serviço público, prevista em normativas anteriores, contrasta com a complexidade das demandas da interpretação em contextos universitários e de pós-graduação. Diversos estudos apontam que a insuficiência da formação compromete tanto a qualidade da mediação linguística quanto a segurança profissional dos intérpretes, que se veem responsabilizados individualmente pelo desempenho em situações para as quais não receberam formação adequada (Lacerda, 2012; Kelman; Antônio, 2020). Esses autores destacam que a ausência de políticas institucionais de formação continuada e de condições estruturais de trabalho gera sobrecarga e exposição dos intérpretes, ao mesmo tempo em que coloca estudantes surdos ⁵em situação de desigualdade no acesso ao conhecimento acadêmico (Quadros; Stumpf, 2009; Santos, 2018). Assim, a precarização da atuação dos TILSP não é resultado de escolhas pessoais ou falta de interesse pela qualificação profissional, mas de uma organização institucional que transfere a responsabilidade da acessibilidade para os sujeitos que ocupam a ponta do processo educacional.

No momento da contratação, não havia a oferta de cursos de Pós-graduação *Stricto Sensu*, apenas *Lato Sensu*, o que gerou inúmeras discussões sobre a obrigatoriedade

⁵ Nesta pesquisa, o termo *estudantes surdos* refere-se, de modo geral, a sujeitos surdos usuários da Língua Brasileira de Sinais (Libras) que frequentam o ensino superior. Reconhece-se, contudo, a existência de estudantes surdos com outras especificidades, como surdos com baixa visão e pessoas surdocegas, cujas demandas comunicacionais envolvem recursos, profissionais e estratégias diferenciadas, não contempladas no escopo desta investigação. O recorte adotado não implica desconsideração desses sujeitos, mas delimitação metodológica do objeto de estudo.

ou não da atuação dos Tradutores Intérpretes de Libras/Português (TILSP) nesse contexto. O fato é que, desde então, nenhuma mudança significativa ocorreu. Enquanto os cursos do departamento foram sendo ampliados e a necessidade de qualificação profissional crescia na mesma proporção, os aspectos legais relacionados à profissão desses intérpretes, que desempenham um papel indispensável no ambiente acadêmico, não foram devidamente considerados.

Embora o interesse pelo aprimoramento, capacitação e formação profissional seja legítimo, é essencial reconhecer que, do ponto de vista legal, tais exigências não podem ser impostas como uma obrigação. Isso se deve ao fato de que as demandas atuais para a atuação desses profissionais não correspondem aos critérios estabelecidos no momento da contratação. Essas divergências serão abordadas com mais profundidade na discussão sobre os processos de admissão dos TILSP.

Diante desse cenário, as comunidades surdas tem se mobilizado para que essa realidade seja transformada. A entrada e permanência de estudantes surdos na pós-graduação *stricto sensu* se configuram como um desafio que se soma à histórica desvalorização da pesquisa no Brasil, marcada por condições estruturais precárias e obstáculos socioeconômicos que já impactam fortemente o corpo discente em geral (Silva; Schwartzman, 2017; Marques; Oliveira, 2020). Para estudantes surdos, entretanto, as dificuldades são potencializadas pela recorrência de barreiras linguísticas e comunicacionais que deveriam estar superadas à luz dos direitos educacionais já assegurados em legislação (Lacerda, 2012; Skliar, 2019). Assim, a continuidade da formação acadêmica em nível *stricto sensu*, longe de significar somente um avanço educacional, torna-se expressão da resistência e luta por equidade no acesso ao conhecimento científico e ao reconhecimento das diferenças linguísticas.

A escolha deste campo de pesquisa se justifica pelo fato de ser o meu local de trabalho. No entanto, a problemática abordada não se restringe a essa instituição específica, sendo uma realidade presente em diversas universidades brasileiras. Dessa forma, não se pretende, de maneira alguma, desqualificar a imagem da instituição, mas sim utilizar esse contexto como base para refletir sobre práticas que ocorrem em outros espaços acadêmicos.

Essa questão exige um aprofundamento rigoroso. Embora se trate de um tema sensível e amplamente pesquisado ao longo dos anos, sua urgência permanece evidente. Atualmente, não há previsão de novos concursos para Tradutores Intérpretes de Libras/Português (TILSP) em órgãos federais, decorrente do Decreto nº 10.185/2019

(Brasil, 2019), publicado em 20 de dezembro no Diário Oficial da União, que extingue cargos como o de Tradutor/ Intérprete de LIBRAS e proíbe a abertura de concurso público para referida função técnico-administrativa das instituições de ensino. Diante desse cenário, surge uma questão fundamental: quais estratégias poderão ser adotadas para garantir o acesso pleno dos estudantes surdos, assegurando a presença de TILSP qualificados, com proficiência na língua de sinais, domínio dos processos interpretativos, conhecimento específico das áreas acadêmicas e formação adequada? Além disso, como conciliar essa necessidade com a valorização da categoria profissional, incentivando o desenvolvimento contínuo dos intérpretes e estimulando o interesse pela busca de qualificação, ao mesmo tempo em que se assegura a permanência desses profissionais na área?

É fundamental romper com a concepção equivocada de que para atuar como intérprete basta conhecer a Língua Brasileira de Sinais. Manter a prática de contratação de profissionais com formação de nível médio para atuar no ensino superior não é uma decisão sensata. Da mesma forma, torna-se incoerente exigir um nível crescente de formação e qualificação de profissionais que não dispõem de oportunidades concretas para seu desenvolvimento, especialmente em um cenário no qual não há previsão de concursos públicos para cargos de nível superior, tampouco incentivos ou planos de carreira que garantam a progressão profissional desses intérpretes.

No entanto, a supressão do Decreto nº 5.626/05 que antecede a Lei na formação desse profissional em nível superior, a comunidade Surda luta pela distinção de dois cargos: Intérprete de Libras no nível superior (cargo denominado de E) e Intérprete de Libras no nível médio (cargo denominado de D) pela justificativa da designação do cargo de tradutor e intérprete de libras como um cargo distinto do de tradutor e intérprete de línguas (Campello; Castro, 2013, p.4).

A reformulação das políticas ou, ao menos, uma revisão do cumprimento das normativas vigentes torna-se indispensável. Como já mencionado, não é prudente continuar agindo como se os surdos não fossem alcançar níveis acadêmicos mais elevados, essa perspectiva pertence ao passado. Persistir na lógica do improvisado é um erro que compromete o direito à educação e a qualidade da acessibilidade oferecida. Torna-se, portanto, essencial a efetiva aplicação do Decreto nº 5.626/2005 (Brasil, 2005), garantindo a delimitação clara das funções dos Tradutores Intérpretes de Libras/Português (TILSP) sem gerar prejuízos às partes envolvidas. A questão que se impõe, no entanto, é: como viabilizar essa mudança?

O objetivo deste trabalho não é criar um manual normativo a ser seguido, mas sim fomentar o debate e propor alternativas para enfrentar essa problemática. Para isso, será

ampliada a compreensão sobre os papéis atribuídos a esses profissionais, a logística de organização das demandas do departamento e as incoerências presentes na legislação vigente.

Além de abordar as questões-problema de forma aprofundada, esta tese busca aproximar o leitor da realidade vivenciada pelos TILSP e pelos estudantes surdos. Para que o impacto da pesquisa ultrapasse os limites acadêmicos, pretende-se torná-la acessível a diferentes públicos, ampliando sua disseminação para além dos muros universitários. Essa abordagem se justifica pela urgência do tema e por seus impactos diretos na sociedade.

Para alcançar esse propósito, a escrita será organizada de maneira menos densa, adotando uma abordagem mais acessível do que aquelas tradicionalmente exigidas nos programas de Pós-graduação. O objetivo é garantir uma leitura clara e satisfatória, sem comprometer a qualidade e a relevância acadêmica do estudo.

No decorrer deste trabalho, serão abordados os seguintes pontos: (i) as distinções entre as funções de tradutor e intérprete de Libras, com base nos estudos de Campello e Lemos; (ii) a legislação vigente, a fim de proporcionar uma compreensão mais aprofundada sobre a extensão do problema; e (iii) as contribuições das pesquisas anteriores sobre o tema.

3.1.2 Tradução E Interpretação De Libras, Entrelaçamento Equivocado.

No contexto das línguas orais, a interpretação entre diferentes idiomas é reconhecida como uma prática antiga, decorrente da própria necessidade humana de interação. Carneiro (2022) destaca que, “desde que no mundo há diversas línguas e barreiras à comunicação, sempre houve alguém que falasse as duas línguas em questão”. Essa compreensão permite inferir que as práticas interpretativas surgiram de forma relativamente espontânea, conforme grupos linguísticos passaram a manter contato. Um aspecto relevante nesse percurso histórico é que, apesar das especificidades entre as línguas envolvidas, todas se estruturavam em uma mesma modalidade: a oral-auditiva.

A tradução e interpretação em Línguas de Sinais ⁶no Brasil, entretanto, não seguiram os mesmos caminhos das línguas orais. A educação de surdos foi marcada por contradições linguísticas e políticas que produziram práticas emergenciais e, muitas

⁶ Adota-se o termo *línguas de sinais* no plural para reconhecer a diversidade linguística das comunidades surdas. Embora a análise se concentre na Língua Brasileira de Sinais (Libras), essa escolha terminológica reafirma que não existe uma língua de sinais universal.

vezes, improvisadas de mediação comunicacional (Sofiato, 2011). Nesse contexto, a atuação dos repetidores no Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), entre 1855 e 1910, constitui um marco fundamental anterior à regulamentação da profissão. Como aponta Laguna (2015), estudantes surdos mais experientes, como Flausino José da Costa Gama, assumiam a função de transmitir e ressignificar os conteúdos ministrados por professores ouvintes, utilizando a língua de sinais para tornar o conhecimento acessível aos colegas (Iconographia, 2005).

Embora não houvesse reconhecimento formal de sua prática como interpretação, já se observavam ali elementos essenciais do trabalho atualmente desempenhado pelos Tradutores e Intérpretes de Libras/Língua Portuguesa (TILSP): transposição interlinguística, gestão da interação e mediação pedagógica. Dessa forma, a mediação linguística exercida por sujeitos surdos remonta ao século XIX, sendo componente histórico importante da luta por reconhecimento da língua de sinais e do direito à educação bilíngue no Brasil (Sofiato, 2011; Laguna, 2015).

Como exposto, “[...] dos repetidores surdos (nos séculos XIX e XX) com a dos TILS e TILSP (nos séculos XX e XXI), apontando que ambos os registros documentais (tanto no relatório de Tobias Leite quanto no manual de conduta ética da FENEIS) apresentam as competências profissionais que se centram em exigência de caráter e moral na atividade ocupacional do trabalho. De um lado, no século XIX, os repetidores surdos atuavam como se fossem professores de surdos; de outro, nos séculos XX e XXI, os TILS e TILSP, em seu início de atuação profissional, também atuavam como professores para alunos surdos, na atualidade, é entendimento consolidado que os TILSP não são professores de alunos surdos, mas intermediadores linguísticos em diversos contextos. Para Laguna (2015), os discursos institucionais aproximam as atuações entre repetidores e TILSP, pois “[...] quanto à conduta que devem assumir, não apenas em relação às condutas que devem servir de modelo, mas também à responsabilidade pelo cuidado com o comportamento do aluno” (Laguna, 2015, p. 101).

É necessário reconhecer que, ao contrário das línguas orais, a mediação em Libras não emergiu como prática comunicacional natural, mas como resposta direta às desigualdades sociais e à imposição de modelos educacionais que negavam a centralidade da língua de sinais (Quadros; Souza, 2008; Lodi, 2013). Essa historicidade evidencia que o processo de institucionalização da atuação dos TILSP não nasce do diálogo linguístico, mas da luta política da comunidade surda por equidade no acesso ao conhecimento, luta que se prolonga até hoje, inclusive nos níveis mais elevados da formação acadêmica (Santos, 2018; Kelman; Antônio, 2020).

No âmbito acadêmico-institucional, persiste um equívoco conceitual recorrente: a interpretação em Libras ainda é frequentemente tratada como equivalente às práticas desenvolvidas entre línguas orais-auditivas. Contudo, por ser uma língua visuoespacial,

com uso gramatical do espaço e expressões não manuais como elementos sintáticos, a Libras requer abordagens tradutórias e interpretativas específicas, tecnicamente e culturalmente orientadas (Quadros, 2004; Nascimento, 2016).

A redução da mediação interlinguística a uma mera equivalência de códigos compromete tanto a qualidade da comunicação quanto o processo de ensino-aprendizagem dos estudantes surdos. Interpretar Libras–Português envolve decisões discursivas, epistemológicas e socioculturais, ancoradas no encontro entre sujeitos distintos (Wadensjö, 1998; Roy, 2000). Assim, a atuação do intérprete demanda sensibilidade às identidades em interação, responsabilidade ética e domínio dos diferentes letramentos que atravessam os contextos educacionais (Quadros; Stumpf, 2009; Lodi, 2013).

Ao revisitar a história dos repetidores, Laguna (2015) demonstra que os critérios exigidos para sua atuação ultrapassavam os aspectos comunicacionais. Os registros de Tobias Leite evidenciam que moralidade, postura exemplar e responsabilidade com o comportamento dos demais estudantes eram aspectos avaliados e controlados institucionalmente. Essa dimensão ética não apenas marcou os primórdios da mediação linguística, como ainda hoje constitui um eixo estruturante da atuação dos TILSP, reforçada por documentos modernos como o Código de Ética da FENEIS⁷ e da FEBRAPILS.

Portanto, a trajetória de Flausino e dos repetidores funciona como um elo entre passado e presente: de um lado, desvela a origem resistente e comunitária da interpretação em Libras; de outro, demonstra que sua consolidação profissional continua atrelada às demandas éticas e educacionais que caracterizam a mediação em ambientes bilíngues. A atuação dos TILSP permanece indissociável da garantia de pertencimento, equidade e inclusão da pessoa surda na educação básica, superior e, mais recentemente, na pós-graduação *stricto sensu*, tornando visível seu papel como agente epistêmico no processo educativo contemporâneo.

Outro grupo que desempenhou, e ainda desempenha, esse papel de mediação na comunicação são os filhos ouvintes de pais surdos, conhecidos como CODA (Children of Deaf Adults). Esses indivíduos geralmente começam a interpretar desde a infância, não como uma imposição, mas como uma necessidade dentro da organização

⁷ A Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS) é uma organização da sociedade civil, fundada em 1987, que atua na defesa dos direitos linguísticos, educacionais, culturais e sociais das pessoas surdas no Brasil, promovendo o reconhecimento da Libras e contribuindo para políticas públicas relacionadas à acessibilidade e à inclusão da comunidade surda no país

familiar. Há registros de situações em que filhos de surdos, desde muito jovens, se tornam mediadores da comunicação familiar e escolar, especialmente em contextos nos quais intérpretes não estavam disponíveis.

Segundo Anderson (2006), “o pesquisador é um ator social altamente visível dentro do texto escrito. Os próprios sentimentos e experiências do pesquisador são incorporados à história e considerados como ‘dados vitais’ para a compreensão do mundo social que está sendo observado.” Esse conceito destaca a relevância da experiência vivida por membros de uma comunidade ao estudar determinados fenômenos sociais, contribuindo para uma análise mais contextualizada e abrangente.

As narrativas desempenham um papel fundamental na construção das dinâmicas entre a prática e a teoria. A partir desse pressuposto, a experiência vivida pelo pesquisador não deve ser entendida apenas como uma posição de observador, mas também como alguém imerso nas situações que analisa. Nesse sentido, o pesquisador torna-se uma pessoa que, ao longo de sua trajetória, vivencia os desafios da tradução e interpretação, além de testemunhar, desde a infância, diversas situações envolvendo a comunicação entre surdos e não surdos. É por meio dessas experiências que se pode dar corpo às narrativas (Evaristo, 2008) e humanizar as histórias (Rocha, 2023), permitindo uma compreensão mais profunda e genuína das questões abordadas.

Construir uma narrativa é, portanto, construir um mundo possível, é transformar nossa própria relação com aquilo que nos constitui, e isso engloba nosso corpo, nossas ações, nossa maneira de estar no mundo. [...] A possibilidade de sermos afetados por uma narrativa não se apresenta apenas em palavras bem colocadas, mas na possibilidade de traçarmos um caminho reconhecendo a importância das relações que se estabelecem ao longo deste mesmo caminho. (Monteiro, 2011, p.193b).

Nesse entrelaçamento entre vivência individual e memória coletiva, é possível reconhecer que as experiências singulares, como as vividas por filhos ouvintes de pais surdos, não apenas contribuem para a construção de narrativas pessoais, mas também se integram às lutas sociais mais amplas por reconhecimento e direitos linguísticos. Ao ocupar, desde cedo, o lugar de mediadores entre mundos distintos, esses sujeitos não apenas performam uma mediação afetiva, mas inscrevem suas trajetórias na história da busca por acessibilidade comunicacional. Essa imbricação entre o íntimo e o coletivo reforça a compreensão de que a prática cotidiana dos CODAs, ainda que inicialmente marcada por um fazer espontâneo e não institucionalizado, possui densidade política e histórica.

Desse modo, o gesto de narrar suas próprias vivências, tal como propõem Evaristo (2008) e Rocha (2023), não se limita a um exercício individual de memória, mas se constitui como ato de denúncia, resistência e reconstrução de sentidos. É justamente nesse ponto que a escrevivência se articula com a genealogia das lutas da comunidade surda no Brasil, revelando como corpos e experiências atravessados pela diferença também operam como instrumentos de transformação social. A passagem do “fazer familiar” ou do “improvisado” à profissionalização da mediação linguística, marcada pela atuação de intérpretes como Denise Coutinho (Cruz, 2016), evidencia o quanto as práticas vividas por CODAs e outros mediadores antecedem, e em muitos casos impulsionaram, o reconhecimento formal dos direitos linguísticos da população surda e, conseqüentemente, dos TILSP.

Ao longo da história, diversas reivindicações por parte da comunidade surda foram realizadas, com o objetivo de assegurar o direito à acessibilidade nos mais variados espaços e contextos sociais. A luta se concentrou no desejo de não mais depender de favores ou da interpretação comunitária. O direito de ir e vir é constitucional, e as barreiras linguísticas impõem restrições significativas ao pleno exercício desse direito pelos cidadãos surdos.

A comunidade surda começou a se reunir com o intuito de lutar pelo desenvolvimento linguístico e cultural dos surdos, Ana Regina e Souza Campello e João Carlos Carreira Alves, surdos militantes na causa, eram acompanhados pela intérprete pernambucana Denise Coutinho, sendo esta reconhecida como a primeira intérprete do Rio de Janeiro e provavelmente a do Brasil a fazer trabalhos públicos de interpretação dando uma visão mais acentuada ao trabalho que já era feito, todavia sem reconhecimento. (Cruz, 2016 p. 6).

O INES é, até hoje, considerado uma instituição de referência na área da surdez e na educação de surdos. Não por acaso, as solicitações pela colaboração dos servidores TILSP⁸ continuam a chegar de outros espaços, refletindo a importância da atuação desses profissionais em contextos diversos. Como destaca Carneiro (2022, p. 25), foi somente mais tarde que a interpretação em línguas de sinais passou a ser necessária em ambientes formais como conferências, à medida que o nível educacional das pessoas surdas se elevava.

O crescimento da inserção dos surdos nos espaços sociais ampliou as demandas por serviços de tradução e interpretação, o que tornou ainda mais evidente a urgência

⁸ Nesta pesquisa, o termo *TILSP* refere-se aos tradutores e intérpretes de Libras–Língua Portuguesa **ouvintes** que atuam no contexto analisado. Reconhece-se a atuação de tradutores e intérpretes **surdos**, cuja contribuição é fundamental para o campo da tradução e interpretação em línguas de sinais; contudo, esses profissionais não integram o recorte empírico deste estudo.

por profissionais devidamente qualificados. Nesse cenário, surgem debates em torno dos critérios para definir o que constitui um profissional intérprete. Para Quadros (2004), dominar a Língua de Sinais não é suficiente: é necessário possuir formação específica para atuar como intérprete. Essa discussão tornou-se especialmente relevante com o surgimento de intérpretes oriundos da comunidade CODA, que, por crescerem imersos na cultura surda, se autodeclararam aptos para a função. No entanto, como argumenta Quadros (2017), esses indivíduos transitam entre dois mundos com línguas e normas culturais distintas, o que pode gerar desafios interpretativos.

Pesquisadores como Quadros (2006) e Belém (2010) demonstram que, embora o repertório cultural e linguístico dos CODAs represente um diferencial importante, a ausência de técnicas específicas e de formação formal pode comprometer a eficácia do trabalho de interpretação. Essas limitações são perceptíveis em diferentes contextos, desde entrevistas na mídia até ambientes acadêmicos, onde a qualidade da mediação pode interferir diretamente no acesso à informação pelo público surdo.

Outro ponto relevante diz respeito à distinção entre as funções de tradução e interpretação, nem sempre compreendidas de forma clara pelas instituições. No caso do Departamento de Ensino Superior (DESU/INES), onde se insere esta pesquisa, observa-se que a prioridade dada à interpretação em sala de aula, em detrimento da tradução de materiais escritos na Língua Portuguesa para Libras, compromete a proposta bilíngue do curso, fazendo com que se aproxime mais de um modelo de educação inclusiva do que de um ensino verdadeiramente bilíngue.

A tradução e a interpretação, embora frequentemente associadas à mesma prática, configuram atividades distintas em sua natureza e metodologia. Conforme os volumes da coleção *O INES e os ETILS* (2022) evidenciam, a tradução refere-se à transposição de textos escritos de uma língua de partida para uma língua de chegada, permitindo planejamento, revisão e adequação terminológica ao público-alvo, enquanto a interpretação ocorre em tempo real, exigindo do profissional agilidade cognitiva, tomada de decisão imediata e domínio das línguas envolvidas em contextos de oralidade ou visualidade. Essa distinção também é destacada por Rangel (2022, p. 51–53), ao enfatizar que “a tradução é escrita e a interpretação oral”, cada uma demandando competências específicas e abordagens formativas diferenciadas para assegurar a qualidade e a fidelidade na mediação linguística. Dessa forma, os livros do INES reafirmam que, embora interdependentes, tradução e interpretação constituem campos complementares, mas autônomos, dentro da atuação do TILSP.

Tradução e interpretação, portanto, não se diferenciam apenas pelo modo de produção, mas pela própria natureza das línguas envolvidas e pelos contextos de circulação do discurso. Enquanto a interpretação Libras–Português lida com eventos comunicativos instantâneos, sendo condicionada pela imprevisibilidade do discurso e pela necessidade de decisões rápidas, a tradução Libras–Português envolve o tratamento de materiais escritos, como textos acadêmicos, orientações de pesquisa e instrumentos avaliativos. Nesse caso, há tempo para planejamento, consulta terminológica e revisão, possibilitando maior precisão conceitual e adequação linguística ao público surdo sinalizante. Ignorar essa distinção é invisibilizar parte essencial do trabalho do TILSP, uma vez que o acesso equitativo ao conhecimento científico requer a circulação do texto acadêmico também em Libras, e não apenas sua interpretação em tempo real (Rangel, 2022; O INES e os ETILS, 2022).

A interpretação, nesse contexto, refere-se à mediação linguística simultânea, geralmente realizada durante as aulas, conferências e interações em tempo real. Já a tradução envolve a transposição de textos escritos em português, como planos de aula, leituras obrigatórias, avaliações, regulamentos institucionais e até mesmo bibliografia de apoio, para a Libras, geralmente a primeira língua da comunidade surda. Embora ambas as práticas exijam competências específicas, a tradução do português escrito para Libras é, muitas vezes, negligenciada pelas instituições, como se fosse um serviço opcional ou complementar, e não uma condição indispensável à garantia de acessibilidade linguística no ambiente acadêmico.

Embora a interpretação em tempo real desempenhe papel essencial na mediação da comunicação acadêmica, autores como Quadros (2004) e Skliar (1998) alertam que ela não garante, por si só, o acesso equitativo ao conhecimento em contextos bilíngues. A literatura destaca que, quando os materiais pedagógicos continuam disponibilizados prioritariamente em língua escrita majoritária, no caso brasileiro, o português, há uma manutenção da assimetria linguística entre estudantes surdos e ouvintes, sobretudo em cursos que se autodeclaram bilíngues. A ausência de recursos didáticos permanentes em Libras tem sido identificada como um dos fatores que limitam o estudo autônomo, a revisão de conteúdos e a plena participação de estudantes surdos em processos formativos de maior complexidade (Lodi, 2013; Kelman; Antônio, 2020). Assim, à luz dos estudos que discutem a educação bilíngue de surdos no país, destaca-se que a tradução de materiais acadêmicos para Libras deve ser compreendida como elemento

estruturante do projeto pedagógico, e não como ação complementar, eventual ou condicionada às demandas pontuais do processo de ensino.

Compreender a distinção entre tradução e interpretação em Libras e seus impactos na garantia do acesso linguístico é fundamental para reconhecer os desafios atuais enfrentados pelos TILSP no ensino superior. No entanto, tais desafios não surgem de forma isolada: são produto de uma história educacional marcada por disputas linguísticas, silenciamentos e resistências da comunidade surda frente à hegemonia do português oral. Assim, para analisar criticamente a atuação dos intérpretes na pós-graduação contemporânea, torna-se necessário revisitar as origens da mediação em Libras no Brasil, bem como os discursos institucionais que a moldaram ao longo do tempo. É nesse percurso histórico que se compreende como determinadas concepções sobre o papel do intérprete foram sendo construída, legitimadas ou tensionadas. Desse modo, o próximo subitem apresenta um panorama histórico dessa mediação, destacando as mudanças nas práticas, nas políticas e na compreensão social da interpretação em língua de sinais no país.

3.1.3 Panorama Histórico Da Mediação Em Libras: Práticas E Discursos Institucionais.

A prática tradutória no contexto da Libras é, muitas vezes, envolta por um uso indistinto dos termos 'tradução' e 'interpretação', como se fossem sinônimos, o que gera confusão conceitual e impactos práticos. Essa sobreposição, muitas vezes naturalizada, ignora as especificidades técnicas, temporais e cognitivas que distinguem essas duas atividades, comprometendo tanto o reconhecimento profissional dos Tradutores e Intérpretes de Libras (TILSP) quanto a qualidade da mediação linguística em contextos educacionais.

No cotidiano institucional, essa indistinção compromete a compreensão das reais atribuições do profissional TILSP e impacta diretamente na elaboração de políticas públicas, concursos, formações e avaliações de desempenho. Não raro, os documentos oficiais utilizam os termos como intercambiáveis, sem considerar suas nuances e implicações práticas. Tal prática revela uma lacuna formativa e epistemológica que precisa ser enfrentada com rigor conceitual e compromisso com a qualidade do serviço de mediação linguística.

Segundo Coimbra (2016), é essencial compreender que a tradução está historicamente ligada à modalidade escrita, ao passo que a interpretação refere-se ao

discurso oral e, no caso da Libras, sinalizado. A tradução envolve maior tempo de elaboração, permite revisões e é orientada por normas linguísticas mais fixas. Já a interpretação, por ser oral e ao vivo, demanda tomada de decisões imediatas e envolve alta carga de processamento cognitivo e memória de curto prazo. Essa distinção não é meramente técnica, mas envolve fundamentos epistemológicos diferentes: enquanto a tradução tende a se aproximar de uma lógica textual, a interpretação atua sobre enunciados em tempo real, exigindo estratégias distintas de equivalência e fidelidade comunicativa.

Ainda de acordo com o autor, as práticas de tradução e interpretação em Libras sofrem com o entrelaçamento terminológico também por conta das próprias condições de emergência da profissão no Brasil. A atuação dos TILSP, historicamente marcada por improvisações e ausência de formação sistemática, contribuiu para a cristalização de uma identidade profissional ambígua. Isso reforça a importância de se investir na formação teórica e técnica que evidencie essas diferenças, contribuindo para o fortalecimento da identidade e da valorização dos profissionais.

No campo da formação, essa distinção se torna ainda mais urgente. Ignorar as particularidades da tradução e da interpretação implica desconsiderar as competências específicas exigidas em cada uma das práticas, o que compromete não apenas a formação, mas a avaliação e a valorização dos TILSP. Assim, reconhecer e respeitar as fronteiras, e também os diálogos, entre tradução e interpretação não significa fragmentar o campo, mas qualificá-lo a partir de suas complexidades e necessidades reais.

Portanto, ao reafirmar a diferença entre tradução e interpretação no contexto da Libras, reforça-se também a necessidade de políticas formativas específicas e de reconhecimento técnico e político da atuação dos TILSP em suas múltiplas frentes, diretriz alinhada tanto ao marco legal brasileiro quanto às normativas profissionais e à literatura especializada (Brasil, 2010; Brasil, 2021; FEBRAPILS, 2014; Quadros, 2004; Nascimento, 2016). A clareza conceitual não é apenas um requisito teórico: ela opera como instrumento de justiça profissional e de garantia de acessibilidade linguística qualificada para a comunidade surda, ao orientar currículos, perfis de competência e condições de trabalho coerentes com a modalidade visuoespacial da Libras (Wadensjö, 1998; Roy, 2000; O INES E OS ETILS, 2022).

Nesse contexto, torna-se imprescindível observar como essas discussões conceituais e históricas se materializam nos espaços educacionais onde a prática da tradução e interpretação em Libras acontece cotidianamente. O Instituto Nacional de

Educação de Surdos (INES), especialmente por meio de seu Programa de Pós-Graduação em Educação Bilíngue (PPGEB), constitui um campo privilegiado para essa análise, por concentrar tanto a produção acadêmica voltada à surdez quanto a atuação direta dos TILSP em diferentes níveis de ensino. A seguir, será apresentada uma análise detalhada da composição do corpo docente do PPGEB/DESU-INES e das implicações dessa estrutura na efetivação da acessibilidade linguística, destacando as tensões enfrentadas pelos intérpretes e pelos discentes surdos no processo de mediação do conhecimento.

3.1.4 Entre História E Formação: O Papel Do INES Na Construção Da Educação Bilíngue E Na Atuação Dos TILSP.

Este subitem propõe uma incursão histórico-institucional sobre o papel do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) na consolidação da educação bilíngue para surdos no Brasil, com especial atenção ao seu protagonismo na formação de professores e intérpretes. Ao evidenciar os atravessamentos históricos, políticos e educacionais que marcaram o percurso da instituição, busca-se compreender como o INES se constituiu como um polo formador e regulador das práticas de mediação linguística em Libras-português. Trata-se de lançar luz sobre os marcos e as tensões que moldaram o campo da tradução e interpretação em contextos educacionais, com destaque para o surgimento do curso de Pedagogia Bilíngue, da pós-graduação e das políticas voltadas à acessibilidade.

O Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) é a primeira instituição brasileira voltada à educação de pessoas surdas e uma das mais antigas do país, tendo sido fundado em 1857, no contexto do Segundo Império, por iniciativa de Dom Pedro II. A criação da instituição está associada à vinda do educador francês Ernest Huet, cuja atuação no Brasil é registrada como um dos marcos iniciais da sistematização de práticas educacionais voltadas às pessoas surdas, incluindo a circulação de conhecimentos relacionados à Língua de Sinais Francesa (LSF) e a métodos específicos de ensino. Inicialmente chamado de Imperial Instituto de Surdos-Mudos, o INES desempenhou, desde seu surgimento, um papel pioneiro e central na organização de políticas e práticas educacionais voltadas às pessoas surdas (Strobel, 2008; Quadros; Karnopp, 2004; Belém, 2017).

Ao longo das décadas, o INES passou por diversas transformações estruturais, curriculares e políticas, acompanhando e, em muitos casos, influenciando os rumos da

educação de surdos no Brasil. A trajetória da instituição reflete os embates ideológicos e pedagógicos entre o oralismo e a valorização da língua de sinais, bem como os tensionamentos históricos em torno da identidade surda e da concepção de inclusão. Segundo Skliar (1998), o INES se insere em um campo de disputas que envolve não apenas métodos educacionais, mas também a produção de sentidos sobre o corpo, a linguagem e a diferença.

Nas décadas finais do século XX, especialmente após a promulgação da Constituição de 1988 e a consolidação de movimentos sociais em defesa da educação bilíngue, o INES passou a incorporar, de forma mais consistente, a Língua Brasileira de Sinais (Libras) em suas práticas pedagógicas. Essa transição foi impulsionada por legislações como a Lei nº 10.436/2002, que reconheceu a Libras como meio legal de comunicação e expressão, e o Decreto nº 5.626/2005, que regulamentou o uso da Libras na educação e previu a formação de professores e intérpretes para atuação com estudantes surdos. O INES teve participação ativa nesse processo, desenvolvendo cursos de formação e projetos voltados à implementação da política bilíngue no país.

Com o reconhecimento da Libras como língua natural da comunidade surda, o papel institucional do INES passou a incorporar também uma função política e simbólica: a de referência nacional para a educação bilíngue e para a formação de profissionais qualificados. A instituição ampliou sua atuação para além da educação básica, oferecendo cursos de graduação e pós-graduação voltados à educação de surdos, à formação de professores bilíngues e à capacitação de Tradutores e Intérpretes de Libras – Língua Portuguesa (TILSP).

Destaca-se, nesse percurso, a criação do Curso de Pedagogia Bilíngue (2010) e do Programa de Pós-Graduação em Educação Bilíngue (PPGEB/INES), implantado em 2017. Essas iniciativas reafirmam o compromisso da instituição com a produção e socialização de conhecimentos científicos e pedagógicos voltados à educação bilíngue de surdos, em consonância com os princípios da inclusão, do reconhecimento da diferença e do direito linguístico da comunidade surda. Como afirmam Fernandes e Quadros (2021), o INES se consolida como campo de formação, mas também como lócus de disputa e produção de sentidos sobre a surdez e o bilinguismo.

Atualmente, o INES é vinculado ao Ministério da Educação e atua como autarquia federal com atribuições legais previstas no Decreto nº 7.611/2011. Sua missão institucional envolve a oferta de educação bilíngue em todos os níveis de ensino, a promoção de pesquisas na área da surdez, a formação de profissionais especializados

e o assessoramento técnico a sistemas de ensino. Além disso, a instituição abriga centros de documentação e produção de materiais acessíveis, fortalecendo sua função de difusão e referência nacional.

Em síntese, o percurso histórico do INES revela um processo de consolidação como instituição formadora, reguladora e promotora da educação bilíngue de surdos no Brasil. Sua trajetória articula tradição e inovação, tensionando modelos pedagógicos, disputando sentidos sobre a surdez e reafirmando o direito à diferença. O papel institucional do INES, portanto, vai além da formação acadêmica: trata-se de um espaço de resistência, afirmação identitária e construção de políticas públicas inclusivas.

Nesse cenário de consolidação institucional e expansão das práticas formativas voltadas à educação bilíngue de surdos, destaca-se o surgimento da pós-graduação no INES como um marco importante na ampliação do acesso acadêmico e na valorização da produção científica surda. A seguir, será abordada a criação do PPGEB e a presença dos TILSP. Nesse contexto, com ênfase nos desafios, nas práticas e nos sentidos atribuídos à mediação linguística na pós-graduação.

3.1.5 A Mediação Linguística No PPGEB/DESU-INES: Limites Estruturais E Implicações Para O Bilinguismo.

A seguir, apresenta-se a Tabela 1, que reúne dados sobre o corpo docente do PPGEB/DESU-INES em 2019. Esses dados são fundamentais para compreender a estrutura do curso e as dinâmicas que envolvem a atuação dos TILSP nesse contexto:

Tabela 1: Quantitativo de docentes no PPGEB em 2019

Docentes Permanentes	Docentes Colaboradores	Docentes Surdos Permanentes⁹	Docentes Não Surdos
12	2	1	13

Fonte: Site do INES

Considerando o quadro docente majoritariamente composto por ouvintes, a mediação das aulas é realizada por intérpretes. Essa prática é justificada pela ausência de fluência em Libras por parte de muitos docentes ou pelo desconforto em ministrar

⁹ O docente surdo mencionado integra o quadro de docentes permanentes do PPGEB no período analisado, conforme informações institucionais disponíveis no site do INES.

aulas diretamente nessa língua. Assim, os TILSP tornam-se peças-chave no processo de ensino, o que, por outro lado, acarreta desafios significativos no que diz respeito à equidade de acesso aos conteúdos por parte dos discentes surdos.

É importante lembrar que, para os estudantes surdos, a Língua Portuguesa é uma segunda língua. Sem a devida mediação em Libras, sua primeira língua, o acesso a textos acadêmicos se torna limitado. Isso os coloca em desvantagem frente aos colegas ouvintes, para quem a leitura e interpretação de textos em língua materna ocorre com maior fluidez. A dificuldade não está na capacidade intelectual do estudante surdo, mas sim nas barreiras linguísticas e metodológicas que ainda persistem.

Tal configuração dialoga com análises já presentes na literatura sobre acessibilidade linguística no ensino superior, que apontam a recorrente subordinação da tradução às demandas imediatas de interpretação.

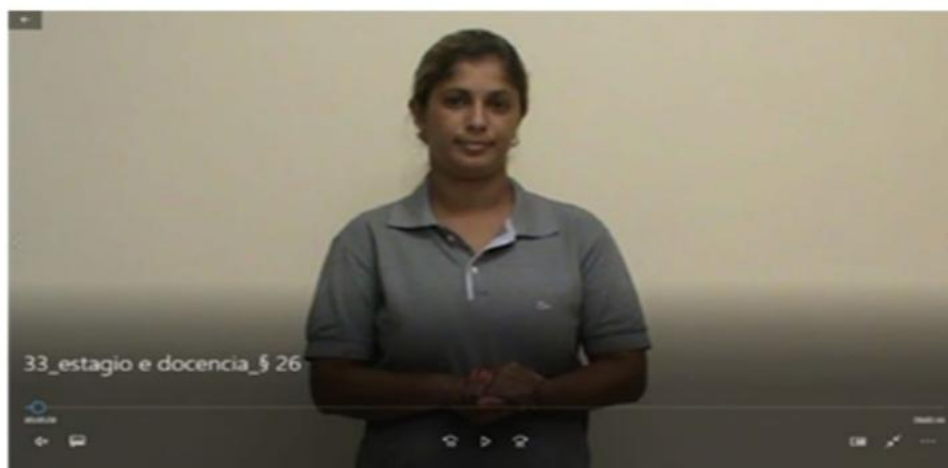
Apesar das conquistas educacionais ao longo das últimas décadas, o direito à formação plena em sua língua de instrução ainda se apresenta como um desafio nos contextos institucionais. No âmbito do Departamento de Ensino Superior (DESU), a equipe responsável pela tradução de materiais é composta por um número reduzido de servidores, que acumulam funções relacionadas tanto à tradução quanto à interpretação em sala de aula, bem como ao atendimento de outras demandas do departamento. Nesse cenário, a tradução de materiais em Libras não se configura como uma atividade contínua e sistemática, sendo frequentemente condicionada às possibilidades organizacionais do setor e às demandas emergenciais relacionadas à acessibilidade em sala de aula. Tal dinâmica evidencia uma organização de trabalho marcada pela instabilidade, na qual a equipe de tradução permanece suscetível a constantes rearranjos para suprir necessidades imediatas, o que fragiliza a consolidação de fluxos regulares de produção tradutória.

Essa organização compromete o princípio do bilinguismo no qual o curso se baseia. A ausência de envio prévio de materiais pelos docentes, somada à falta de servidores exclusivos para tradução, impede que os mestrandos surdos tenham acesso equitativo a conteúdos em sua língua. Como prevê a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei 9.394/1996), especialmente após a inclusão do Capítulo V-A pela Lei nº 14.191/2021, o direito à educação bilíngue e acessível deve ser garantido. Negligenciar esse direito é perpetuar a desigualdade no interior das próprias instituições que se propõem a combatê-la.

Art. 60-A. Entende-se por educação bilíngue de surdos, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida em Língua Brasileira de Sinais (Libras), como primeira língua, e em português escrito, como segunda língua, em escolas bilíngues de surdos, classes bilíngues de surdos, escolas comuns ou em polos de educação bilíngue de surdos, para educandos surdos, surdo-cegos, com deficiência auditiva sinalizantes, surdos com altas habilidades ou superdotação ou com outras deficiências associadas, optantes pela modalidade de educação bilíngue de surdos. (Brasil, 2021).

Diante desse panorama, torna-se evidente que o fortalecimento da política de acessibilidade linguística depende não apenas de estrutura e vontade institucional, mas também de escuta ativa das demandas dos discentes surdos. Nesse sentido, Lemos (2022) nos oferece informações relevantes sobre a formação da equipe de tradução do Departamento de Ensino Superior (DESU). Segundo o autor, entre os anos de 2011 e 2012, os discentes solicitaram maior acessibilidade linguística, reivindicando a oferta de materiais traduzidos para a Libras. Em resposta a essa demanda, foi constituída uma equipe composta por duas pessoas, que acumulavam funções de tradução, edição e posterior compartilhamento dos materiais em mídias digitais. Esses recursos eram organizados e distribuídos conforme a necessidade dos estudantes, como será ilustrado a seguir nas figuras 2 e 3 que mostra a tradutora atriz ¹⁰produzindo material e catalogação dos vídeos traduzidos para Libras.

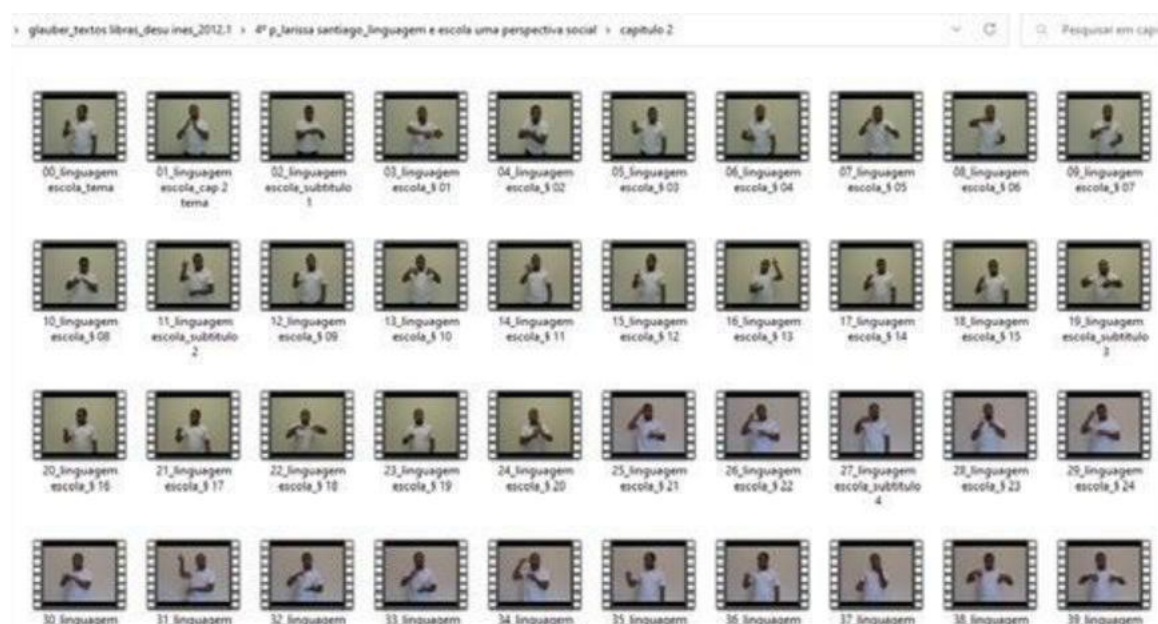
Figura 2 - Produção de material acessível em Libras como prática ampliada de mediação do TILSP



Fonte: Livro 01 - O INES e os ETILSP atravessamentos históricos, educacionais e legislativos (2022).

¹⁰ O termo *tradutora-atriz* é aqui adotado para nomear a prática de produção em Libras em que a pessoa grava e encena textos traduzidos para a língua de sinais, assumindo papel autoral e performativo na circulação do conteúdo. A expressão tem sido empregada em trabalhos vinculados ao curso de Letras-Libras da UFSC e em estudos sobre práticas tradutórias e encenação para ambientes virtuais de ensino (cf. Quadros, org.; Stumpf; TCCs e relatórios do Letras-Libras/UFSC).

Figura 3 - Segmentação e serialização da tradução em Libras como prática ampliada de mediação do TILSP



Fonte: Livro 01 -O INES e os ETILs atravessamentos históricos, educacionais e legislativos (2022).

Embora tenha sido uma iniciativa relevante, a formação da equipe de tradução no Departamento de Ensino Superior (DESU) enfrentou sérios entraves, como a escassez de recursos materiais e a ausência de profissionais especializados surdos na etapa de pós-tradução. Essa equipe foi desfeita quando o Instituto iniciou o processo de rescisão dos contratos dos Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais (TILSP) prestadores de serviço.

Avançando para o ano de 2023, constata-se que a situação permanece praticamente inalterada. Apesar do reconhecimento da importância da tradução e da constante demanda dos discentes por materiais em Libras, essas necessidades seguem sendo relegadas a um segundo plano. A lógica de distribuição de tarefas no departamento ainda se baseia, prioritariamente, na maior demanda institucional: a interpretação em sala de aula.

Como destaca Carneiro (2022, p. 26), em termos históricos e cronológicos, a interpretação precedeu a tradução em Línguas de Sinais. Além disso, a alta demanda por interpretação nas instituições de ensino de todos os níveis tem dificultado a estruturação de equipes dedicadas exclusivamente à tradução, o que é um desafio comum a diversas instituições educacionais.

Esse cenário reflete um problema conceitual recorrente: a confusão entre as atividades de tradução e interpretação. Muitos docentes e até mesmo alguns TILSP consideram equivocadamente que ambas são equivalentes, chegando a tratar a

interpretação gravada como se fosse tradução, sem levar em conta as etapas, intencionalidades e exigências distintas de cada processo.

Para esclarecer essas diferenças, Lemos e Carneiro (2021, p. 25) explicam que a tradução deve ser compreendida como um fenômeno cultural e linguístico. Isso significa que a tradução, à luz das teorias funcionalistas, exige uma análise descritiva dos textos para identificar as normas e convenções comunicativas entre as línguas e culturas de partida e de chegada. Nessa perspectiva, o foco da tradução recai sobre a funcionalidade e a intencionalidade da mensagem no processo comunicativo.

Dessa forma, traduzir não é apenas transpor palavras entre dois códigos linguísticos. Envolve interpretar o texto-fonte, entender a mensagem em sua plenitude e recriá-la na língua de destino, respeitando os elementos linguísticos, culturais e discursivos envolvidos. Isso exige que o tradutor tenha domínio não apenas da Libras e da Língua Portuguesa, mas também do conteúdo temático, do gênero textual e da situação comunicativa. O tempo de produção, portanto, é influenciado por diversos fatores, como o grau de complexidade do material, o nível de familiaridade com o tema, o feedback do solicitante e a adequação vocabular.

No contexto da graduação presencial do DESU, a realidade não se mostra muito distante do cenário descrito por Lemos (2022). Ainda não há estrutura física adequada para garantir a produção de materiais bilíngues com a qualidade necessária. Em muitos casos, as gravações são realizadas com o celular pessoal do TILSP, uma vez que o departamento não conta com equipe técnica de filmagem, tampouco com equipamentos profissionais suficientes. Além disso, mesmo quando os recursos estão disponíveis, o uso eficaz desses instrumentos é dificultado pela ausência de formação técnica dos intérpretes para operar câmeras, sistemas de iluminação ou softwares de edição.

A figura a seguir ilustra a estrutura atual do estúdio improvisado, utilizado na produção de materiais bilíngues (Libras/Língua Portuguesa) do curso presencial, evidenciando os limites enfrentados pelos profissionais e os desafios institucionais para a efetivação do bilinguismo.

Figura 4 - Infraestrutura institucional para produção de materiais acessíveis em Libras no DESU/INES



Fonte: Imagem extraída do relatório de Gestão INES (2019).

Dessa forma, os próprios Tradutores e Intérpretes de Libras (TILSP) tornam-se responsáveis por gravar os vídeos, organizá-los em blocos, nomeá-los e enviá-los por meio de um Drive compartilhado para a equipe de edição do setor de Educação a Distância. Essa equipe, situada em outro prédio e dotada de melhor infraestrutura, é composta por profissionais de diferentes áreas, como professores, designers educacionais, designers gráficos, roteiristas, equipe de estúdio e tradutores.

Na produção dos materiais, o público-alvo é sempre considerado, com o objetivo de garantir que a finalidade da tradução seja plenamente alcançada (Nord, 2005). Na tradução educacional, é imprescindível que as escolhas linguísticas favoreçam a compreensão dos discentes sem comprometer o discurso original (Gomes; Valadão, 2020). Busca-se assegurar que os conteúdos sejam compreendidos de forma clara, promovendo a adequação linguística sem alterações de sentido (Quadros; Segala, 2015).

Considerando que a Libras é uma língua visual-espacial, Jakobson (1959) apresenta três tipos de tradução que ajudam a compreender a complexidade envolvida nesse processo: (1) a tradução intralingual, também chamada de reformulação, que ocorre dentro da mesma língua, como na adaptação de um texto adulto para o público infantil; (2) a tradução interlingual, ou tradução propriamente dita, que se refere à interpretação de uma língua para outra; e (3) a tradução intersemiótica, ou transmutação, que corresponde à interpretação de um sistema semiótico para outro, como da linguagem verbal para imagens visuais (Jakobson, 1959, p. 233).

O tradutor, portanto, deve estar atento às especificidades desses diferentes tipos de tradução, observando cuidadosamente o discurso, seja ele explícito ou implícito.

Quando, por exemplo, é exigida a tradução de um texto de dez laudas com um prazo de apenas um ou dois dias, tal solicitação revela uma desvalorização do processo tradutório. Embora a interpretação tenha historicamente precedido a tradução, e ainda hoje seja priorizada no DESU, isso não diminui a importância da tradução, que continua sendo uma etapa indispensável nos cursos bilíngues.

Complementando as categorias de Jakobson, Segala (2010) propõe a tradução intermodal, conceito que busca abarcar as especificidades das línguas de sinais. Segundo Segala e Quadros (2015), essa proposta contempla aspectos da tradução intralingual, interlingual e intersemiótica, reconhecendo a Libras como um sistema verbal visual-espacial. Essa abordagem reforça que a tradução em Libras exige técnicas próprias e uma compreensão profunda das línguas envolvidas.

O profissional Tradutor e Intérprete de Libras, quando devidamente formado, é apto a desempenhar ambas as funções, tradução e interpretação, desde que reconheça suas distinções conceituais, técnicas e éticas. Quadros e Segala (2015) destacam que, embora relacionadas, essas atividades possuem naturezas distintas: a tradução envolve planejamento, análise e revisão, enquanto a interpretação ocorre em tempo real, demandando decisões imediatas.

Não se pode confundir uma gravação improvisada, feita enquanto alguém lê um texto, com uma tradução efetivamente elaborada. Cruz (2016) e Goulart e Bonin (2021) observam que práticas amadoras ou apressadas de tradução desconsideram o conhecimento técnico e teórico que fundamenta a atuação do TILSP, contribuindo para a desvalorização da profissão. Tal prática tende a romantizar a tradução gravada, ignorando o percurso formativo e os estudos acumulados nas últimas décadas.

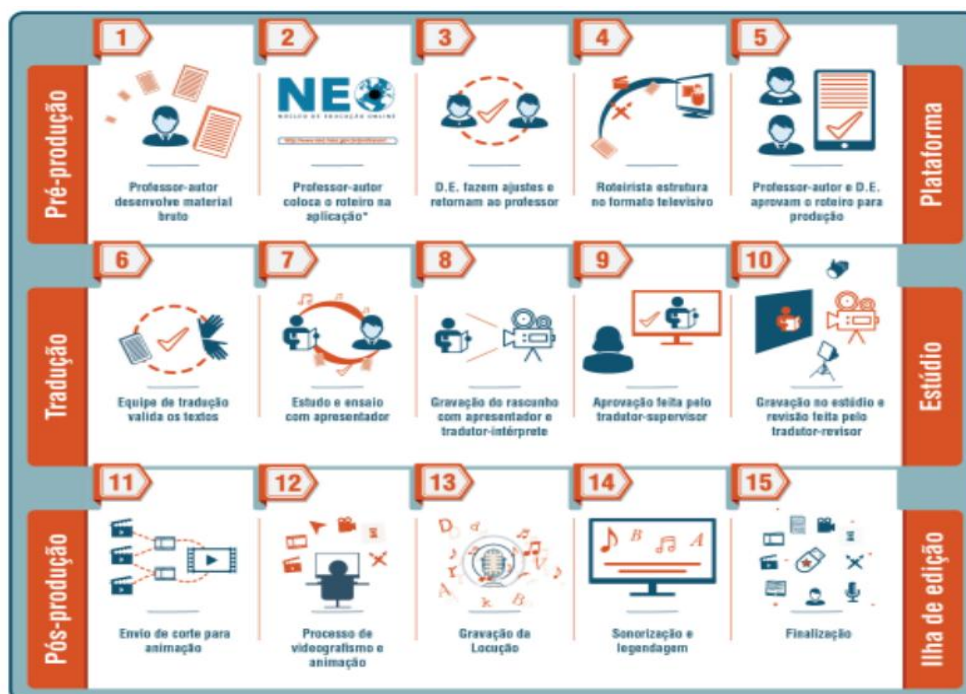
Além disso, a rotatividade de profissionais responsáveis por traduções institucionais pode comprometer a consistência terminológica e estilística dos materiais. Reckelberg (2018) ressalta que a ausência de tempo adequado para a preparação e revisão das traduções enfraquece o caráter técnico da atividade e favorece a precarização do trabalho. Solicitar, por exemplo, que um intérprete que acaba de cumprir uma jornada exaustiva de quatro horas em sala de aula realize, logo em seguida, a tradução de uma lauda de texto, é uma prática incoerente e contrária aos princípios éticos que regem a profissão (FEBRAPILS, 2014).

As justificativas para prazos reduzidos costumam se repetir, “é só um comunicado”, “é rapidinho”, transformando exceções em uma rotina institucional. Esse processo

compromete a qualidade, sobretudo quando envolve textos com alto grau de metáforas ou densidade poética, nos quais a subjetividade e a ambiguidade são elementos estruturantes. Campos (2018) e Menezes (2021) apontam que a tradução de metáforas requer tempo de análise, sensibilidade cultural e domínio conceitual, pois deslocamentos semânticos mal interpretados podem produzir versões distorcidas do texto-fonte. Assim, a tradução de materiais desse tipo demanda reflexão linguística e literária, além de condições institucionais que assegurem o tempo necessário à sua elaboração.

Galasso (2018) destaca que o fluxo de trabalho para a produção de materiais bilíngues (Libras/Língua Portuguesa) deve seguir rigorosamente três etapas fundamentais: pré-produção, tradução e pós-produção. A supressão de qualquer uma delas, mesmo em situações consideradas de “menor relevância”, compromete o resultado final. Garantir a qualidade das traduções significa respeitar o tempo e as etapas do processo, bem como a dignidade do trabalho dos TILSP, cujas práticas não podem ser reduzidas à improvisação. A seguir a figura 5 apresenta o fluxo de trabalho para a elaboração de trabalhos bilíngues (Língua Portuguesa/Libras).

Figura 5 - Organização do trabalho e distribuição de responsabilidades na produção de materiais acessíveis em Libras



Fonte: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/R8nwGtrSrb3LdF9BvbxNZLt/?lang=pt&format=pdf>

Essas situações nos levam a refletir novamente sobre o que estabelece o Código de Ética da FEBRAPILS (2018) e a questionar até que ponto os tradutores e intérpretes devem assumir total responsabilidade por seu trabalho, sobretudo considerando a seguinte afirmação:

A questão da visibilidade do tradutor, uma vez que o tradutor produz o texto em Libras filmado, ou seja, o tradutor é visualizado e sua identidade é explícita (diferente de traduções envolvendo textos escritos, em que o tradutor pode tornar-se, muitas vezes, invisível). No caso de textos em que a língua-alvo é a Libras, os tradutores são necessariamente visíveis, atribuindo a eles a autoria da tradução" (Segala; Quadros, 2015, p. 8).

Quando uma demanda é encaminhada a um servidor TILSP sem que o departamento responsável participe das decisões que permeiam a atividade solicitada, frequentemente sob o argumento de que se trata de uma "urgência" e que qualquer intérprete disponível pode realizá-la, torna-se pertinente questionar se a autoria da tradução pode ser atribuída exclusivamente a esse profissional. Caso o tradutor recuse a tarefa, mesmo apresentando justificativas fundamentadas, não há garantias de que o solicitante compreenderá as razões dessa recusa. Tal dificuldade se acentua quando os envolvidos desconhecem as especificidades da língua de sinais e os processos que envolvem a tradução e a interpretação.

No âmbito da interpretação, sobretudo no contexto educacional, essas questões tornam-se ainda mais sensíveis. O trabalho do intérprete exige cuidado constante, pois os estudantes têm o direito de acessar todas as informações acadêmicas de forma clara e coerente. Assim, não cabe ao intérprete decidir, de forma unilateral, quais conteúdos são relevantes ou dispensáveis no processo de mediação linguística.

A habilidade no desempenho da profissão não deve ser definida apenas pela fluência, ou mesmo pela proficiência em Libras. É fundamental que o profissional compreenda profundamente os conteúdos que interpreta, de modo que suas escolhas lexicais sejam adequadas à língua de chegada, garantindo sentido aos interlocutores. É nessa esfera complexa que atua o intérprete educacional (Belém, 2010, p. 22).

Em consonância com as habilidades apontadas por Belém (2010), é essencial que tanto tradutores quanto intérpretes tenham o cuidado de assegurar a precisão e a clareza comunicativa. No entanto, no contexto acadêmico, o fator tempo é decisivo. Durante as aulas, os intérpretes frequentemente se deparam com conteúdos novos ou situações previamente não informadas pelos docentes, o que exige um esforço de compreensão imediato e pode resultar na omissão ou distorção de partes da mensagem, especialmente quando há múltiplos sentidos ou conceitos técnicos desconhecidos.

Como destaca Quadros (2004), o intérprete exerce um poder significativo sobre o produto final da interpretação e, quando esse poder não é bem gerido, por falta de conhecimento ou formação, os equívocos gerados podem comprometer gravemente a mensagem.

Ademais, o trabalho no ambiente educacional ultrapassa a interpretação sinalizada. Envolve também a "interpretação voz", ou seja, a tarefa de tornar compreensível, em Língua Portuguesa, o discurso produzido pelo estudante surdo. Rocha (2021) ressalta que o intérprete deve "dar voz ao surdo", garantindo que sua fala seja transmitida de maneira fidedigna e respeitosa. No entanto, em algumas situações, observa-se que a interpretação realizada altera ou deturpa a intenção original do estudante, prejudicando a qualidade da comunicação.

Essa discrepância entre o nível de escolaridade exigido para a contratação de intérpretes e o nível de competência efetivamente necessário para uma atuação qualificada evidencia lacunas no processo formativo e na organização institucional. O objetivo aqui não é responsabilizar o profissional, mas sim evidenciar que falhas no processo de tradução e interpretação têm impactos diretos e significativos no percurso de aprendizagem dos estudantes surdos. O acesso pleno à mensagem exige uma estrutura que considere tempo adequado de preparação, domínio de conteúdo e formação especializada.

Ambos os processos, tradução e interpretação, demandam dos TILSP tempo e condições para se apropriar dos conteúdos e das especificidades de cada situação. Não é realista esperar que um único profissional assuma as duas funções com excelência em simultâneo, ainda mais diante de recursos escassos e de uma logística institucional que frequentemente ignora essas particularidades.

Embora a legislação brasileira reconheça a Libras como língua oficial da comunidade surda, conforme a Lei nº 10.436/2002 (Brasil, 2002), e regule sua aplicação por meio do Decreto nº 5.626/2005 (Brasil, 2005), a prática educacional ainda demonstra um abismo entre a norma e a realidade. A Lei 10.436/2002 garante o uso da Libras na educação e comunicação, e o Decreto 5.626/2005 detalha as obrigações institucionais quanto à formação, contratação e atuação de TILSP e professores bilíngues. No entanto, no Ensino Superior, especialmente nos programas de pós-graduação, essas diretrizes frequentemente são ignoradas ou mal implementadas.

Figura 6- Linha do Tempo dos marcos legais da Libras



Fonte: Elaboração da autora, através de IA, com base nas legislações brasileiras (Lei nº 10.436/2002, Decreto nº 5.626/2005, Lei nº 12.319/2010 e Lei nº 14.704/2023).

A educação bilíngue, conforme preconizado por essas normativas, pressupõe a Libras como língua de instrução e a Língua Portuguesa como segunda língua. Esse modelo, voltado à equidade no acesso ao conhecimento, esbarra em dificuldades práticas: formação inadequada dos intérpretes, a falta de materiais bilíngues, carência de infraestrutura e ausência de planejamento pedagógico bilíngue.

Portanto, mesmo com legislações robustas, a efetivação da educação bilíngue inclusiva ainda é atravessada por inúmeros desafios. A precarização das condições de trabalho dos TILSP, a improvisação nos processos de tradução e a invisibilidade das demandas dos discentes surdos continuam a comprometer a qualidade da formação oferecida nos cursos presenciais.

O processo de tradução e interpretação educacional, como discutido ao longo deste capítulo, exige tempo, preparo e recursos adequados para garantir a plena acessibilidade aos conteúdos acadêmicos. A ausência dessas condições viola o direito à educação de estudantes surdos, tal como assegurado pela legislação. Assim, torna-se urgente uma reflexão crítica sobre a implementação efetiva da Lei nº 10.436/2002 (Brasil, 2002) e do Decreto nº 5.626/2005 (Brasil, 2005), a fim de avançarmos na direção de uma prática educativa verdadeiramente inclusiva, respeitosa da diversidade linguística e cultural da comunidade surda.

No próximo item deste capítulo, será analisada a Lei nº 10.436/2002 (Brasil, 2002), que reconhece a Libras como a língua oficial da comunidade surda no Brasil, bem como o Decreto nº 5.626/2005 (Brasil, 2005), que regulamenta sua aplicação no contexto educacional. Embora esse marco normativo proponha diretrizes

consistentes para a educação de surdos, como será demonstrado a seguir, a distância entre o prescrito e o praticado ainda impõe entraves significativos à efetivação da equidade linguística e pedagógica nas instituições de ensino superior.

3.1.6 A LEI Nº 10.436/2002 E O DECRETO Nº 5.626/2005.

A Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002 (Brasil, 2002), reconhece a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como a língua oficial da comunidade surda, assegurando seu uso nos mais diversos contextos sociais. Esse reconhecimento, fruto de intensas lutas da comunidade surda e de seus aliados, representa um marco fundamental para a inclusão, ao garantir o direito à comunicação por meio da Libras. O parágrafo único da Lei define:

Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil (Brasil, 2002).

A conquista legal do reconhecimento da Libras como língua legítima assegurou aos surdos o direito de se expressarem em sua língua natural, promovendo o acesso à comunicação em diversos espaços sociais e institucionais. Entretanto, apesar do avanço normativo, os desafios persistem quando se trata da efetiva implementação da Lei.

Nem todos os espaços garantem a presença de profissionais com fluência em Libras, o que inviabiliza, na prática, o direito à comunicação plena. Em muitos casos, o cumprimento da lei é tratado como facultativo, quando, na realidade, trata-se de uma exigência legal. Diversos relatos de pessoas surdas denunciam situações em que são impedidas de participar de eventos culturais, como peças teatrais e exposições, por ausência de intérprete de Libras, o que revela a invisibilização das necessidades linguísticas da comunidade surda.

Frequentemente, a justificativa para a não oferta de acessibilidade é a alegada “ausência de inscritos surdos”. Essa visão revela um equívoco grave: acessibilidade não deve depender da demanda, mas ser assegurada como direito universal. A ausência de planejamento inclusivo reforça a exclusão e compromete a participação espontânea dos surdos em atividades sociais, culturais e educacionais.

A Constituição Federal, no artigo 5º, assegura que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à

segurança e à propriedade”. A liberdade, nesse contexto, implica o direito de agir conforme a própria vontade, e a igualdade pressupõe que todas as pessoas devem ter oportunidades equivalentes de participação, inclusive os surdos. Isso inclui o direito de ir e vir, de participar de um evento sem a necessidade de avisar previamente ou justificar sua presença.

Ainda que a Libras tenha sido reconhecida como língua oficial, esse reconhecimento não garante, por si só, que ela seja respeitada e implementada de forma plena. O descompasso entre a legislação e a prática cotidiana escancara um cenário de exclusão estrutural que precisa ser combatido por meio de ações concretas e políticas públicas eficazes.

No campo da educação, essa lacuna se torna ainda mais evidente. O Decreto nº 5.626/2005 (Brasil, 2005) regulamenta a Lei nº 10.436/2002 e também o artigo 18 da Lei nº 10.098/2000 (Brasil, 2000), que estabelece normas gerais para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência. O Capítulo IV do Decreto trata especificamente do acesso das pessoas surdas à educação.

Art. 14. As instituições federais de ensino devem garantir, obrigatoriamente, às pessoas surdas acesso à comunicação, à informação e à educação nos processos seletivos, nas atividades e nos conteúdos curriculares desenvolvidos em todos os níveis, etapas e modalidades de educação, desde a educação infantil até à superior (Brasil, 2005).

Dessa forma, a legislação determina que o acesso à educação deve ser garantido de forma contínua, desde a infância até o Ensino Superior. Para isso, é necessário não apenas dispor de profissionais qualificados, mas garantir a coerência nas alocações e funções, como aponta o §1º do mesmo artigo:

§1º Para garantir o atendimento educacional especializado e o acesso previsto no caput, as instituições federais de ensino devem:

I - promover cursos de formação de professores para:

a) o ensino e uso da Libras;

b) a tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa;

c) o ensino da Língua Portuguesa como segunda língua para pessoas surdas;

II - ofertar, obrigatoriamente, desde a educação infantil, o ensino da Libras e também da Língua Portuguesa, como segunda língua para alunos surdos;

III - prover as escolas com:

a) professor de Libras ou instrutor de Libras;

b) tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa;

c) professor para o ensino de Língua Portuguesa como segunda língua para pessoas surdas;

d) professor regente de classe com conhecimento acerca da singularidade linguística manifestada pelos alunos surdos;

IV - garantir o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos surdos, desde a educação infantil, nas salas de aula e, também, em salas de recursos, em turno contrário ao da escolarização;

V - apoiar, na comunidade escolar, o uso e a difusão de Libras entre professores, alunos, funcionários, direção da escola e familiares, inclusive por meio da oferta de cursos;

VI - adotar mecanismos de avaliação coerentes com o aprendizado de segunda língua, na correção das provas escritas, valorizando o aspecto semântico e reconhecendo a singularidade linguística manifestada no aspecto formal da Língua Portuguesa;

VII - desenvolver e adotar mecanismos alternativos para a avaliação de conhecimentos expressos em Libras, desde que devidamente registrados em vídeo ou em outros meios eletrônicos e tecnológicos;

VIII - disponibilizar equipamentos, acesso às novas tecnologias de informação e comunicação, bem como recursos didáticos para apoiar a educação de alunos surdos ou com deficiência auditiva (Brasil, 2005).

Essas diretrizes revelam o compromisso legal com a promoção da acessibilidade e da equidade no processo educacional. No entanto, sua implementação ainda encontra barreiras concretas, como a ausência de planejamento institucional, escassez de profissionais com formação específica e uma visão limitada sobre o bilinguismo. A educação bilíngue de surdos, prevista por essas normativas, continua sendo uma proposta mais teórica do que prática, exigindo mudanças estruturais para que os direitos da comunidade surda sejam plenamente efetivados.

(Re)memorizando a motivação da pesquisa, é necessário retomar o que dispõe o item VII do Decreto nº 5.626/2005 (Brasil, 2005), o qual enfatiza a importância de “desenvolver e adotar mecanismos alternativos para a avaliação de conhecimentos expressos em Libras, desde que devidamente registrados em vídeo ou em outros meios eletrônicos e tecnológicos”. A previsão legal do uso de Libras como meio legítimo de avaliação demonstra o reconhecimento da necessidade de adaptar os instrumentos avaliativos às especificidades linguísticas dos estudantes surdos, em consonância com os princípios de uma educação bilíngue.

Apesar disso, estudos como os de Quadros (2004) e Karnopp (2010) indicam que a adoção de estratégias avaliativas em Libras ainda encontra resistência no contexto do ensino superior, especialmente nos cursos de Licenciatura voltados à formação de futuros professores surdos. A literatura aponta que a implementação dessas práticas tende a ser pontual, muitas vezes restrita ao engajamento de determinados docentes sensibilizados com a proposta bilíngue. Isso revela um cenário de descompasso entre a previsão legal e a efetivação concreta das diretrizes, o que reforça a importância de políticas institucionais que estimulem a valorização da Libras não apenas como meio de instrução, mas também como instrumento legítimo de avaliação acadêmica.

No que diz respeito aos profissionais Tradutores e Intérpretes de Libras e Língua Portuguesa (TILSP), o Decreto trata especificamente de sua formação no Artigo 19, estabelecendo:

Nos próximos dez anos, a partir da publicação deste Decreto, caso não haja pessoas com a titulação exigida para o exercício da tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa, as instituições federais de ensino devem incluir, em seus quadros, profissionais com o seguinte perfil:
I - profissional ouvinte, de nível superior, com competência e fluência em Libras para realizar a interpretação das duas línguas, de maneira simultânea e consecutiva, e com aprovação em exame de proficiência, promovido pelo Ministério da Educação, para atuação em instituições de ensino médio e de educação superior;
II - profissional ouvinte, de nível médio, com competência e fluência em Libras para realizar a interpretação das duas línguas, de maneira simultânea e consecutiva, e com aprovação em exame de proficiência, promovido pelo Ministério da Educação, para atuação no ensino fundamental. (Brasil, 2005).

O inciso I do Art. 19 é claro ao exigir formação de nível superior para atuação no ensino médio e superior. Contudo, observa-se que, mesmo após a publicação do Decreto nº 5.626/2005, alguns editais públicos continuaram a prever apenas o nível médio como requisito para a atuação dos TILSP em instituições de ensino superior, mesmo diante da existência de cursos de graduação específicos na área. Esse desencontro entre a previsão normativa e as práticas de contratação reflete um cenário mais amplo de transição institucional, no qual a consolidação da profissão de TILSP ainda enfrenta desafios quanto à regulamentação e valorização da formação acadêmica.

Essa questão se torna especialmente relevante no contexto da educação bilíngue, onde a complexidade das interações linguísticas demanda profissionais qualificados não apenas em fluência linguística, mas também em competências tradutórias, pedagógicas e éticas. Como apontam Quadros (2004) e Brito (2010), a formação especializada dos intérpretes constitui um elemento central para garantir a qualidade da mediação linguística em ambientes acadêmicos. Portanto, mais do que um requisito formal, o investimento na qualificação dos TILSP é condição necessária para que o direito à educação em Libras seja efetivado de maneira plena e equitativa.

Lemos e Carneiro (2021) destacam que a constituição e oferta de cursos de formação para TILSP são relativamente recentes no Brasil, com marcos situados entre o final do século XX e o início do século XXI, especialmente no período de 1993 a 2020. A consolidação desses cursos contribuiu para a expansão das pesquisas na área, articulando teoria e prática, e para a sistematização dos processos interpretativos, além da qualificação profissional. Contudo, como observam Albres (2011), Laguna (2015) e Rodrigues e Beer (2015), a realidade ainda é marcada por uma formação

fragmentada, com muitos profissionais atuando historicamente sem formação acadêmica formal.

Mesmo diante das diretrizes explícitas do Decreto nº 5.626/2005, a prática revela uma defasagem preocupante. A permanência de editais com exigência de apenas nível médio colabora para a precarização da profissão e impacta diretamente a qualidade da mediação linguística, prejudicando o acesso do estudante surdo ao conteúdo acadêmico em sua plenitude. É necessário compreender que não se trata apenas de fluência em Libras, mas da profundidade do conhecimento linguístico, cultural e pedagógico, indispensável para a atuação qualificada.

Como ressalta Cruz (2016, p. 9), “a atuação do intérprete de Libras vai além do gostar e conhecer a língua; requer um grande conhecimento cognitivo-linguístico para o exercício da mesma”. Essa observação reforça que o TILSP não pode ser reduzido a um executor mecânico de sinais. Em contextos acadêmicos, sua atuação exige competência crítica, domínio de terminologias específicas e capacidade de adaptação a diversas situações comunicativas. Ele atua como mediador do conhecimento, sendo um elo essencial entre o conteúdo e o aluno surdo.

Dessa forma, o TILSP, quando devidamente formado, não apenas traduz ou interpreta, mas também facilita a construção de significados, garantindo a transmissão clara, precisa e culturalmente adequada das informações. Essa atuação consciente é determinante para o sucesso da inclusão, especialmente no contexto educacional, onde textos acadêmicos frequentemente trazem terminologias técnicas e conceitos complexos. A competência do intérprete, portanto, é condição para que a educação não seja apenas acessível, mas verdadeiramente inclusiva.

A ausência de uma formação sólida entre os Tradutores e Intérpretes de Libras – Língua Portuguesa (TILSP) compromete diretamente a qualidade do processo tradutório e interpretativo, bem como o desenvolvimento acadêmico dos estudantes surdos. A insuficiência de preparo técnico, teórico e ético desses profissionais impacta a mediação comunicativa e interfere na compreensão dos conteúdos escolares, especialmente quando não há alinhamento pedagógico com os docentes (Cruz, 2016). Essa realidade evidencia a necessidade de políticas institucionais voltadas à qualificação contínua dos intérpretes, assegurando práticas compatíveis com as demandas da educação bilíngue e com os princípios de acessibilidade linguística estabelecidos pela legislação vigente (Brasil, 2005; Brasil, 2015). A formação e a atuação qualificada dos TILSP constituem elementos estruturantes para a consolidação de uma educação bilíngue e inclusiva.

Como afirmam Gomes e Valadão (2020), a atuação do intérprete no ensino superior e na pós-graduação requer mais do que fluência nas línguas envolvidas, exigindo compreensão das práticas discursivas e dos gêneros acadêmicos próprios desses espaços. O reconhecimento da Libras como língua oficial representa um marco jurídico relevante; contudo, sua efetivação depende da presença de profissionais capacitados, valorizados e respaldados por diretrizes formativas e políticas públicas coerentes com os direitos linguísticos da comunidade surda (Quadros; Segala, 2015).

3.1.7 A Regulamentação Da Profissão De Tradutor E Intérprete De Libras: Análise Das Leis Nº 12.319/2010 (BRASIL, 2010) E Nº 14.704/2023 (BRASIL, 2023).

Somente oito anos após a promulgação da Lei de Libras, a Lei nº 10.436/2002 (Brasil, 2002) e cinco anos depois da publicação do Decreto nº 5.626/2005 (Brasil, 2005), que a regulamenta, a profissão de Tradutor e Intérprete de Libras foi finalmente regulamentada. Durante esse período, muitos profissionais exerceram a função sem o devido respaldo legal. A regulamentação, no entanto, veio para definir de forma clara as competências e atribuições desses profissionais. De acordo com o Art. 6º da Lei, são atribuições do Tradutor e Intérprete de Libras:

I - Efetuar comunicação entre surdos e ouvintes, surdos e surdos, surdos e surdos-cegos, surdos-cegos e ouvintes, por meio da Libras para a língua oral e vice-versa; II - Interpretar, em Língua Brasileira de Sinais - Língua Portuguesa, as atividades didático-pedagógicas e culturais desenvolvidas nas instituições de ensino nos níveis fundamental, médio e superior, de forma a viabilizar o acesso aos conteúdos curriculares (Brasil, 2005).

Essas competências são fundamentais, especialmente no contexto das instituições de ensino, onde a demanda por TILSP é crescente devido à implementação da Educação Inclusiva. As exigências para a presença desses profissionais nas salas de aula aumentaram, com a necessidade de ter, ao menos, um TILSP por turma. A atuação desses profissionais é, portanto, essencial para garantir o acesso pleno dos alunos surdos aos conteúdos curriculares e à participação nas atividades educacionais.

A regulamentação, porém, não ocorreu de forma imediata nas instituições de ensino. No Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), por exemplo, a atuação de TILSP já era registrada antes mesmo da formalização legal da profissão. Empresas como FENEIS, Prata Recursos Humanos e Assessoria Empresarial LTDA, e Rio Quality Serviços Especializados LTDA foram responsáveis por terceirizar a alocação

desses profissionais no INES entre os anos de 2002 e 2013, demonstrando a necessidade já existente do serviço, ainda sem o respaldo da Lei.

É importante ressaltar, como aponta Quadros (2002), que para que o trabalho do TILSP seja realizado de forma eficaz, algumas qualidades pessoais e profissionais são imprescindíveis. O profissional deve ser imparcial, discreto, manter uma distância profissional adequada, ser confiável e, acima de tudo, ser fiel ao conteúdo e à mensagem transmitida. Essas características são essenciais para garantir a qualidade e a ética no exercício da profissão, principalmente nas dinâmicas de sala de aula, onde a precisão na tradução e interpretação é vital para o processo de aprendizagem do aluno surdo.

Antes da regulamentação da profissão, a atuação dos Tradutores e Intérpretes de Libras – Língua Portuguesa (TILSP) era frequentemente mediada por empresas contratadas, cada uma estabelecendo suas próprias condições de trabalho, valores de remuneração e carga horária. A ausência de uma política pública específica de contratação resultava em diferentes modalidades de vínculo e na precarização das relações laborais, cenário amplamente descrito nos estudos sobre a trajetória de profissionalização da categoria (Recklelberg, 2018; Goulart; Bonin, 2021). Entre essas instituições, a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS) destacou-se como precursora na organização e intermediação dos serviços de tradução e interpretação de Libras, atuando como referência nacional desde a década de 1990 (FENEIS, 1995). Sempre atenta às demandas da comunidade surda, a FENEIS adotava uma prática criteriosa de encaminhamento, avaliando a proficiência e a experiência dos profissionais antes de sua designação, o que contribuía para assegurar a qualidade do serviço prestado e fortalecer o reconhecimento social do intérprete. Essa atuação pioneira foi decisiva para a consolidação de parâmetros éticos e técnicos que, posteriormente, subsidiaram as diretrizes de formação e atuação incorporadas à Lei nº 12.319/2010, que regulamenta a profissão no Brasil.

Pode se dizer que aconteceu muito tardiamente, se levarmos em consideração sua importância nesse processo de ensino e aprendizagem e na mediação da comunicação entre pessoas usuárias da língua de sinais e língua oral, muitas vezes indispensáveis no cotidiano escolar ou de convívio em sociedade (Rocha, 2021, p. 37).

A Lei nº 12.319/2010 (Brasil, 2010)), sancionada em 1º de setembro de 2010, estabeleceu as bases para a regulamentação da profissão de Tradutor e Intérprete de Libras, mas foi a Lei nº 14.704/2023 (Brasil, 2023) sancionada em 25 de outubro de 2023,

que trouxe significativas alterações, visando aprimorar o exercício da profissão e as condições de trabalho desses profissionais.

A principal mudança introduzida pela Lei nº 14.704/2023 (Brasil, 2023) foi a ampliação da definição de profissionais que podem atuar na área. A lei não apenas manteve a regulamentação para tradutores e intérpretes de Libras, mas também incluiu o guia-intérprete, com uma descrição mais detalhada sobre as competências desse profissional, como o domínio das formas de comunicação utilizadas pelas pessoas surdocegas. Além disso, a regulamentação passou a abranger mais explicitamente as atividades desempenhadas pelos tradutores e intérpretes em diferentes contextos, reconhecendo a diversidade de situações nas quais esses profissionais são essenciais para a comunicação, como em processos seletivos, concursos públicos, e depoimentos em juízo.

A nova redação do artigo 1º da Lei nº 14.704/(Brasil, 2023) amplia a descrição das atribuições do tradutor e intérprete, incluindo a mediação entre surdos e ouvintes, entre surdos e surdos, e até mesmo entre surdos e surdocegos, evidenciando a importância do papel desses profissionais para garantir acessibilidade e comunicação. Essa ampliação na definição de funções também reflete uma abordagem mais inclusiva, ao reconhecer diferentes formas de comunicação dentro da comunidade surda.

Além disso, a Lei nº 14.704/2023 (Brasil, 2023) introduziu questões cruciais relacionadas às condições de trabalho, destacando a carga horária máxima de trabalho para esses profissionais, estabelecendo um limite de 6 horas diárias ou 30 horas semanais. Para garantir a qualidade do serviço, a lei também prevê que, quando o trabalho de tradução e interpretação ultrapassar uma hora de duração, seja realizado com a presença de, pelo menos, dois profissionais em regime de revezamento. Essa medida visa preservar a qualidade e a eficiência da interpretação, especialmente em contextos mais exigentes.

Outro ponto importante foi a revogação do artigo 5º da Lei nº 12.319/2010 (Brasil, 2010), que estabelecia a obrigatoriedade do exame de proficiência para a validação da atuação dos profissionais, substituindo-o por um sistema que permite a continuidade da atuação de profissionais habilitados anteriormente à entrada da nova lei, desde que atendam a critérios estabelecidos.

Portanto, a Lei nº 14.704/2023 (Brasil, 2023) não apenas corrigiu lacunas da legislação anterior, mas também aprimorou a regulamentação da profissão, garantindo

maior clareza nas atribuições dos tradutores e intérpretes, ampliando os direitos dos profissionais e fortalecendo a acessibilidade e a inclusão da comunidade surda.

Essa atualização normativa é fundamental para adequar a prática da tradução e interpretação de Libras às novas demandas sociais e educacionais, além de proporcionar uma estrutura mais sólida para os profissionais que atuam nesse campo. A regulamentação mais detalhada contribui, portanto, para a valorização da profissão, promovendo um ambiente de trabalho mais justo e organizado para todos os envolvidos.

As reflexões tecidas na Fundamentação Teórica desta Tese buscaram abordar sobre as implicações da formação e atuação do Tradutor Intérprete de Libras no Mestrado do Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES. Buscando a confluência entre a prática, as teorias e a legislação para tecer um trabalho eficaz de modo a atender as demandas educacionais do aprendiz surdo, tal como, nos respaldar sobre encaminhamentos possíveis para reduzir as incoerências e insatisfação dos TISP atuantes no Mestrado do DESU.

A seguir, será abordado o papel do INES enquanto espaço formativo de Tradutores e Intérpretes de Libras, destacando suas experiências e iniciativas na construção de saberes voltados à mediação linguística em contextos educacionais bilíngues.

3.1.8 Educação Bilíngue De Surdos E Políticas Educacionais.

A educação de surdos no Brasil tem sido um campo de discussão constante, especialmente no que se refere à educação bilíngue. A Lei nº 10.436/2002 (BRASIL, 2002) reconhece a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio de comunicação e expressão da comunidade surda, sendo regulamentada pelo Decreto nº 5.626/2005 (BRASIL, 2005), que determina a obrigatoriedade da oferta de ensino bilíngue. Mais recentemente, a Lei nº 14.191 /2021 (BRASIL, 2021) estabeleceu a educação bilíngue como modalidade de ensino, reforçando a necessidade de políticas inclusivas para estudantes surdos.

Para visualizar o percurso normativo da regulamentação da Libras e da profissão de Tradutor Intérprete, apresenta-se a seguir uma linha do tempo com os principais marcos legais

Autores como Skliar (1999) e Quadros (2004) discutem a educação de surdos como um direito linguístico e cultural, evidenciando a necessidade de uma educação bilíngue efetiva. Nesse contexto, o papel dos TILSP torna-se essencial, pois são

profissionais responsáveis por garantir o acesso à informação e à comunicação nos diferentes níveis de ensino.

3.1.9 A Construção Histórica da Tradução e Interpretação de Libras no Brasil: Marcos e Tensões.

A construção histórica da tradução e interpretação da Língua Brasileira de Sinais (Libras) no Brasil é marcada por disputas simbólicas, invisibilizações e processos gradativos de institucionalização. Os primeiros movimentos voltados à mediação linguística com a Libras ocorreram em ambientes educacionais voltados à surdez, ainda no século XIX, especialmente com a fundação do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), em 1857. Naquele contexto, a prática de mediação estava associada a uma lógica assistencialista e oralista, sem o reconhecimento da Libras como língua legítima e tampouco da mediação linguística como profissão.

Foi a partir das décadas de 1980 e 1990 que as discussões em torno da necessidade de profissionais qualificados para tradução e interpretação da Libras ganharam força, consolidando-se com a promulgação da Lei nº 10.436/2002 (BRASIL, 2002). Esta lei reconheceu oficialmente a Libras como meio legal de comunicação e expressão, legitimando a língua de sinais como parte do patrimônio linguístico nacional e criando o alicerce para a construção de políticas públicas voltadas à sua difusão e uso institucional. O Decreto nº 5.626/2005 veio regulamentar a formação e atuação dos tradutores e intérpretes de Libras – Língua Portuguesa, configurando marcos decisivos para a consolidação da área como campo profissional e acadêmico (Quadros, 2004; Quadros & Schmiedt, 2006).

Entretanto, a formalização da profissão não ocorreu sem tensões. Segundo Ferreira- Brito (2014) e Karnopp (2012), a constituição dos cursos de formação de TILSP, tanto em nível técnico quanto superior, enfrentou desafios estruturais como a ausência de currículos consolidados, a escassez de professores surdos e indefinições quanto ao perfil ideal do profissional. A criação dos cursos de Letras-Libras, especialmente a partir de 2006, representou um avanço, ampliando a oferta de formação superior e fomentando debates teóricos que articulam tradução, interpretação e as especificidades das línguas de sinais.

Autoras como Lacerda (2009) e Silva (2012) destacam que, apesar desses avanços, a atuação dos TILSP em contextos educacionais ainda está permeada por contradições. Em muitos casos, os profissionais atuam sem planejamento pedagógico,

sem acesso antecipado a materiais e sem reconhecimento da complexidade intrínseca à sua prática, que vai além da simples transposição linguística. Gesser (2009) também evidencia a precarização das condições de trabalho e a ausência de planos de carreira estruturados para esses profissionais, aspectos que dificultam a valorização e a permanência na função.

Na produção acadêmica, observa-se uma articulação crescente com os Estudos da Tradução, sobretudo no entendimento da tradução como prática discursiva situada, atravessada por relações de poder, autoria e mediação cultural. O trabalho de Segala e Quadros (2015) ilustra bem esse panorama ao analisar os desafios na produção de materiais didáticos em Libras, revelando as escolhas lexicais, sintáticas e discursivas complexas que permeiam o cotidiano escolar e que frequentemente são invisibilizadas.

O Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) tem desempenhado papel fundamental nesse processo, por meio de iniciativas de formação, pesquisa e produção de materiais. A coletânea “Instituto Nacional de Educação de Surdos e os estudos da Tradução e Interpretação das línguas de sinais: atravessamentos históricos, educacionais e legislativos” (INES, 2021) contribui significativamente para registrar a historicidade das práticas tradutórias e reconhecer os sujeitos que protagonizaram essas trajetórias, muitas vezes invisibilizados como profissionais.

Ainda, os estudos sobre diferença e alteridade, como os de Skliar (1998), convidam a repensar a prática interpretativa como espaço de encontro entre sujeitos diversos, enquanto Venuti (1995) denuncia a invisibilização dos tradutores nos processos editoriais. Essas reflexões são essenciais para pensar a ética e a política da atuação dos TILSP, profissionais que, ao traduzirem entre línguas e culturas, também (re)constroem sentidos, narrativas e lugares de fala.

Assim, a trajetória histórica da tradução e interpretação da Libras no Brasil é também a história da luta por reconhecimento de saberes, práticas e sujeitos que, por muito tempo marginalizados, hoje consolidam um campo profissional e epistemológico em expansão, com bases legais, acadêmicas e sociais cada vez mais fortalecidas. A Tradução e Interpretação de Libras requerem competências que vão além da fluência na língua de sinais. Como afirma Belém (2010), “a habilidade no desempenho da profissão não deve ser configurada apenas pela fluência ou até mesmo pela proficiência na língua de sinais; é preciso conhecer bem sobre aquilo que se interpreta para que as escolhas lexicais sejam as mais adequadas”.

Autores como Segala (2010), Souza (2010), Barazzutti (2011) e Pimenta (2012) discutem aspectos da teoria da tradução aplicados às línguas de sinais, enfatizando os desafios específicos da mediação linguística em contextos acadêmicos.

A pesquisa também se apoia na reflexão sobre a diferença entre tradução e interpretação. Enquanto a tradução envolve a transposição de um texto escrito para outro idioma, a interpretação ocorre em tempo real, exigindo habilidades cognitivas e estratégias específicas. No contexto da pós-graduação, os TILSP precisam lidar com a complexidade dos discursos acadêmicos, que frequentemente envolvem discussões filosóficas e teóricas, demandando uma formação contínua para atender a essas especificidades.

A partir dessa fundamentação teórica, busca-se estabelecer um diálogo entre as teorias da educação bilíngue de surdos, os desafios enfrentados pelos TILSP e os Estudos da Tradução e Interpretação. A atuação desses profissionais na pós-graduação stricto sensu é um campo ainda pouco explorado e exige um olhar atento para as condições de trabalho, as necessidades dos estudantes surdos e as estratégias adotadas para a construção de um ambiente verdadeiramente inclusivo.

Nesta pesquisa, a inclusão é compreendida a partir de uma perspectiva linguística e cultural, que reconhece a Libras como língua de instrução e condição para a participação equitativa de estudantes surdos nos processos formativos.

Com base na fundamentação teórica apresentada, busca-se estabelecer um diálogo entre as teorias da educação bilíngue de surdos, os desafios enfrentados pelo TILSP e os Estudos da Tradução e Interpretação. A atuação desses profissionais na pós-graduação stricto sensu é um campo ainda pouco explorado e exige um olhar atento para as condições de trabalho, as necessidades dos estudantes surdos e as estratégias implementadas para a construção de um ambiente verdadeiramente inclusivo.

Na virtude da revisão teórica realizada, ficou evidente a complexidade da atuação dos Tradutores e Intérpretes de Língua Brasileira de Sinais (TILSP) no contexto da pós-graduação, especialmente no que se refere aos desafios específicos enfrentados na mediação linguística e na tradução/interpretação de conteúdos acadêmicos. As questões discutidas ao longo deste referencial, desde as políticas de educação bilíngue até os aspectos técnicos da Tradução e Interpretação de Libras, fornecem o panorama de fundo necessário para a análise crítica das práticas desses profissionais no Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). Assim, com o intuito de aprofundar a pesquisa, passaremos à análise dos dados encontrados nas fontes selecionadas, que incluem

trabalhos acadêmicos que já abordaram a atuação do TILSP no contexto do Departamento de Ensino Superior (DESU) do INES. O objetivo da análise é identificar como os desafios teóricos propostos se manifestam na prática desses profissionais e como suas ações impactam a formação acadêmica dos discentes surdos. A análise crítica dessas narrativas e dados permitirá aprofundar o entendimento sobre as condições de trabalho e as possíveis melhorias para a inclusão dos surdos na pós-graduação *stricto sensu*, estabelecendo um diálogo entre os desafios enfrentados e as soluções propostas por aqueles que atuam diretamente nesse campo.

3.1.10 Marcos Legislativos e Políticas Públicas para a Profissão de TILSP.

A construção histórica da tradução e interpretação da Língua Brasileira de Sinais (Libras) no Brasil é marcada por disputas simbólicas, invisibilizações e processos gradativos de institucionalização. Ao analisarmos esse percurso, podemos identificar que os primeiros movimentos voltados à mediação linguística com a Libras ocorreram em ambientes educacionais voltados à surdez, ainda no século XIX, notadamente com a fundação do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), em 1857. Naquele contexto, a prática de mediação estava associada a uma lógica assistencialista e oralista, sem o reconhecimento da Libras como língua legítima e tampouco da mediação linguística como profissão (Lemos, 2021).

Durante décadas, o papel de mediação foi desempenhado por pessoas surdas oralizadas ¹¹ ou por funcionários da instituição, sendo muitas vezes identificado sob o título de “repetidores” (Lemos, 2021). Essa figura do repetidor, geralmente um sujeito surdo com maior domínio da leitura labial e da oralidade, atuava como ponte entre os surdos e os ouvintes, mas sem reconhecimento institucional, sem formação específica e sem políticas que amparassem sua prática. Lemos (2021) destaca como essas trajetórias foram invisibilizadas historicamente, ainda que tenham sido fundamentais na mediação linguística e cultural em um tempo em que a Libras era marginalizada.

Foi apenas a partir dos anos 1980 e, especialmente, da década de 1990, que se intensificaram as discussões em torno da necessidade de profissionais qualificados para

¹¹ Neste trabalho, a expressão *surdos oralizados* refere-se a sujeitos surdos cuja trajetória educacional privilegiou práticas de oralização e uso predominante da língua portuguesa, podendo ou não envolver o uso da Libras. O termo *funcionários* é empregado em sentido institucional amplo, designando os profissionais que atuam no INES nos diferentes setores administrativos, pedagógicos e de apoio, conforme a nomenclatura utilizada nos documentos oficiais da instituição.

a tradução e interpretação da Libras. Esse movimento se consolidou com a promulgação da Lei nº 10.436/2002, que reconheceu a Libras como meio legal de comunicação e expressão (BRASIL, 2002), e com o Decreto nº 5.626/2005, que regulamentou a formação e a atuação dos tradutores e intérpretes de Libras – Língua Portuguesa (BRASIL, 2005). Esses marcos legais foram decisivos para a consolidação da área como campo profissional e acadêmico.

No entanto, a formalização da profissão não se deu sem tensões. Como afirmam Ferreira Brito (2014) e Karnopp (2012), a constituição dos cursos de formação de TILSP, tanto em nível técnico quanto superior, enfrentou desafios estruturais, como a ausência de currículos consolidados, a carência de professores surdos e a indefinição sobre o perfil ideal desse profissional. A criação dos cursos de Letras-Libras, especialmente a partir de 2006, marcou um novo momento, ampliando a oferta de formação superior e fomentando debates teóricos sobre a tradução e a interpretação de línguas de sinais.

Autoras como Lacerda (2009) e Silva (2012) chamam atenção para o fato de que, mesmo com os avanços legais e formativos, a atuação dos TILSP em contextos educacionais ainda está atravessada por contradições. Em muitos casos, os intérpretes atuam sem planejamento pedagógico, sem acesso antecipado aos materiais e sem reconhecimento da complexidade de sua prática, que vai além da mera transposição de códigos linguísticos. Essa crítica também é ecoada por Gesser (2009), que aponta para a precarização das condições de trabalho desses profissionais e para a ausência de planos de carreira estruturados.

Ao analisarmos a produção acadêmica sobre a formação de TILSP, é possível perceber uma crescente articulação com os Estudos da Tradução, especialmente no que tange à compreensão da tradução como prática discursiva situada, permeada por relações de poder, autoria e mediação cultural. Nessa perspectiva, o trabalho de Segala e Quadros (2015) é exemplar ao abordar os desafios na produção de materiais didáticos em Libras, evidenciando como a tradução envolve escolhas lexicais, sintáticas e discursivas complexas, muitas vezes invisibilizadas no cotidiano escolar.

O Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) tem desempenhado um papel relevante nesse processo de consolidação da profissão, por meio de iniciativas de formação, produção de materiais e pesquisa. Publicações como a coletânea “Instituto Nacional de Educação de Surdos e os estudos da Tradução e Interpretação das línguas de sinais: atravessamentos históricos, educacionais e legislativos” (INES, 2021)

contribuem para registrar a historicidade das práticas tradutórias e para reconhecer os sujeitos que protagonizaram essas trajetórias, ainda que, por muito tempo, não tenham sido reconhecidos como profissionais.

Nesse cenário, é fundamental destacar que a formação e atuação dos TILSP estão profundamente ligadas a uma concepção de surdez que reconhece a pessoa surda como sujeito de direitos linguísticos e culturais (Quadros, 2004). Essa mudança de paradigma tem implicações diretas na forma como se pensa a tradução e a interpretação, exigindo dos profissionais não apenas fluência na Libras e no português, mas também conhecimento sobre os contextos culturais, históricos e educacionais da comunidade surda. Como enfatiza Quadros (2004), a aquisição da linguagem pelas pessoas surdas ocorre em contextos visuais e interativos, nos quais a Libras tem papel central, e cabe aos intérpretes mediar esses processos com sensibilidade e competência técnica.

Por fim, não se pode ignorar a contribuição dos estudos sobre diferença e alteridade, como os de Skliar (1998), que convidam a repensar a prática interpretativa como espaço de encontro entre sujeitos diversos, e os de Venuti (1995), que denunciam a invisibilização dos tradutores nos processos editoriais. Essas reflexões são cruciais para pensar a ética e a política da atuação dos TILSP, que, ao traduzirem entre línguas e culturas, também (re)constroem sentidos, narrativas e lugares de fala conforme ilustra a figura 7.

Figura 7 - A mediação interpretativa como relação dialógica: o intérprete como elo e não como eco



Fonte: Elaborado pela autora com uso de IA (2025).

Assim, a trajetória histórica da tradução e interpretação de Libras no Brasil é também a história da luta por reconhecimento de saberes, práticas e sujeitos que, durante muito tempo, foram marginalizados, mas que hoje ocupam com firmeza um campo profissional e epistemológico em expansão (Oliveira, 2023).

3.2 A Atuação dos TILSP na Pós-Graduação

A atuação dos Tradutores e Intérpretes de Libras – Língua Portuguesa (TILSP) na pós-graduação configura-se como um campo ainda pouco explorado na literatura acadêmica, embora venha ganhando relevância diante do crescente ingresso de estudantes surdos em programas *stricto sensu*. No contexto do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), essa presença se intensificou a partir da criação do Programa de Pós-Graduação em Educação Bilíngue (PPGEB), em 2017, exigindo uma reorganização das práticas interpretativas diante das especificidades desse novo nível de ensino.

O trabalho do TILSP na pós-graduação apresenta demandas diferenciadas em relação à graduação, tanto pela complexidade dos conteúdos quanto pela exigência de uma mediação que dialogue com linguagens acadêmicas especializadas. Lemos (2021/2022) e Neves (2022) destacam que os intérpretes enfrentam desafios como a ausência de sinais convencionados para terminologias técnicas, a necessidade de preparo prévio aprofundado e a pressão por um desempenho que acompanhe o alto nível de exigência teórica e metodológica das disciplinas ofertadas. Soma-se a isso a frequência com que os intérpretes precisam adaptar seu trabalho a diferentes áreas do conhecimento e estilos discursivos dos docentes, muitas vezes sem tempo hábil para o planejamento conjunto.

Ainda que a atuação desses profissionais seja indispensável para garantir a acessibilidade linguística dos estudantes surdos, não raro os TILSP atuam sem respaldo institucional adequado, enfrentando lacunas no planejamento pedagógico, sobrecarga de trabalho e ausência de protocolos claros quanto à organização da interpretação nesse nível de ensino. Em muitos casos, a mediação se dá de forma improvisada, dependendo da disponibilidade dos intérpretes e da disposição dos docentes em construir coletivamente um ambiente comunicacional acessível.

Além dos aspectos técnicos, a atuação dos TILSP na pós-graduação demanda competências discursivas, éticas e epistemológicas que ultrapassem a mera proficiência linguística. Como ressaltam Quadros e Souza (2008), interpretar em contextos

educacionais implica domínio das práticas discursivas acadêmicas e engajamento com os processos pedagógicos que estruturam a circulação do conhecimento. Lacerda (2006) complementa ao destacar que a mediação realizada pelo intérprete é um processo interativo, que envolve captar intenções comunicativas, modos de organização textual e relações construídas entre docentes, discentes e conteúdos. Nesse sentido, como apontam Gomes e Valadão (2020), a atuação do intérprete no ensino superior vai além da tradução entre línguas, exigindo compreensão das epistemologias presentes no discurso universitário, adaptação das estratégias tradutórias às especificidades dos gêneros orais, visuais e escritos e participação ativa na organização comunicacional dos programas *stricto sensu*. Essa dinâmica complexa reforça a necessidade de formação continuada e de diálogo permanente com as pesquisas da área, em consonância com as demandas reais do cotidiano acadêmico.

Dessa forma, este trabalho reconhece a importância de aprofundar o debate sobre a atuação dos TILSP na pós-graduação, considerando não apenas os desafios enfrentados por esses profissionais, mas também os limites institucionais que impactam a qualidade da mediação linguística nesse contexto. Os dados que serão apresentados nos capítulos seguintes permitirão uma análise mais detalhada dessas questões, a partir da escuta sensível das experiências vivenciadas pelos intérpretes e pelas próprias pessoas surdas que vivenciam a pós-graduação.

A atuação dos TILSP ultrapassa o exercício técnico da tradução entre duas línguas. Trata-se de uma prática atravessada por dimensões éticas, políticas e epistemológicas, que envolvem decisões, posicionamentos e compromissos com os sujeitos surdos e com os contextos nos quais se inserem. A complexidade desse trabalho implica compreender que o intérprete não é apenas um canal neutro de transmissão de informações, mas um sujeito ético-político que age em uma rede de relações de poder, linguagem e cultura.

Para fundamentar essa perspectiva, é fundamental recorrer a autores que ampliam a compreensão da interpretação como prática socialmente situada e portadora de significado político. Franz Pöchhacker (2016), referência central nos Estudos da Interpretação, apresenta o intérprete como um mediador cultural e agente social, ressaltando que seu papel vai além da mera transferência linguística. Essa visão interdisciplinar destaca a mediação como uma atividade complexa que envolve negociações constantes entre línguas, culturas e contextos, um ponto especialmente

relevante para a atuação dos TILSP em ambientes educacionais bilíngues, onde as interações se dão em espaços marcados por desigualdades históricas.

De forma complementar, Maria Tymoczko (2007) contribui ao enfatizar a tradução e a interpretação como atos de engajamento político e ativismo social. Sua análise revela que tradutores e intérpretes podem atuar como agentes de transformação social, desafiando as estruturas hegemônicas que excluem ou marginalizam grupos específicos. No contexto dos TILSP, essa visão evidencia a responsabilidade ética-política desses profissionais na promoção da acessibilidade e justiça linguística para a comunidade surda, reforçando a mediação como prática política de resistência a lógicas capacitistas¹².

A invisibilidade do tradutor, tema aprofundado por Lawrence Venuti (1995), também é crucial para refletir sobre a atuação dos TILSP. Venuti problematiza como a cultura dominante tende a ocultar o papel do tradutor, naturalizando as decisões que este toma e os impactos que essas escolhas têm sobre as línguas e comunidades envolvidas. Para os TILSP, essa invisibilidade pode se manifestar na subvalorização da profissão e na falta de reconhecimento da complexidade da mediação linguística, tornando essencial a conscientização crítica sobre as hierarquias culturais e linguísticas que permeiam a prática tradutória.

A ética na tradução e interpretação é marcada, sobretudo, pelos limites entre o dizer e o silenciar. Em situações diversas, o TILSP enfrenta o desafio de decidir o que, como e quando interpretar, ponderando o respeito aos sujeitos envolvidos, a fidelidade à mensagem e as condições comunicativas do ambiente. Como sugere Venuti (1995), cada decisão tradutória carrega implicações éticas e políticas, evidenciando a necessidade de sensibilidade e reflexão crítica por parte do intérprete. Para orientar essas escolhas, os códigos de ética profissional, como o elaborado pela Federação Brasileira das Associações de Profissionais Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais (FEBRAPILS), apresentam princípios fundamentais, entre os quais se destacam a confidencialidade, imparcialidade e respeito à diversidade linguística e cultural. Contudo, conforme observa Gesser (2009), tais diretrizes não substituem a responsabilidade ética

¹² **Capacitismo** é um sistema de opressão baseado na ideia de que pessoas com deficiência são inferiores, anormais ou incapazes, e que seus corpos e modos de existir devem ser corrigidos, ocultados ou superados. Tal perspectiva hierarquiza vidas, produz barreiras sociais e naturaliza práticas discriminatórias que negam direitos, participação e autodeterminação às pessoas com deficiência. O termo *capacitista*, por sua vez, qualifica ações, discursos e políticas que reproduzem esse modelo de exclusão.

encarnada no cotidiano, onde cada situação exige análise singular e sensível às especificidades contextuais.

Sob essa perspectiva, a atuação do TILSP deve ser compreendida como uma epistemologia encarnada, conceito que reconhece a produção de conhecimento situada, afetiva e corporalizada. Inspirada em autoras como Donna Haraway (1988) e adaptada para os Estudos da Tradução, essa abordagem propõe que o conhecimento não é neutro nem abstraído do corpo, mas produzido em relação, no gesto, no olhar e no tempo compartilhado com o outro. Para os TILSP, a língua de sinais representa não apenas um meio de tradução, mas um modo de existir, perceber e construir sentidos no mundo. O corpo do intérprete, portanto, configura-se como locus de conhecimento onde se entrelaçam linguagem, cultura, experiência e compromisso ético, conferindo à mediação linguística uma dimensão profundamente vivida e política.

Assim, compreender a atuação dos TILSP a partir das suas dimensões éticas, políticas e epistemológicas desloca o foco de uma prática meramente instrumental para uma práxis crítica e engajada. Essa abordagem demanda que a formação desses profissionais ultrapasse a competência linguística e técnica, incorporando reflexões sobre poder, representatividade, direitos linguísticos e produção de sentidos. Além disso, enfatiza a importância da valorização das experiências dos próprios intérpretes como fontes legítimas de saber, contribuindo para a construção de um campo epistêmico que reconhece a centralidade dos corpos e das línguas na produção de conhecimento.

Dessa forma, os TILSP não apenas traduzem entre línguas, mas mobilizam sentidos, constroem pontes e protagonizam processos de mediação que são também processos de resistência, reconhecimento e transformação social.

3.2.1 A Pós-Graduação no INES e a Presença dos TILSP no PPGEb.

A criação do Programa de Pós-Graduação em Educação Bilíngue (PPGEb)⁵, em 2016, representa um marco institucional significativo na trajetória do INES. Fruto de um contexto de expansão acadêmica e fortalecimento do corpo docente, com a entrada, em 2014, de cerca de trinta novos professores doutores e mestres ¹³especializados em áreas como Antropologia, Filosofia, Tecnologias na Educação, Letramento e Estudos Surdos, o programa surgiu como resposta a um ambiente eferescente de pesquisa,

¹³ A ampliação do quadro docente mencionada refere-se à titulação acadêmica dos professores, não implicando, necessariamente, formação ou fluência em Libras, aspecto que permanece como desafio para a consolidação de práticas efetivamente bilíngues no ensino superior.

demandas sociais e compromisso com a formação crítica de profissionais atuantes na educação de surdos.

Com área de concentração em Educação Bilíngue, o PPGEB estrutura-se a partir de três linhas de pesquisa: (1) Educação de Surdos e suas Interfaces; (2) Língua e Linguagem; e (3) Memória, Marcadores Linguísticos, Culturais e Territoriais. Tais linhas refletem tanto os acúmulos institucionais do INES quanto as demandas emergentes do campo dos Estudos Surdos, configurando um espaço de construção e reconstrução epistemológica. A proposta do curso, aprovada pela CAPES em 2018, é fruto de um esforço coletivo de docentes do DESU, DEBASI, UFF e UFRJ, que elaboraram as ementas de 22 disciplinas distribuídas entre as linhas de pesquisa e disciplinas gerais do programa.

O primeiro processo seletivo, realizado em 2019, registrou mais de 300 inscritos, revelando uma forte demanda por formação qualificada na área. A primeira turma iniciou suas atividades em 2020, com 39 estudantes aprovados. O PPGEB consolida, assim, uma política institucional voltada à valorização da produção acadêmica bilíngue, priorizando a participação da comunidade surda e de profissionais comprometidos com práticas educativas inclusivas.

Nesse cenário de consolidação do *stricto sensu*, a atuação dos TILSP torna-se estratégica. A mediação linguística assume centralidade para garantir a participação plena dos discentes surdos, viabilizando o acesso aos conteúdos teóricos, às discussões em sala e às produções acadêmicas desenvolvidas ao longo do curso. Contudo, apesar da importância dessa atuação, a dinâmica de trabalho dos TILSP no contexto do PPGEB ainda espelha modelos aplicados na Graduação, sem que haja reconfiguração compatível com a complexidade da Pós-Graduação.

Persistem desafios estruturais e pedagógicos, como a ausência de planejamento integrado com docentes, o não acesso prévio a materiais didáticos, a escassez de formação continuada voltada a vocabulários técnico-científicos e a limitação de tempo para tradução simultânea de conteúdos densos. Esses fatores, longe de serem pontuais, indicam a reprodução de práticas institucionais que desconsideram as especificidades da mediação em contextos acadêmicos de alto nível.

É importante destacar que a Pós-Graduação não pode ser compreendida como mera extensão da Graduação, exigindo, portanto, outra lógica de atuação. Como descreve Rangel (2022), a atuação dos TILSP no Departamento de Ensino Superior do INES envolve grande complexidade, marcada por limitações de tempo, necessidade de

revezamento entre intérpretes e ausência de planejamento pedagógico sistematizado, o que reforça a urgência de repensar as práticas institucionais nesse contexto.

A ausência de políticas institucionais voltadas especificamente à atuação dos TILSP na Pós-Graduação contribui para a manutenção de barreiras linguísticas que comprometem a equidade no acesso ao conhecimento científico por parte dos discentes surdos. Como destacam Gomes e Valadão (2020), o espaço universitário ainda é estruturado por e para pessoas ouvintes, o que implica desafios institucionais que afetam diretamente a atuação dos intérpretes e a efetivação da inclusão. Como será aprofundado em capítulos posteriores, os dados obtidos por meio da análise documental e de trabalhos acadêmicos que trazem as vozes dos sujeitos envolvidos, estudantes e intérpretes, evidenciam a continuidade de problemáticas já identificadas em outras etapas da formação, agora ressignificadas sob novas exigências. Esses desafios, como apontam Silva e Diodato (2023), revelam a ausência de planejamento institucional consistente e de políticas de formação continuada que assegurem condições equitativas de acesso e permanência de estudantes surdos no ensino superior.

A mediação linguística nesse nível exige mais que fluência em Libras e domínio da língua portuguesa: requer articulação teórica, conhecimento aprofundado sobre os campos do saber abordados, domínio de terminologias específicas e compreensão do discurso científico, além de um posicionamento ético e político que compreenda a acessibilidade como direito e prática pedagógica. Segundo Rangel (2022, p. 83-84), a atuação do TILSP em cursos superiores bilíngues demanda articulação constante com docentes e estudantes, sendo fundamental o reconhecimento institucional e o planejamento pedagógico conjunto para a consolidação de práticas inclusivas. A ausência de ações institucionais efetivas de formação, reconhecimento e planejamento conjunto fragiliza a atuação dos TILSP e, por conseguinte, o próprio projeto de educação bilíngue em nível *stricto sensu*.

Assim, a presença dos TILSP no PPGEb, ao mesmo tempo em que representa uma ampliação das oportunidades acadêmicas para a comunidade surda, revela limites importantes na consolidação de práticas institucionais coerentes com as necessidades reais desse público. A reflexão crítica sobre esse cenário, à luz das legislações vigentes (Lei nº 10.436/2002, Decreto nº 5.626/2005 e Lei nº 14.704/2023) e das experiências dos sujeitos envolvidos, é essencial para repensarmos os caminhos da acessibilidade linguística no Ensino Superior.

Ao compreender a trajetória do PPGEb e sua proposta curricular inovadora, torna-se ainda mais evidente a urgência de políticas estruturantes que reconheçam a mediação linguística como componente indissociável da qualidade acadêmica. Garantir o direito ao acesso linguístico pleno e à produção acadêmica equitativa é, acima de tudo, afirmar o compromisso com uma ciência inclusiva, diversa e socialmente referenciada.

Diante de tais desafios, no próximo tópico, serão abordadas as principais iniciativas do INES voltadas à formação de Tradutores e Intérpretes de Libras – Língua Portuguesa, com destaque para o curso de especialização TRADINES e a atuação dos TILSP no curso de Pedagogia Bilíngue, como parte de uma política institucional mais ampla de formação e qualificação profissional.

3.2.2 Formação de Tradutores e Intérpretes de Libras no INES: Experiências, Saberes e Práticas Formativas.

O INES ao longo de sua trajetória histórica, consolidou-se como uma das principais instituições brasileiras voltadas à formação de profissionais que atuam com a educação de surdos. Entre os diversos campos de formação que abriga, destaca-se a atuação voltada à qualificação dos TILSP, profissionais fundamentais para garantir o direito à acessibilidade linguística em contextos educacionais bilíngues. O livro *O Instituto Nacional de Educação de Surdos e os Estudos da Tradução e Interpretação das Línguas de Sinais* (2021) apresenta, em detalhes, algumas experiências significativas desenvolvidas pela instituição nessa área.

Uma das iniciativas mais relevantes promovidas pelo INES foi o Programa de Pós-Graduação Lato Sensu em Tradução e Interpretação da Libras e da Língua Portuguesa – PG TRADINES, ofertado entre os anos de 2014 e 2015. Conforme relatam Lemos e Campello (2021, p. 111), o curso foi concebido como uma proposta de formação continuada para intérpretes já atuantes, especialmente aqueles que exerciam funções em instituições federais de ensino. O objetivo era proporcionar um aprofundamento teórico e prático nas áreas da tradução, interpretação, linguística, estudos da surdez e educação bilíngue.

O TRADINES contou com uma estrutura curricular abrangente, composta por disciplinas como “Tradução e Interpretação na Perspectiva dos Estudos da Tradução”, “Leitura e Produção Textual em Língua Portuguesa Escrita”, “Libras para TILSP” e “Análise da Prática Tradutória”, entre outras. A carga horária total foi de 360 horas, distribuídas ao longo de três semestres, e as aulas foram ministradas de forma remota

com aulas síncronas e assíncronas, por uma equipe formada por professores surdos e ouvintes, com experiência reconhecida na área. Os participantes do curso desenvolveram Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) que refletiam sobre suas experiências profissionais, com temas como ética na interpretação, glossários técnicos em Libras e estratégias de tradução em contextos acadêmicos (Lemos; Campello, 2021, p. 118).

Essa proposta formativa representou um marco institucional ao consolidar, no âmbito do INES, um espaço voltado especificamente à qualificação dos TILSP em consonância com as diretrizes da educação bilíngue e das políticas públicas de acessibilidade linguística. Ainda que tenha sido uma experiência pontual, o TRADINES reafirmou a importância de ações formativas voltadas a esse público e evidenciou a necessidade de investimentos permanentes na formação continuada de intérpretes (Lemos; Campello, 2021, p. 127).

Outra dimensão relevante da atuação dos TILSP no INES refere-se à sua presença no curso de Pedagogia Bilíngue, criado em 2010 com o propósito de formar professores para atuarem em contextos educacionais bilíngues de surdos. Conforme destaca Oliveira (2021, p. 131), a proposta pedagógica do curso está ancorada no reconhecimento da Libras como primeira língua dos estudantes surdos e na valorização do par linguístico Libras–Português como eixo estruturante da formação docente. Nesse contexto, os intérpretes desempenham papel central na mediação linguística entre professores e alunos, tanto surdos quanto ouvintes.

A atuação dos TILSP no curso de Pedagogia Bilíngue do INES envolve a interpretação de aulas, seminários, avaliações e demais atividades acadêmicas, exigindo domínio da terminologia específica da área, sensibilidade cultural e compreensão aprofundada das práticas educacionais bilíngues. Segundo Santos e Lemos (2021), o trabalho do intérprete nesse contexto ultrapassa a dimensão técnica da tradução, assumindo um papel pedagógico importante na mediação dos saberes entre professores e estudantes surdos. As autoras destacam que a presença do intérprete contribui para a construção de sentidos e o acesso equitativo ao conhecimento, atuando de forma integrada ao processo formativo dos discentes no cotidiano universitário (Santos; Lemos, 2021, p. 124).

Além disso, a atuação dos intérpretes nesse espaço requer um alinhamento constante com os professores, o que implica planejamento, trocas pedagógicas e articulação com os objetivos de aprendizagem das disciplinas. No entanto, o livro não

apresenta dados que permitam inferir que essas práticas de articulação estejam plenamente institucionalizadas, o que reforça a necessidade de políticas formativas e estruturais que consolidem esse tipo de parceria como componente da prática educacional.

Com base nessas experiências, é possível afirmar que o INES tem assumido, ainda que de forma pontual e com desafios, o compromisso com a formação de TILSP, seja por meio de cursos específicos como o TRADINES, seja pela inserção qualificada desses profissionais nos espaços pedagógicos da graduação. Essas ações contribuem para fortalecer a política de educação bilíngue e ampliar as possibilidades de acesso ao conhecimento por parte da comunidade surda.

Entretanto, é importante observar que, até o momento, não há relatos no livro de ações sistemáticas e continuadas voltadas exclusivamente à formação de TILSP, como programas regulares de formação, oficinas permanentes ou grupos de pesquisa na área. O registro das ações existentes, embora relevante, evidencia a urgência de institucionalizar políticas que garantam a continuidade, a ampliação e a sistematização dessas experiências. Como destaca Oliveira (2021, p. 134), é necessário que a formação de intérpretes seja entendida como parte indissociável das políticas públicas de educação de surdos e não como ações pontuais.

Assim, a atuação do INES como espaço formador de TILSP se mostra estratégica para o fortalecimento da educação bilíngue no Brasil, mas ainda carece de maior estruturação e continuidade. A consolidação de uma política institucional robusta voltada à formação desses profissionais é essencial para garantir a qualidade da mediação linguística e o efetivo direito à educação das pessoas surdas em todos os níveis de ensino.

As experiências formativas analisadas, tanto no curso de especialização TRADINES quanto na atuação dos TILSP no curso de Pedagogia Bilíngue, evidenciam o protagonismo do INES em iniciativas voltadas à qualificação desses profissionais. No entanto, ao mesmo tempo em que revelam avanços pontuais e ações significativas, essas experiências também indicam a ausência de uma política institucional sistemática, contínua e articulada para a formação e valorização dos Tradutores e Intérpretes de Libras. Diante disso, é necessário reunir os elementos discutidos até aqui para refletir criticamente sobre o papel desempenhado pelo INES nesse processo e seus desdobramentos para a consolidação da educação bilíngue no país.

O Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), enquanto referência histórica na educação de surdos no Brasil, tem desempenhado papel relevante também na formação e atuação dos TILSP. A análise das ações formativas promovidas pela instituição ao longo dos últimos anos revela iniciativas que, embora pontuais, marcaram positivamente o cenário da qualificação desses profissionais. Dentre elas, destacam-se o curso de especialização PG TRADINES e a inserção ativa dos TILSP no curso de Pedagogia Bilíngue.

A criação e execução do TRADINES, conforme exposto por Lemos e Campello (2021), representou uma iniciativa pioneira e estratégica, ao reunir aspectos teóricos e práticos fundamentais à atuação dos intérpretes em contextos educacionais. A proposta curricular diversificada, o corpo docente qualificado e a possibilidade de reflexão crítica por meio dos TCCs evidenciam o cuidado da equipe idealizadora em oferecer uma formação consistente, alinhada às diretrizes da educação bilíngue e às demandas sociais por acessibilidade linguística.

Da mesma forma, a atuação dos intérpretes no curso de Pedagogia Bilíngue, segundo Oliveira (2021), demonstra o quanto esses profissionais estão integrados ao cotidiano acadêmico do INES, contribuindo de forma decisiva para a mediação linguística entre surdos e ouvintes. Ainda que o papel dos TILSP, nesse contexto, muitas vezes seja compreendido como uma função técnica de tradução, a experiência relatada pela autora reforça a importância de se reconhecer esse trabalho como parte fundamental do processo formativo dos estudantes.

Cabe destacar, ainda, que embora o INES não possua, atualmente, cursos regulares voltados exclusivamente à formação inicial de TILSP, o desenvolvimento de ações formativas no campo da tradução e interpretação tem ocorrido principalmente a partir da mobilização de profissionais da própria instituição. A criação do curso de especialização TRADINES, por exemplo, foi fruto da iniciativa de uma professora surda e de um TILSP doutorando atuante no INES, evidenciando que a preocupação com a qualificação profissional tem partido de sujeitos diretamente envolvidos com a prática e não de uma política institucional sistematizada. Nesse sentido, observa-se que as ações voltadas à formação e ao fortalecimento da atuação dos intérpretes não têm sido impulsionadas por uma diretriz gestora consolidada, mas por demandas internas e pelo engajamento de surdos e TILSP comprometidos com a qualidade da mediação linguística no espaço educacional bilíngue.

A presença de um número expressivo de intérpretes em seu quadro funcional, distribuídos em diferentes setores e níveis de ensino, poderia, em tese, favorecer a construção coletiva de saberes e a troca de experiências entre os profissionais. No entanto, a ausência de políticas estruturadas que promovam espaços permanentes de formação, reflexão e pesquisa acabam por restringir o potencial dessas interações, que ocorrem de maneira pontual e muitas vezes sem o reconhecimento ou apoio institucional necessário. O ambiente do INES, embora historicamente vocacionado à educação de surdos, ainda carece de uma política contínua de formação e valorização dos TILSP, que integre essas práticas ao planejamento institucional.

Essa lacuna é particularmente relevante se considerarmos que o próprio Decreto nº 5.626/2005 já apontava, há quase duas décadas, a necessidade de garantir formação adequada aos profissionais de tradução e interpretação de Libras, prevendo inclusive a atuação de instituições federais nesse processo. Nesse sentido, o papel do INES, enquanto autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação poderia ser ampliada, institucionalizando programas específicos, fomentando pesquisas sobre a prática interpretativa em contextos educacionais e promovendo políticas de formação continuada com abrangência nacional.

A análise das ações do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) relacionadas à formação e à atuação dos Tradutores e Intérpretes de Libras – Língua Portuguesa (TILSP) evidencia uma configuração institucional ambivalente. De um lado, a instituição se destaca como referência nacional em razão de sua trajetória histórica, de suas práticas educacionais e de seu corpo técnico especializado. De outro, verifica-se a ausência de ações sistematizadas e contínuas que garantam a formação plena e a qualificação permanente dessa categoria profissional. A implementação de uma política institucional estruturada voltada à formação e valorização dos TILSP apresenta potencial para fortalecer tanto o reconhecimento profissional desses agentes quanto a consolidação da educação bilíngue como direito linguístico e educacional das pessoas surdas.

De modo geral, o papel do INES na formação de TILSP demonstra relevância histórica e institucional, embora ainda requeira ampliação de investimentos, planejamento e continuidade. As ações mapeadas neste capítulo indicam avanços significativos, mas também evidenciam a necessidade de políticas que integrem, de forma articulada, os eixos de formação, atuação e valorização profissional, assegurando

condições adequadas para o exercício da mediação linguística no contexto da educação bilíngue.

Os aspectos históricos, institucionais e formativos discutidos no capítulo anterior revelam a complexidade que envolve a presença e a atuação dos Tradutores e Intérpretes de Libras – Língua Portuguesa (TILSP) no Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). Ao mesmo tempo em que a instituição carrega consigo um legado significativo na educação de surdos no Brasil, observa-se que os processos de formação e valorização dos profissionais TILSP ainda se encontram marcados por ações pontuais, protagonismos individuais e ausência de políticas sistemáticas. Diante desse panorama, o capítulo seguinte propõe ampliar o debate a partir de uma abordagem teórica e crítica, articulando os dados institucionais às reflexões produzidas na literatura acadêmica recente, com ênfase na formação continuada, nas práticas colaborativas e nos desafios enfrentados por esses profissionais em diferentes contextos educacionais.

3.2.3 Perspectivas Teóricas e Desafios na Formação dos TILSP: entre práticas institucionais e demandas contemporâneas.

A formação dos Tradutores e Intérpretes de Libras – Língua Portuguesa (TILSP) tem sido atravessada por múltiplas disputas e desafios que envolvem desde a regulamentação profissional até as práticas formativas efetivas nos espaços institucionais. Este capítulo tem como objetivo apresentar as principais perspectivas teóricas que embasam o campo da tradução e da interpretação em Libras, articulando-as com os desafios enfrentados na formação inicial e continuada desses profissionais.

Para isso, analisa-se a trajetória das políticas públicas, a atuação dos centros de formação e os entraves enfrentados na institucionalização de práticas formativas sensíveis às especificidades da educação bilíngue.

3.2.4 Convergências e Tensões na Formação dos TILSP: uma análise à luz da literatura acadêmica.

A formação de TILSP tem sido objeto de debate em diferentes frentes acadêmicas, sobretudo diante das transformações políticas e educacionais que atravessam o campo da educação bilíngue de surdos. A atuação desses profissionais, especialmente em instituições federais como o INES, revela tanto avanços quanto tensões persistentes. O percurso institucional do INES, conforme discutido anteriormente, demonstra que a presença dos TILSP em seus diversos departamentos é relevante e estratégica, ainda

que a formação continuada desses profissionais se mantenha, em grande medida, como uma iniciativa descentralizada, marcada por ações pontuais, como o TRADINES.

Ao ampliar o olhar para além do contexto institucional do INES, as análises produzidas por Costa (2024) oferecem uma perspectiva crítica sobre os processos formativos dos TILSP. Em sua tese, a autora afirma que a formação desses profissionais deve ser entendida não apenas como um processo técnico-operacional, mas como prática situada, atravessada por aspectos culturais, pedagógicos e políticos. Para a autora, os processos de letramento, especialmente no contexto bilíngue, precisam incorporar dimensões visuais, multimodais e interseccionais, reconhecendo os sujeitos surdos em sua singularidade linguística e cultural.

Essa abordagem dialógica e crítica permite compreender que os desafios enfrentados por intérpretes em instituições como o INES não são isolados, mas inserem-se em um panorama nacional de desarticulação de políticas públicas voltadas à formação sistemática de TILSP. Costa (2024) alerta para a fragmentação das ações formativas, muitas vezes desvinculadas das reais demandas de atuação dos intérpretes em contextos educacionais. Nesse cenário, os próprios profissionais têm assumido o protagonismo em sua qualificação, seja por meio da participação em cursos esporádicos, seja pela atuação direta em contextos escolares, universitários e de formação bilíngue.

A ausência de diretrizes estruturadas para a formação continuada é um ponto de convergência entre a literatura acadêmica e a realidade institucional. O INES, embora conte com uma equipe numerosa de intérpretes e ocupe um lugar simbólico e estratégico na história da educação de surdos no Brasil, não possui, até o momento, uma política sistematizada de desenvolvimento profissional contínuo para esses trabalhadores. Essa lacuna se torna ainda mais evidente quando se considera a crescente complexidade das demandas que se apresentam nos espaços educacionais bilíngues, sobretudo na pós-graduação, como visto no Programa de Pós-Graduação em Educação Bilíngue (PPGEB).

A reflexão proposta por Costa (2024) também convoca a um olhar interseccional sobre a formação de TILSP, ressaltando que práticas educativas e de tradução e interpretação não podem se isentar das relações de poder e das desigualdades sociais que atravessam os espaços escolares. Em sua análise, a autora defende que uma formação ética e crítica deve contemplar questões de raça, gênero, deficiência e classe, promovendo uma atuação mais consciente, responsável e alinhada aos princípios da justiça social.

Nesse sentido, a integração entre o que é vivenciado em instituições como o INES e as proposições teóricas contemporâneas permite identificar tanto as conquistas quanto os desafios que ainda precisam ser enfrentados. O reconhecimento institucional dos TILSP, a valorização da formação continuada e a criação de políticas públicas comprometidas com a qualidade da mediação linguística são elementos indispensáveis para o fortalecimento dessa categoria profissional e para a consolidação de uma educação bilíngue de surdos verdadeiramente inclusiva.

Como aponta Costa (2024), “a formação dos TILSP precisa estar atrelada à compreensão crítica do espaço educacional e à valorização da cultura surda”. Essa afirmação sintetiza o compromisso que deve nortear não apenas os processos formativos, mas também as políticas institucionais e as práticas cotidianas de mediação linguística.

3.2.5 Formação E Qualificação: Tensões Entre Expectativa E Realidade

A formação dos Tradutores e Intérpretes de Libras – Língua Portuguesa (TILSP) no Brasil configura-se como um campo permeado por constantes disputas e desafios estruturais, que refletem tanto avanços legais quanto lacunas institucionais e sociais. A regulamentação da profissão por meio da Lei nº 12.319/2010 (Brasil, 2010) representou um marco fundamental, ao estabelecer parâmetros mínimos para a atuação dos TILSP, e a mais recente Lei nº 14.704/2023 (Brasil, 2023) ampliou esse escopo, formalizando a inclusão do guia-intérprete e atualizando as condições de trabalho, refletindo as demandas emergentes do campo (Brasil, 2010; Brasil, 2023).

Apesar da expansão quantitativa dos cursos técnicos e superiores, impulsionada desde a obrigatoriedade imposta pelo Decreto nº 5.626/2005 (Brasil, 2005), a qualidade formativa ainda enfrenta severos desafios. A tensão entre formação técnica, epistemológica e ética é notória, uma vez que os currículos frequentemente privilegiam aspectos mecânicos da interpretação em detrimento do desenvolvimento crítico e reflexivo necessário à prática profissional complexa e multidimensional (Ferreira, 2021). Em especial, os cursos de nível médio técnico e os cursos de Letras-Libras convivem com divergências quanto à identidade formativa e à adequação curricular para contextos acadêmicos e institucionais diferenciados, o que gera um campo em disputa sobre o perfil e a preparação ideal do profissional (Almeida, 2021).

Esse quadro é agravado pelo paradoxo observado na valorização discursiva da formação continuada, que ainda não se traduz em políticas públicas efetivas e financiamento consistente, sobretudo para regiões periféricas. Conforme ressalta Martins (2019), a escassez de recursos e oportunidades para atualização profissional contribui significativamente para a alta rotatividade e a precarização das condições laborais dos intérpretes, fenômeno evidenciado também nos estudos de Gonçalves (2020), que apontam a instabilidade e o desgaste emocional como causas centrais para o abandono da profissão.

Ademais, a ausência de planos de carreira estruturados nos sistemas públicos educacionais reforça essa precarização, comprometendo a permanência e o desenvolvimento profissional dos TILSP. Marques (2018) destaca que a inexistência de progressão funcional clara e a valorização salarial inadequada são fatores que desmotivam os profissionais e impactam diretamente na qualidade da mediação linguística, prejudicando o direito à comunicação e à educação bilíngue das pessoas surdas.

Outro aspecto crítico diz respeito à desarticulação entre os currículos formativos e as demandas reais da prática profissional. Pereira (2020) e Almeida (2021) enfatizam a carência de uma fundamentação sólida nos Estudos da Tradução e áreas correlatas, que permitiriam aos intérpretes a compreensão da mediação como prática social, ética e política, além da mera transposição linguística. A ausência dessa base teórica limita a formação à operacionalização das línguas, comprometendo a construção de competências críticas indispensáveis para a atuação em contextos diversificados e complexos.

Em resposta a esses desafios, a Lei nº 14.704/2023 (Brasil, 2023) representa um avanço significativo ao reconhecer a pluralidade das atuações dos TILSP e estabelecer diretrizes para formação inicial e continuada, valorização profissional e planos de carreira específicos, elementos imprescindíveis para a consolidação de um campo profissional ético, crítico e comprometido com a inclusão e acessibilidade linguística (Brasil, 2023). Essa legislação evidencia a urgência de políticas públicas robustas e integradas que considerem a complexidade do trabalho dos intérpretes e a diversidade dos contextos em que atuam.

Assim, a formação e qualificação dos TILSP demandam não apenas a expansão e aprimoramento dos cursos técnicos e superiores, mas sobretudo a articulação entre teoria e prática, ética e política, direitos e reconhecimento profissional. Somente a partir

desse equilíbrio será possível garantir a qualidade da mediação linguística e assegurar o direito fundamental à comunicação plena da comunidade surda.

3.2.6 Formação continuada e práticas colaborativas: reflexões e caminhos possíveis para a qualificação dos TILSP.

Diante da ausência de políticas públicas estruturadas e permanentes voltadas à formação continuada dos TILSP, observa-se o surgimento de práticas formativas alternativas e colaborativas no interior das próprias instituições de ensino. No caso do INES, essa realidade se manifesta por meio de iniciativas promovidas por sujeitos surdos e intérpretes atuantes na instituição, como foi o caso do curso TRADINES, concebido com o intuito de suprir lacunas históricas de formação específica para esses profissionais. Essa proposta evidencia que, embora o INES aceite e viabilize ações formativas pontuais, elas têm se originado do engajamento direto dos próprios profissionais da área.

Essas experiências, embora não institucionalizadas de maneira permanente, evidenciam uma rede de articulações entre profissionais que compartilham conhecimentos, estratégias e reflexões sobre sua prática. Essa lógica formativa, de caráter horizontal e coletivo, tem se mostrado fundamental para o fortalecimento de competências tradutórias, a troca de repertórios linguísticos e o desenvolvimento de estratégias de atuação mais sensíveis e contextualizadas. Como destaca Costa (2024), é nesse “espaço intersubjetivo de trocas entre profissionais, muitas vezes invisibilizado pelas políticas institucionais, que se constituem saberes fundamentais para a prática tradutória crítica e engajada” (Costa, 2024, p. 67).

O reconhecimento dessas práticas como componentes legítimos da formação profissional exige uma mudança de paradigma nas políticas institucionais. Ao invés de compreender a formação continuada apenas como oferta de cursos eventuais, é necessário valorizar os espaços cotidianos de aprendizagem entre pares, as mentorias internas e os grupos de estudo autogeridos como dispositivos potentes para a qualificação dos intérpretes. Essa perspectiva é respaldada por autores como Quadros (2004) e Lacerda (2010), que compreendem a formação do intérprete como um processo permanente de construção de competências, fortemente influenciado pelos contextos de atuação e pelas relações interpessoais que se estabelecem no ambiente profissional.

No contexto do INES, a convivência entre profissionais com diferentes níveis de experiência, a atuação em conjunto com professores surdos e a exposição constante a

contextos bilíngues e multilíngues tornam-se elementos formadores por excelência. Entretanto, tais práticas ainda não recebem o reconhecimento formal necessário por parte da gestão institucional, o que fragiliza sua continuidade e sustentabilidade. A ausência de incentivos, carga horária específica ou certificações que validem essas ações limita seu impacto, apesar de seu potencial formativo. Como observa Rangel (2022, p. 85), a ausência de políticas de incentivo e de reconhecimento institucional enfraquece o desenvolvimento de uma prática bilíngue consistente no ensino superior, mesmo quando há um ambiente de trocas formativas entre intérpretes e docentes surdos.

Costa (2024) reforça que a formação dos TILSP deve se articular à prática cotidiana, em constante diálogo com os sujeitos surdos e com os contextos educacionais em que se inserem. Para tanto, é imprescindível que as instituições reconheçam essas dinâmicas e criem políticas que valorizem a experiência, a colaboração e o protagonismo dos próprios intérpretes em seus processos de formação. Ao considerar essas dimensões, é possível pensar em um modelo formativo mais orgânico, dialógico e contínuo, que esteja alinhado aos princípios da acessibilidade, da equidade e da justiça linguística.

Ao final, é possível afirmar que as práticas colaborativas e a formação entre pares não substituem a necessidade de políticas públicas efetivas, mas representam, hoje, caminhos concretos de resistência e qualificação profissional. Reconhecer esses espaços como legítimos é um passo fundamental para que a atuação dos TILSP se consolide com a qualidade e a ética exigida pela educação bilíngue de surdos no Brasil.

As reflexões da literatura apresentadas ao longo deste capítulo evidenciam que a formação de TILSP é um campo atravessado por contradições, resistências e possibilidades. O percurso institucional do INES, ao mesmo tempo em que revela a presença histórica desses profissionais e sua inserção nas práticas educativas bilíngues, também denuncia a ausência de políticas consistentes voltadas à sua qualificação sistemática. A atuação dos TILSP, em especial no âmbito da pós-graduação e na mediação pedagógica do curso de Pedagogia Bilíngue, evidencia a complexidade e a centralidade de seu trabalho no processo de construção de uma educação acessível e efetivamente inclusiva.

Ao articular os achados do livro do INES (2021) com os apontamentos teóricos da tese de Renata dos Santos Costa (2024), foi possível compreender que a formação dos TILSP demanda muito mais do que capacitações técnicas pontuais: ela exige

reconhecimento institucional, políticas públicas duradouras, espaços de escuta e práticas colaborativas sustentadas. A formação continuada, tal como discutida neste capítulo, emerge como uma necessidade estratégica, mas também como um espaço de construção coletiva e resistência dos próprios intérpretes, que, muitas vezes, atuam como protagonistas de seus próprios processos formativos.

A ausência de uma política nacional articulada para a formação continuada dos TILSP, assim como a fragilidade das ações institucionais de fomento à qualificação permanente, reforça um cenário de vulnerabilidade que impacta diretamente a qualidade da mediação linguística ofertada às pessoas surdas. Nesse contexto, reconhecer a formação como direito linguístico, como propõe Costa (2024), é também compreender a centralidade do TILSP nas disputas por acessibilidade, inclusão e justiça educacional.

Consolidar políticas formativas que dialoguem com os princípios da educação bilíngue, que considerem as múltiplas realidades dos profissionais da área e que sejam construídas de forma colaborativa, torna-se um imperativo ético e político. O fortalecimento da formação dos TILSP não diz respeito apenas à valorização de uma categoria profissional, mas à construção de um projeto educacional mais justo, democrático e plural, em que a linguagem, em suas múltiplas expressões, seja, de fato, um direito de todos.

3.2.7 Síntese Crítica: trajetórias, desafios e potencialidades na atuação dos tradutores e intérpretes de Libras-Língua Portuguesa.

A análise integrada dos subtópicos precedentes revela um panorama multifacetado sobre a construção histórica, a regulação, a ética e a formação dos TILSP no Brasil, permitindo uma compreensão mais profunda das tensões e potencialidades que permeiam esse campo profissional emergente.

Historicamente, conforme evidenciado no capítulo 6, a trajetória da tradução e interpretação da Libras tem sido marcada por invisibilizações e disputas simbólicas, sobretudo quando a prática esteve associada a papéis assistencialistas e a figuras como os “repetidores” surdos, que atuavam sem o devido reconhecimento institucional e formação adequada (Lemos, 2021; Quadros, 2004). O reconhecimento legal da Libras, a partir da Lei nº 10.436/2002 (Brasil, 2002) e do Decreto nº 5.626/2005 (Brasil, 2005), constituiu um marco decisivo para a legitimação da mediação linguística, ainda que a formalização da profissão enfrentasse inúmeros desafios estruturais, como apontam Ferreira Brito (2014) e Karnopp (2012). A constituição dos cursos técnicos e superiores

em Letras-Libras ampliou as possibilidades formativas, mas também expôs lacunas relacionadas à qualificação teórica e prática dos profissionais, bem como à adequação dos currículos às demandas reais do campo.

No capítulo 7, a análise das legislações específicas que regulamentam a atuação dos TILSP evidencia uma progressiva ampliação do escopo profissional e do reconhecimento de novas categorias, como o guia-intérprete, com a recente Lei nº 14.704/2023 (Brasil, 2023). Essa legislação representa um avanço importante ao atualizar condições de trabalho e reconhecer a pluralidade de atuação, entretanto, a implementação prática dessas normativas ainda depende de políticas públicas efetivas que assegurem infraestrutura, formação continuada e valorização profissional.

A dimensão ética, política e epistemológica abordada no capítulo 8 amplia o entendimento sobre a atuação dos TILSP para além do caráter instrumental. Os intérpretes não são meros canais neutros de tradução; eles exercem um papel político e ético crucial na mediação cultural e na promoção dos direitos linguísticos da comunidade surda (Venuti, 1995; Oliveira; Stella, 2022). A noção de epistemologia encarnada ressalta que o conhecimento produzido pelos TILSP está intrinsecamente ligado ao corpo, à língua de sinais e às experiências vividas, constituindo uma prática situada que articula poder, autoria e resistência (Haraway, 1988; Pöchhacker, 2016). Tal perspectiva exige uma formação que transcenda a técnica e inclua reflexões críticas e sensíveis sobre o papel social do intérprete.

A tensão entre expectativa e realidade na formação dos TILSP é explicitada pela disparidade entre as normativas legais, que preveem a qualificação técnica e ética dos profissionais, e a precariedade das condições materiais e institucionais observadas no cotidiano. A carência de planos de carreira estruturados, a rotatividade, a insuficiência de recursos para formação continuada e a desarticulação curricular entre teoria e prática comprometem a consolidação do campo e o pleno exercício do direito linguístico dos surdos (Gonçalves, 2020; Marques, 2018; Pereira, 2020).

Essa síntese evidencia que os avanços legais e institucionais, ainda que essenciais, não são suficientes para superar os desafios enfrentados pelos TILSP. A valorização da profissão depende não apenas da atualização legislativa, mas de uma articulação política e institucional que integre formação robusta, condições dignas de trabalho e reconhecimento social efetivo. A atuação dos intérpretes deve ser entendida como um espaço ético-político e epistemológico, no qual se constrói conhecimento e se promove a inclusão real da comunidade surda (Tymozcko, 2007).

Portanto, a consolidação dos TILSP como profissionais qualificados, críticos e socialmente engajados demanda uma interlocução entre história, legislação, ética e formação, capaz de enfrentar as desigualdades e promover a justiça linguística. Essa abordagem integrada fortalece o campo e oferece caminhos para que os TILSP possam atuar com autonomia, responsabilidade e compromisso social, contribuindo decisivamente para uma educação bilíngue e inclusiva no Brasil.

4. MATERIAIS E MÉTODOS

Para responder às questões de pesquisa, adotou-se uma abordagem qualitativa de caráter bibliográfico e documental (GIL, 2002). A investigação baseia-se na análise de fontes acadêmicas e institucionais que discutem a atuação dos Tradutores e Intérpretes de Libras e Língua Portuguesa (TILSP) na educação superior, com foco no Departamento de Ensino Superior (DESU) do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), contexto central desta pesquisa.

4.1 Corpus da Pesquisa

O corpus analisado é composto por cinco trabalhos acadêmicos e por um documento institucional do INES:

- Lemos (2011)
- Souza (2017)
- Lemos (2019)
- Kelman e Antônio (2020)
- Rangel (2022)
- Regimento Interno do INES (BRASIL, 2024)

Além disso, utilizam-se como fontes documentais as legislações que regulamentam a Libras, a educação bilíngue de surdos e a atuação dos TILSP:

- Constituição Federal/1988
- Lei nº 10.098/2000 – Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.
- Lei nº 10.436/2002 – Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.
- Decreto nº 5.626/2005 – Regulamenta a Libras e formação dos TILSP.
- Lei nº 12.319/2010 – Regulamenta a profissão do TILSP.
- Lei nº 13.146/2015 – Estatuto da Pessoa com Deficiência.
- Decreto nº 10.185/2019 - Extingue cargos efetivos vagos e que vierem a vagar dos quadros de pessoal da administração pública federal e veda a abertura de concurso público e o provimento de vagas adicionais para os cargos que especifica.

- Lei nº 14.191/2021 – Que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e define a modalidade de educação bilíngue de surdos.
- Lei nº 14.704/2023 - Altera a Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010, para dispor sobre o exercício profissional e as condições de trabalho do profissional tradutor, intérprete e guia-intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras).

Fontes secundárias – livros e artigos científicos – complementam a discussão teórica sobre mediação linguística, políticas educacionais e acessibilidade na pós-graduação

4.2 Critérios de Seleção e Fonte

A escolha das fontes considerou:

- a) Relevância temática: materiais que analisam a atuação dos TILSP no Ensino Superior, prioritariamente no INES
- b) Metodologia dos estudos: priorização de pesquisas com dados qualitativos sobre práticas interpretativas
- c) Recorte temporal: 2011–2022, período que contempla a atuação dos primeiros TILSP concursados do DESU/INES e a criação do PPGEB (2021). Procedimentos de análise bibliográfica e documental

A análise consistiu em:

- leitura crítica do corpus;
- extração de dados relacionados à prática interpretativa;
- categorização dos desafios da mediação linguística na pós-graduação;
- observação de contradições entre diretrizes legais e condições reais de trabalho;
- articulação dos achados com o debate teórico do campo.

4.3 Justificativa metodológica dos objetivos específicos

Nesta seção, apresenta-se a relação direta entre os objetivos específicos e os procedimentos adotados.

- **Objetivo Específico 1**
Levantar e analisar bibliografias acadêmicas e documentos que abordem a atuação dos TILSP na educação superior, com foco no DESU/INES.
- **Justificativa**
Possibilita identificar o estado atual da produção científica, localizar avanços e lacunas, e situar a pesquisa na literatura existente.

- Objetivo Específico 2

Avaliar narrativas acadêmicas acerca dos desafios e implicações da atuação dos TILSP nas salas de aula.

- Justificativa

Permite analisar criticamente como a mediação linguística é compreendida no Ensino Superior e pós-graduação e seus impactos na permanência e no desempenho de estudantes surdos.

- Objetivo Específico 4

Discutir as implicações das legislações vigentes para a atuação dos TILSP no Ensino Superior, especialmente no INES.

- Justificativa

Permite relacionar os direitos linguísticos previstos em lei com sua concretização no contexto institucional analisado, orientando recomendações futuras.

O recorte adotado possibilita compreender tensões entre políticas públicas e práticas institucionais, permitindo propor encaminhamentos para fortalecimento da mediação linguística nos cursos *stricto sensu* do INES.

A articulação entre tais objetivos e os procedimentos metodológicos adotados sustenta a consistência interna da pesquisa, assegurando que as escolhas analíticas dialoguem diretamente com o problema investigado. Dessa forma, o percurso metodológico adotado permite responder de maneira sistemática ao problema de pesquisa e aos objetivos propostos, fornecendo os elementos analíticos que sustentam a apresentação e a discussão dos resultados no capítulo seguinte, os quais evidenciam as tensões, os avanços e os desafios que atravessam a atuação dos TILSP no Ensino Superior e, de modo particular, no contexto institucional do INES.

5. ANÁLISE DE DADOS

A seguir, serão apresentadas as análises críticas dos cinco trabalhos acadêmicos selecionados como corpus desta pesquisa, cuja escolha baseou-se na relevância temática, na proximidade institucional com o Departamento de Ensino Superior do INES e na abordagem metodológica centrada na atuação dos Tradutores e Intérpretes de Libras – Língua Portuguesa (TILSP) no contexto da educação bilíngue. Cada seção foi elaborado com base em uma leitura minuciosa das obras, buscando identificar os objetivos, fundamentos teóricos, metodologia empregada e os principais resultados apresentados pelos autores.

A proposta é construir uma reflexão argumentativa que permita evidenciar as convergências, divergências e lacunas sobre a prática dos TILSP no Ensino Superior, sobretudo em espaços de pós-graduação, estabelecendo relações com os pressupostos teóricos e legais discutidos anteriormente. Também são utilizadas ferramentas gráficas, como nuvens de palavras, a fim de enriquecer a visualização das recorrências temáticas e aprofundar a compreensão crítica dos achados.

5.1 Análise do Artigo de Lemos (2011) - O Tradutor e Intérprete de Libras/Língua Portuguesa no Ensino Superior: Contexto de Sala de Aula Bilíngue .

O artigo de Lemos (2011) apresenta uma análise profunda e contextualizada da atuação dos Tradutores e Intérpretes de Libras/Língua Portuguesa (TILSP) no Ensino Superior, com ênfase na prática profissional no Departamento de Ensino Superior do Instituto Nacional de Educação de Surdos (DESU/INES). O texto parte de uma perspectiva crítica que interliga as experiências vividas pelo autor, a legislação vigente, os desafios formativos e os limites institucionais enfrentados por esses profissionais em contextos bilíngues.

A pesquisa articula um relato autobiográfico que evidencia a trajetória do autor desde o contato inicial com um colega surdo na escola pública até sua atuação profissional como intérprete no ensino superior. Esse percurso é tomado não apenas como fio narrativo, mas como base empírica para discutir o descompasso entre a regulamentação da profissão e a realidade cotidiana da prática tradutória no ambiente acadêmico.

Entre os objetivos principais, o artigo busca refletir sobre a constituição da identidade profissional do TILSP e problematizar a suposição de que a presença de um intérprete em sala de aula seja suficiente para garantir a inclusão e o acesso ao conhecimento por parte dos discentes surdos. Lemos argumenta que a mediação linguística requer muito mais que fluência em Libras e conhecimento técnico da tradução, envolve domínio do conteúdo, compreensão dos referenciais teóricos, das especificidades culturais da comunidade surda e um trabalho colaborativo com o corpo docente.

Do ponto de vista teórico, o autor se apoia em referências como Quadros e Karnopp (2004), Lodi e Almeida (2010), Filietaz (2008), Vygotsky (1981; 1984; 1993), entre outros, para discutir a importância de uma formação que considere os aspectos linguísticos, culturais, discursivos e sociais da prática tradutória. Também são abordados os marcos legais da profissão, como a Lei nº 10.436/2002 (Brasil, 2002), o Decreto nº 5.626/2005 (Brasil, 2005) e a Lei nº 12.319/2010 (Brasil, 2010), destacando avanços e lacunas ainda existentes no campo da regulamentação e da formação profissional.

Os resultados da análise demonstram que, mesmo com o avanço legal e a regulamentação da profissão, os TILSP continuam enfrentando obstáculos significativos, como a escassez de materiais acessíveis previamente, a falta de articulação com os docentes e a ausência de políticas institucionais que garantam condições de trabalho adequadas. O autor enfatiza que a atuação dos TILSP, quando limitada à simples “transposição de línguas”, pode reforçar a exclusão simbólica do aluno surdo, ao invés de promover sua efetiva participação no processo de ensino-aprendizagem.

Ao relacionar esses achados com o cenário atual, evidencia-se que parte significativa das instituições de ensino superior ainda compreende o TILSP como uma solução pontual de acessibilidade, o que revela uma concepção reducionista e equivocada de inclusão. Essa postura institucional desconsidera o caráter processual, relacional e pedagógico da mediação linguística, ignorando que a presença do intérprete não é garantia automática de compreensão, tampouco de aprendizagem. Como destaca Lemos (2011), não se trata apenas de traduzir palavras, mas de construir sentido em contextos nos quais o aluno surdo precisa estar inserido como sujeito ativo.

A análise proposta por Lemos (2011) reforça que a atuação do TILSP deve ser compreendida dentro de uma estrutura educacional que promova, de fato, a equidade linguística. Isso implica não apenas garantir intérpretes nas aulas, mas também fomentar práticas institucionais que envolvam planejamento pedagógico bilíngue,

compartilhamento de materiais com antecedência, e formação continuada articulada com os docentes. Nesse ponto, o autor converge com os apontamentos de Lodi e Almeida (2010), ao afirmar que o trabalho colaborativo entre intérpretes e professores é um dos pilares para o sucesso da educação bilíngue.

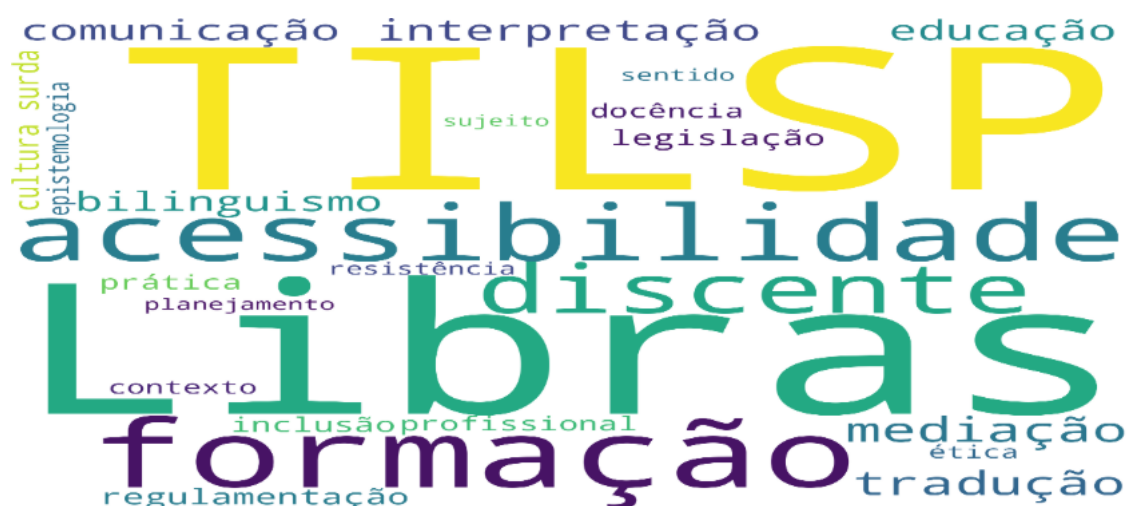
Além disso, Lemos chama atenção para a defasagem na formação dos discentes surdos oriundos de modelos educacionais que negligenciaram o desenvolvimento da Libras como primeira língua (L1) e da Língua Portuguesa como segunda (L2), comprometendo a compreensão de conteúdos complexos no ensino superior fato que exige do intérprete não apenas sensibilidade, mas repertório, articulação com a equipe pedagógica e constante atualização.

Nesse sentido, a crítica de Lemos (2011) ecoa os debates sobre a falsa sensação de inclusão que muitas universidades promovem ao restringirem a acessibilidade à mera presença física de intérpretes em sala. A ausência de políticas claras e de investimentos estruturais revela que, na prática, os discentes surdos continuam sendo responsabilizados pelo fracasso educacional, enquanto os TILSP, por sua vez, são cobrados por uma performance que depende de condições que não lhes são garantidas.

Ao final, o artigo aponta para a urgência de se repensar a prática do intérprete como prática também pedagógica e sociocultural, defendendo que o sucesso da mediação depende da preparação colaborativa entre professores e intérpretes, e do reconhecimento de que o aluno surdo tem direito à interação plena e dialógica com o conteúdo, com os pares e com o professor.

Assim, a análise do artigo de Lemos (2011) contribui para o entendimento de que a atuação do TILSP no Ensino Superior não pode ser lida como um serviço acessório, mas como uma engrenagem complexa e essencial para a efetivação do direito linguístico dos estudantes surdos. Esse reconhecimento exige não apenas revisão das práticas institucionais, mas também uma mudança de paradigma que compreenda a acessibilidade como eixo estruturante e não como apêndice da inclusão.

Figura 8 - Nuvem de palavras do trabalho de Lemos (2011)



Fonte: Elaborado por IA - adaptação a partir dos dados do trabalho de Lemos (2025).

A nuvem de palavras, figura 8, sintetiza visualmente os principais eixos temáticos abordados por Lemos (2011), destacando a recorrência de termos como “interpretação”, “educação”, “bilinguismo”, “Libras”, “acessibilidade”, “tradução”, “formação” e “comunicação”. Essa composição evidencia o caráter multifacetado da atuação dos intérpretes no Ensino Superior, cujos desafios extrapolam a técnica da tradução e envolvem aspectos estruturais, institucionais e pedagógicos. A centralidade da palavra “acessibilidade” reforça a crítica do autor à compreensão equivocada e reducionista de que a mera presença do TILSP basta para garantir acesso ao conhecimento. Dessa forma, a imagem lexical confirma os pontos centrais da análise e reforça a urgência de políticas bilíngues que compreendam a mediação linguística como parte integrante do processo educacional. Na sequência, o próximo item aprofunda essa discussão ao analisar o trabalho de Alves (2017), que também se debruça sobre a atuação dos TILSP no DESU/INES, oferecendo um olhar complementar sobre as práticas institucionais e seus impactos na formação acadêmica de estudantes surdos.

5.2 Análise do Trabalho de Conclusão de Curso de Alves (2017) - A Atuação do Intérprete de Libras/Português Educacional no Departamento de Ensino Superior do Instituto Nacional de Educação de Surdos – DESU/INES.

A atuação dos Tradutores e Intérpretes de Libras/Português no Ensino Superior, em especial no Departamento de Ensino Superior do INES (DESU/INES), foi abordada por Suzana Alves das Chagas Silva Sousa em seu trabalho de conclusão de curso lato

sensu, apresentado em 2017 na Universidade Federal do Rio de Janeiro. O estudo apresenta contribuições importantes para a análise das práticas institucionais, dos desafios operacionais e dos efeitos diretos sobre a acessibilidade comunicacional no ambiente acadêmico.

A autora investiga como se dá a atuação educacional dos TILSP no ensino superior, com foco no INES, a partir de uma abordagem crítica, informada por sua experiência profissional e acadêmica. Utilizando como referencial teórico autores como Quadros (1997), Karnopp (2006) e Skliar (1998), discute a importância da mediação linguística na educação bilíngue, refletindo sobre os limites e potencialidades da tradução/interpretação no espaço universitário.

O trabalho traz como objetivo geral analisar a atuação dos intérpretes de Libras/Português no DESU/INES, compreendendo as práticas, os desafios enfrentados e os impactos dessas dinâmicas na formação dos estudantes surdos. Entre os objetivos específicos, destacam-se: descrever o perfil dos intérpretes que atuam no setor, identificar as estratégias de tradução utilizadas, e refletir sobre os fatores que dificultam ou facilitam o processo de mediação em contextos acadêmicos.

Com base na metodologia qualitativa e no uso de questionário como instrumento de coleta de dados, a autora ouviu intérpretes atuantes no setor, identificando que muitos deles enfrentam precarização das condições de trabalho, como ausência de materiais didáticos com antecedência, limitações de tempo para preparo, e desafios na articulação com a equipe docente. Tais achados revelam um descompasso entre as diretrizes institucionais e a realidade prática vivida pelos profissionais.

Essa constatação é especialmente importante quando se observa que, para além dos aspectos técnicos da interpretação, a atuação dos TILSP está inserida em um contexto institucional que nem sempre favorece o planejamento colaborativo. Alves (2017) pontua que, muitas vezes, a mediação acontece sem que os intérpretes tenham acesso prévio ao conteúdo, tampouco participem de estratégias conjuntas com os professores. Essa ausência de integração compromete a construção de uma educação bilíngue real, pois impede o alinhamento entre os interlocutores envolvidos no processo educacional.

Esses achados dialogam diretamente com a pesquisa de Rocha (2021), que, ao investigar a atuação dos TILSP no Ensino Fundamental, identificou desafios semelhantes em relação à invisibilidade profissional e à indefinição de papéis no ambiente escolar. A autora destaca que os intérpretes ainda são pouco reconhecidos

como parte do processo pedagógico e frequentemente atuam em condições precárias de organização, sem respaldo institucional e com ausência de uma proposta clara de educação bilíngue que oriente seu trabalho.

Ambas as pesquisas evidenciam que os TILSP vivenciam uma tensão constante: ao mesmo tempo em que são considerados essenciais para garantir o direito linguístico dos estudantes surdos, são também deixados à margem das discussões pedagógicas e do planejamento institucional. Essa contradição contribui para a ideia equivocada de que basta a presença do intérprete para garantir a inclusão, ideia criticada por Alves (2017), ao afirmar que a tradução/interpretação deve ser entendida como prática complexa, atravessada por dimensões linguísticas, políticas e afetivas.

Ao analisar esse entrecruzamento com o primeiro estudo, percebe-se que os desafios enfrentados pelos TILSP em diferentes níveis de ensino se estruturam sobre a mesma base: uma cultura institucional que instrumentaliza a atuação desses profissionais, tratando a acessibilidade como um serviço pontual, e não como parte estruturante da política educacional. Em ambas as realidades, Ensino Fundamental e Ensino Superior, a ausência de condições de trabalho adequadas, de formação continuada e de articulação entre os atores envolvidos reforça um modelo de acessibilidade improvisada, que onera o intérprete e compromete o processo formativo dos estudantes surdos.

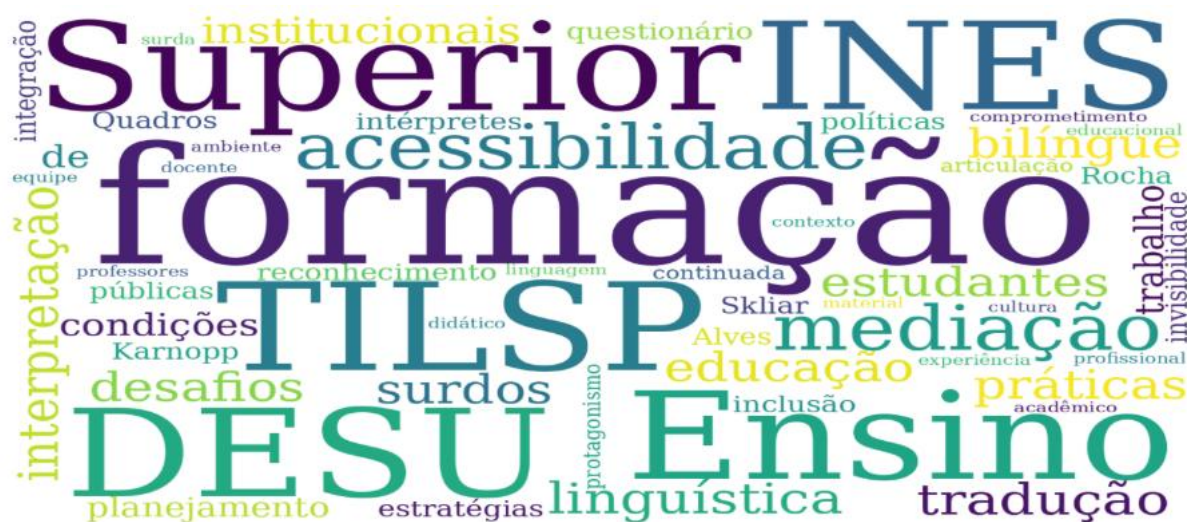
A análise aqui desenvolvida também se fundamenta na trajetória profissional da autora desta tese, cuja experiência como TILSP em escolas da rede pública e no Ensino Superior corrobora os dados levantados por Alves (2017) e por Rocha (2021). Em ambas as esferas educacionais, foram observadas práticas institucionais que silenciam ou ignoram as condições reais de trabalho desses profissionais. Essa vivência profissional oferece suporte empírico à argumentação de que a negligência institucional com o trabalho dos intérpretes compromete o direito à educação bilíngue plena, e que tais condições não se restringem a casos isolados, mas representam um padrão recorrente no sistema educacional.

A leitura crítica do trabalho de Suzana Alves, quando articulada com os dados da pesquisa de Rocha (2021), amplia a compreensão sobre a continuidade de práticas institucionais que, mesmo após anos de regulamentação da profissão, ainda tratam os TILSP como recursos auxiliares e não como profissionais especializados. Ambas as autoras apontam que a inclusão educacional não se faz com improviso, e sim com políticas públicas efetivas, reconhecimento profissional e planejamento

integrado, dimensões que, infelizmente, ainda estão distantes da realidade cotidiana nos espaços educacionais, inclusive no próprio INES.

Ao observar que Alves (2017) aborda o Ensino Superior e Rocha (2021) investiga o Ensino Fundamental, torna-se evidente que a problemática enfrentada pelos TILSP perpassa os diferentes níveis de escolarização dos estudantes surdos. Essa transversalidade revela que os desafios da mediação linguística não são exclusivos de um contexto ou etapa específica, mas resultado de uma organização estrutural defasada, que se instala desde a base do sistema educacional e se perpetua até os níveis mais elevados de formação. Assim, a negligência institucional com as condições de trabalho dos intérpretes e com a implementação efetiva de uma proposta bilíngue coesa configura-se como um padrão sistêmico, e não como uma falha pontual. Reconhecer essa continuidade é fundamental para propor políticas públicas que atuem desde a educação básica, com vistas a garantir trajetórias formativas consistentes, acessíveis e de qualidade para os estudantes surdos.

Figura 9 - Nuvem de palavras do trabalho de Alves (2017)



Fonte: Elaborado por IA - adaptação a partir do trabalho de Alves (2025).

A nuvem de palavras, figura 9, destaca os termos mais recorrentes no trabalho de Suzana Alves (2017), refletindo os eixos centrais da pesquisa. Entre os principais vocábulos visualizados estão: intérprete, atuação, Libras, surdos, educacional, tradução, mediação, profissional, superior, comunicação, desafios e docente. Essas palavras sinalizam a ênfase da autora na prática cotidiana dos TILSP no contexto universitário, suas dificuldades estruturais e a importância da articulação entre acessibilidade linguística e qualidade da educação bilíngue no Ensino Superior.

Esses elementos refletem a centralidade da discussão proposta pela autora e se articulam fortemente com os eixos analíticos desta tese.

5.3 Análise da Dissertação de Mestrado de Lemos (2019) - Narrativas de Conflito com Alunos Surdos e Intérpretes de Libras nas Relações com a Família, Escola e Atividades Profissionais.

A dissertação de Glauber de Souza Lemos, defendida em 2019 no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da PUC-Rio, oferece uma contribuição ímpar ao debate sobre as relações interpessoais que envolvem estudantes surdos e intérpretes de Libras/Português. Por meio da escuta sensível e da sistematização de conflitos vivenciados por esses sujeitos em diferentes contextos, Lemos propõe uma análise que articula a experiência do tradutor-intérprete com o campo da educação bilíngue e dos estudos da linguagem, problematizando não apenas a função técnica do intérprete, mas sobretudo suas implicações éticas, políticas e afetivas.

A pesquisa tem como objetivo geral compreender as experiências de conflito relatadas por alunos surdos e intérpretes de Libras em suas relações com a família, a escola e o ambiente profissional. Como objetivos específicos, o autor busca: identificar os principais tipos de conflitos narrados; analisar os sentidos atribuídos por surdos e intérpretes a essas vivências; e refletir sobre as condições institucionais e subjetivas que (des)favorecem uma mediação linguística qualificada e ética.

Utilizando o método qualitativo e inspirando-se na abordagem da Análise de Narrativas, a pesquisa mobiliza um corpus composto por entrevistas em profundidade com estudantes surdos e intérpretes, cujas trajetórias se cruzam no contexto do Departamento de Ensino Superior do INES (DESU). O autor destaca que as entrevistas foram mediadas por intérpretes voluntários, o que possibilitou uma escuta mais sensível e ajustada às demandas de acessibilidade.

O referencial teórico utilizado é interdisciplinar, com base em autores como Bamberg (2001), Bruner (1997), Mishler (2002) e Skliar (1998), entre outros. As análises são organizadas em torno de categorias como "confiança", "ética", "mediação", "conflito linguístico", "autoridade da voz" e "formação profissional", que emergem das narrativas como eixos centrais para a compreensão da atuação dos TILSP em suas interfaces com os sujeitos surdos.

Entre os resultados mais significativos, destaca-se o tensionamento das fronteiras entre o papel técnico do intérprete e as demandas relacionais que surgem nos contextos

educacionais e familiares. Os participantes relataram situações de desconfiança por parte de professores e familiares, atribuições que extrapolam o escopo técnico da profissão, bem como a ausência de políticas institucionais que assegurem uma mediação linguística de qualidade. Lemos argumenta que o intérprete atua inserido em uma rede de relações que afetam diretamente sua prática e o percurso formativo dos estudantes surdos, o que exige competências que ultrapassam o domínio linguístico e alcançam dimensões éticas, afetivas e sociais.

Essa compreensão dialógica e relacional da mediação linguística, apresentada por Lemos (2019), dialoga diretamente com os achados da presente tese ao reforçar que a atuação dos TILSP não pode ser reduzida a um serviço de acessibilidade neutro ou descontextualizado. A análise das narrativas revela que a prática da interpretação é atravessada por conflitos que envolvem legitimidade da voz, construção da confiança e disputas por espaço e autoridade no ambiente educacional, temas que também emergem nas reflexões de Rocha (2021) ao abordar a atuação dos intérpretes no Ensino Fundamental.

O diferencial da dissertação de Lemos (2019) está na maneira como o autor mobiliza a Análise de Narrativas como ferramenta para visibilizar os sentidos atribuídos pelos próprios sujeitos envolvidos na mediação linguística. Ao valorizar as vozes dos intérpretes e dos estudantes surdos, a pesquisa não apenas documenta conflitos, mas também os transforma em matéria de reflexão crítica sobre a formação profissional, a ética do cuidado e a escuta sensível. Essa abordagem permite compreender que os embates enfrentados por esses sujeitos não se reduzem a dificuldades operacionais, mas envolvem disputas simbólicas e institucionais que moldam o fazer tradutório.

A análise aqui realizada considera ainda a experiência da autora desta tese, cuja atuação como TILSP em diferentes níveis de ensino permite reconhecer na pesquisa de Lemos uma proposta metodológica potente e comprometida com a realidade concreta dos sujeitos. Em vez de reafirmar apenas as lacunas estruturais, já apontadas em outros estudos, o trabalho de Lemos (2019) contribui ao revelar as dimensões subjetivas e relacionais da mediação, apontando para a urgência de políticas formativas que valorizem a escuta, a confiança e a coautoria entre surdos e intérpretes.

(TILSP) nos contextos da Educação Básica e do Ensino Superior. A análise parte da percepção dos próprios profissionais sobre sua prática, dando ênfase às convergências e divergências entre os dois níveis de ensino e ao modo como as instituições educacionais moldam, e muitas vezes limitam, o exercício dessa função mediadora.

A proposta central do artigo é compreender como os sentidos atribuídos pelos TILSP à sua atuação são atravessados pelas condições materiais, pelas relações institucionais e pelas especificidades dos sujeitos surdos em cada nível de escolarização. Embora a regulamentação da profissão por meio da Lei nº 12.319/2010 represente um marco legal importante, os autores alertam para o distanciamento entre o que prevê a legislação vigente à época da publicação do artigo e o que efetivamente ocorre no cotidiano educacional, marcado por improvisos, lacunas formativas e pouca valorização do trabalho interpretativo como parte do processo pedagógico.

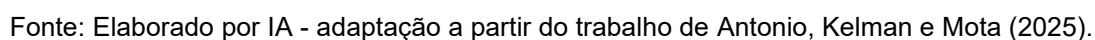
A pesquisa adota abordagem qualitativa, utilizando entrevistas com intérpretes que atuam em ambas as etapas educacionais. A partir da análise dos dados, emergem aspectos comuns e distintos no exercício da profissão, como a frequência da atuação pedagógica na Educação Básica, a necessidade de domínio terminológico no Ensino Superior, e a invisibilização das dimensões ético-políticas da mediação linguística em ambos os espaços.

No Ensino Superior, os intérpretes lidam com estudantes surdos que já passaram pelo processo de alfabetização e consolidação de sua L1 e L2, o que muda o foco da atuação, exigindo domínio técnico, fluência em registros acadêmicos e habilidades para lidar com conteúdos específicos de áreas como Antropologia, Filosofia, entre outras. Ainda assim, os autores apontam que a atuação do TILSP continua sendo atravessada por relações assimétricas com o corpo docente, baixa articulação institucional e ausência de planejamento coletivo.

Já na Educação Básica, a prática interpretativa se aproxima da mediação pedagógica, dada a necessidade de apoiar estudantes surdos ainda em processo de constituição da linguagem e da cognição bilíngue. O intérprete precisa adaptar registros, apoiar o desenvolvimento de vocabulário e atuar em parceria constante com professores e demais profissionais da escola. Contudo, os dados revelam que essa atuação, frequentemente, extrapola as funções da tradução/interpretação, com exigências que vão desde funções administrativas até expectativas de “resolução” de questões pedagógicas que seriam responsabilidade da gestão ou da equipe docente.

Nesse sentido, os achados de Antonio, Kelman e Mota (2020) fortalecem a argumentação aqui proposta de que a mediação linguística não pode ser concebida como um recurso pontual, mas como parte estruturante do projeto político-pedagógico das instituições educacionais. A ausência de políticas internas claras, a precariedade nas relações de trabalho e a ausência de formação continuada aparecem, nos relatos analisados, como obstáculos transversais que impactam tanto os intérpretes quanto os estudantes surdos.

Figura 11 - Nuvem de palavras do trabalho de Antonio, Kelman e Mota (2020)



A nuvem de palavra, figura 11, gerada a partir do artigo de Antonio, Kelman e Mota (2020) sintetiza os principais eixos temáticos discutidos pelos autores, destacando os termos “intérprete”, “educação”, “básica”, “superior”, “mediação” e “condições”. Essas ocorrências não apenas reiteram a centralidade da atuação dos TILSP nos dois níveis de ensino, como também evidenciam a transversalidade dos desafios enfrentados pelos profissionais, sejam eles de ordem estrutural, pedagógica ou política.

A recorrência de termos como “acessibilidade”, “formação” e “políticas” explicita a crítica à naturalização da precarização e à ausência de planejamento institucional efetivo. Esse conjunto lexical, ao mesmo tempo que encerra a análise do artigo em questão, prepara o terreno para um mergulho mais aprofundado nas tensões vivenciadas pelos intérpretes no Ensino Superior bilíngue. É nesse contexto que se insere a dissertação de Rangel (2022), cuja escuta analítica e metodologia situada revelam as contradições presentes no curso de Pedagogia Bilíngue do INES, evidenciando como as promessas institucionais de inclusão muitas vezes se descolam das práticas cotidianas de mediação e trabalho coletivo.

5.5 Análise a dissertação de mestrado de Rangel (2022) – o tradutor intérprete de Libras no curso de pedagogia bilíngue do instituto nacional de Educação de Surdos: olhares e vivências, o bilinguismo em pauta.

A dissertação de Jennifer Rangel, defendida em 2022 no Mestrado Profissional em Educação Bilíngue do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), constitui uma análise densa, situada e crítica sobre a atuação dos Tradutores e Intérpretes de Libras/Português (TILSP) no curso de Pedagogia Bilíngue da própria instituição. Trata-se de uma pesquisa que assume como campo investigativo o cotidiano de um curso de formação de professores surdos e ouvintes, organizado sob a perspectiva de paridade, ou seja, com 50% das vagas destinadas a estudantes surdos e 50% a estudantes ouvintes, o que reforça ainda mais a necessidade de um planejamento institucional que considere as singularidades linguísticas e comunicacionais desde sua concepção.

Rangel propõe uma escuta analítica das vivências e tensões que atravessam a prática tradutória nesse contexto, partindo de uma metodologia que valoriza a experiência dos sujeitos, aliando pesquisa narrativa e análise crítica da experiência. Por meio de entrevistas com intérpretes atuantes e observações do cotidiano acadêmico, a

autora constrói uma escrita marcada pela escrevivência (Evaristo, 2011), na qual teoria e prática se entrelaçam, revelando os atravessamentos políticos, afetivos e institucionais que configuram a atuação dos TILSP.

O objetivo central do trabalho é compreender as relações que se estabelecem entre os intérpretes e os demais sujeitos do curso, em especial professores e discentes, analisando de que modo essas interações influenciam a mediação linguística no contexto do ensino superior bilíngue. Os objetivos específicos incluem: identificar os desafios enfrentados pelos TILSP no processo de mediação pedagógica; problematizar os limites da atuação do intérprete reduzido à técnica da tradução; e evidenciar os efeitos das ausências institucionais na efetivação de práticas inclusivas.

Entre os principais achados da pesquisa, destaca-se a carência de articulação entre professores e intérpretes, especialmente no que tange ao planejamento pedagógico. A ausência de reuniões prévias, a improvisação nas aulas e a escassez de materiais acessíveis com antecedência afetam diretamente a qualidade da mediação. Em muitos casos, os TILSP atuam sem informações suficientes sobre o conteúdo a ser ministrado, sendo pressionados a improvisar em situações altamente especializadas.

Outro ponto crítico é a naturalização da invisibilidade da atuação do intérprete, muitas vezes considerado apenas como canal de passagem de uma língua a outra, sem reconhecimento de sua função enquanto agente pedagógico e co-formador. Rangel denuncia que essa perspectiva esvazia a potência tradutória do TILSP e relega sua atuação a um lugar de subalternidade institucional, ainda que o curso seja, em tese, voltado à valorização da Libras como primeira língua dos sujeitos surdos.

O estudo também denuncia a inexistência de políticas institucionais voltadas à formação continuada dos intérpretes, o que compromete a atualização teórico-metodológica necessária para lidar com as especificidades da prática em contextos acadêmicos bilíngues. A sobrecarga de trabalho, aliada à fragmentação da comunicação entre os setores institucionais, compromete o direito à educação linguística dos estudantes surdos e evidencia a fragilidade estrutural na consolidação de uma política de acessibilidade efetiva.

A dissertação de Rangel contribui de forma significativa para esta tese por ser uma das poucas produções que analisam, de forma situada e crítica, a atuação dos TILSP no curso de Pedagogia Bilíngue do próprio INES. Sua escrita sensível e fundamentada permite compreender que a exclusão dos intérpretes dos espaços decisórios e pedagógicos não é fruto de falhas pontuais, mas de uma lógica estrutural

5.6 Análise do novo regimento interno do INES sobre a atuação dos TILSP.

O Novo Regimento Interno do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), aprovado pela Portaria nº 1.055 de 25 de outubro de 2024, incorpora dispositivos importantes que dizem respeito à atuação dos Tradutores e Intérpretes de Libras e Língua Portuguesa (TILSP). Sua publicação representa um avanço no reconhecimento normativo da acessibilidade como princípio institucional estruturante, alinhado à legislação vigente, como a Lei nº 12.319/2010 (Brasil, 2010) e a Lei nº 14.704/2023 (Brasil, 2023), e às diretrizes da educação bilíngue. A seguir, apresentam-se os principais artigos relacionados aos TILSP, organizados por eixo temático, com a indicação dos capítulos e páginas em que se localizam, seguidos de uma análise crítica acerca das potencialidades e lacunas do texto regimental.

- **Reconhecimento da Profissão de TILSP**

- Capítulo II – Das Finalidades Institucionais (p. 7)**

O Art. 6º, inciso V, estabelece como uma das finalidades do INES a promoção da acessibilidade no ensino, pesquisa e extensão. Essa diretriz, ainda que genérica, revela um reconhecimento institucional indireto do papel dos TILSP como agentes fundamentais para a garantia de uma educação acessível, uma vez que a mediação linguística é parte intrínseca desse processo. A menção à acessibilidade, nesse ponto, posiciona-se como um princípio orientador das ações institucionais, incluindo, portanto, o trabalho dos intérpretes.

- **Educação Bilíngue e Mediação Linguística**

- Capítulo IV – Dos Princípios e Diretrizes Pedagógicas (p. 10)**

O Art. 14, inciso II, afirma o compromisso do INES com a promoção da educação bilíngue de surdos, com a Libras como primeira língua (L1) e a Língua Portuguesa escrita como segunda língua (L2). Essa definição reforça a necessidade de profissionais capacitados para realizar a mediação linguística entre esses dois universos linguísticos e culturais, o que evidencia, ainda que de forma implícita, o papel central dos TILSP no cumprimento da proposta pedagógica da instituição.

- **Atribuição dos TILSP no Ambiente Acadêmico**

- Capítulo VI – Da Organização Didático-Pedagógica (p. 17)**

No Art. 24, inciso VII, o Regimento reconhece a importância dos profissionais de apoio, incluindo os TILSP, no acompanhamento das atividades pedagógicas e administrativas com vistas à promoção da acessibilidade. Ao destacar a atuação desses

profissionais em espaços acadêmicos diversos, o documento reitera sua relevância não apenas no ambiente de sala de aula, mas também em outros contextos institucionais. Contudo, a generalidade do texto pode comprometer a efetividade da aplicação prática, ao não especificar as atribuições ou os limites da atuação dos intérpretes.

- **Formação e Qualificação Profissional**

Capítulo XI – Dos Servidores Técnicos Administrativos em Educação (p. 41)

O Art. 73 trata da formação continuada dos servidores técnico-administrativos, incluindo os TILSP. A ênfase na valorização da qualificação permanente é um aspecto positivo do Regimento, pois está em consonância com os marcos legais da profissão. No entanto, não há menção a políticas institucionais específicas que assegurem acesso equitativo a programas de capacitação, nem tampouco diretrizes que tratem da atualização técnica, pedagógica ou linguística desses profissionais, o que representa um ponto a ser aprimorado.

- **Política Institucional de Acessibilidade**

Capítulo VII – Da Acessibilidade e Inclusão (p. 22)

O Art. 35 afirma que a inclusão e a acessibilidade são princípios estruturantes do INES, garantindo o direito à comunicação e ao uso de recursos que assegurem a plena participação dos estudantes. Os TILSP, nesse contexto, são entendidos como agentes da política institucional de inclusão, ainda que sua atuação não seja detalhadamente descrita. A lacuna se evidencia, mais uma vez, na ausência de regulamentações operacionais que orientem o planejamento, a organização e o acompanhamento do trabalho desses profissionais.

Síntese Crítica: Avanços e Lacunas na Regulação Institucional

A análise do Novo Regimento Interno do INES revela importantes avanços na incorporação da acessibilidade como princípio institucional, incluindo a valorização da mediação linguística como eixo fundamental para a efetivação da educação bilíngue. Os TILSP são mencionados como parte da equipe de apoio educacional, sendo reconhecidos em dispositivos que tratam da organização pedagógica, da política de inclusão e da formação dos servidores.

Entretanto, apesar dessa presença normativa, as lacunas institucionais permanecem evidentes. O Regimento falha em definir um setor, coordenação ou chefia imediata específica responsável pela organização, gestão e acompanhamento do trabalho dos intérpretes. De acordo com o Relatório de Gestão de 2024 (site do INES) os TILSP estão vinculados à Coordenação Administrativa Acadêmica – COADA, mas essa

vinculação não é formalmente registrada no Regimento. A ausência de referência explícita à COADA como instância responsável implica que os intérpretes permaneçam sem representação técnica clara, sem liderança institucional visível e sem esfera legítima de interlocução para planejamento, gestão de escalas e construção coletiva de práticas interpretativas.

Na prática, o que se observa é que o trabalho dos TILSP é coordenado por profissionais alheios às especificidades da mediação linguística e das demandas cotidianas da sua atuação na educação bilíngue de surdos, uma vez que essa função de coordenação pode ser ocupada por qualquer servidor técnico, e não necessariamente por um TILSP ou por um profissional com expertise nas particularidades do trabalho interpretativo. A ausência de uma instância gestora específica, aliada à falta de compreensão das dinâmicas interpretativas, acarreta uma série de consequências para o cotidiano desses profissionais. Quando não há, na estrutura institucional, um representante da categoria que atue como gestor ou articulador das práticas de interpretação, a organização das demandas tende a ocorrer de forma desarticulada, reativa e sem planejamento integrado.

Isso contribui para a sobrecarga dos profissionais, que muitas vezes são alocados em múltiplas atividades simultâneas, sem que se leve em consideração o quantitativo disponível ou a complexidade das tarefas. Nessas circunstâncias, a ausência de TILSP suficientes para cobrir todas as ações institucionais pode gerar uma inversão de responsabilidade, recaindo sobre os próprios intérpretes a culpa por não atenderem às demandas, quando, na realidade, o problema está na falta de coordenação estratégica e no não reconhecimento da interpretação como etapa estrutural do planejamento institucional. Em vez de serem incluídos desde o início do processo organizativo, com escuta ativa sobre o que é possível e necessário, os TILSP são frequentemente lembrados apenas na etapa final, como executores que “devem dar conta” do que já foi decidido, comprometendo tanto a qualidade da acessibilidade quanto o bem-estar desses profissionais.

[illegible]

A nuvem de palavras gerada, figura 13), a partir da análise do Novo Regimento Interno do INES destaca termos como “acessibilidade”, “TILSP”, “educação”, “mediação”, “formação”, “política”, “institucional” e “organização”. A frequência desses vocábulos reflete a centralidade da acessibilidade como princípio norteador do documento, ao mesmo tempo em que evidencia o reconhecimento, ainda que genérico, da atuação dos Tradutores e Intérpretes de Libras e Língua Portuguesa como parte do processo educacional.

6. RESULTADOS e DISCUSSÃO

109

delineados no Capítulo 2. A discussão busca compreender, de forma crítica, as experiências, percepções e contradições que atravessam as práticas de interpretação no contexto da pós-graduação do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), evidenciando como as condições institucionais, políticas e pedagógicas impactam a atuação dos Tradutores e Intérpretes de Libras – Língua Portuguesa (TILSP) e a aprendizagem dos discentes surdos.

Os dados foram sistematizados a partir da metodologia previamente delineada, de natureza bibliográfica e documental. Mais do que descrever os achados, este capítulo interpreta os resultados à luz das referências teóricas discutidas nos capítulos anteriores, articulando-os à trajetória da pesquisadora e às implicações políticas e educacionais do campo, de modo a responder ao problema de pesquisa que questiona a responsabilização isolada dos TILSP pelas dificuldades enfrentadas no ensino superior.

As análises não pretendem oferecer respostas conclusivas, mas fomentar reflexões sobre as práticas institucionais, os atravessamentos éticos da mediação linguística e a urgência de políticas efetivas que garantam condições adequadas de trabalho e formação continuada para os TILSP na pós-graduação bilíngue.

A apresentação dos resultados será organizada por eixos temáticos que emergiram da triangulação dos dados: (1) visibilidade e invisibilidade da atuação dos TILSP; (2) planejamento e imprevisto nas práticas tradutórias; (3) a mediação como lugar de tensão e resistência; e (4) formação, reconhecimento e pertencimento. Cada eixo será discutido com base nos relatos dos participantes e nas implicações identificadas no cotidiano acadêmico.

6. 1 Discussão Teórico-Analítica dos Resultados

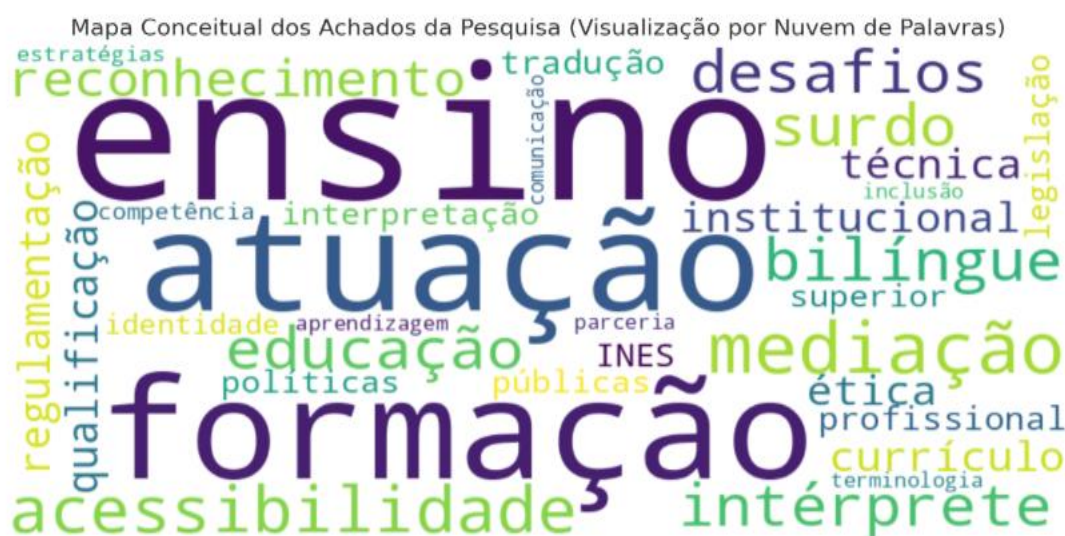
A análise dos cinco trabalhos selecionados, somada à leitura do Regimento Interno do INES, revelou um conjunto de convergências significativas acerca da atuação dos Tradutores e Intérpretes de Libras – Língua Portuguesa (TILSP) no contexto do ensino superior, especialmente no Departamento de Ensino Superior do Instituto Nacional de Educação de Surdos (DESU/INES).

De modo geral, os estudos analisados apontam para desafios recorrentes na atuação dos Tradutores e Intérpretes de Libras – Língua Portuguesa (TILSP) no ensino superior, sobretudo no que diz respeito à articulação entre mediação linguística e prática pedagógica. Observa-se uma fragilidade nas políticas institucionais de planejamento conjunto entre professores e intérpretes, além da ausência de reconhecimento formal do

papel dos TILSP como sujeitos coformadores no processo educativo. A falta de articulação prévia com os docentes, a escassez de glossários técnicos construídos colaborativamente e a invisibilidade da mediação como dimensão da acessibilidade pedagógica aparecem como pontos de tensão nos diferentes trabalhos analisados.

Como ilustração, a imagem a seguir sintetiza, por meio de uma nuvem de palavras, os principais conceitos, eixos temáticos e categorias emergentes ao longo das análises:

Figura 14 - Mapa Conceitual - Achados da Pesquisa



Fonte: Elaborado por IA - adaptação a partir dos achados da pesquisa (2025).

Dando continuidade à sistematização dos achados, após a visualização do mapa conceitual, figura 14, que destacou os principais eixos temáticos emergentes da análise dos trabalhos, torna-se necessário observar mais detalhadamente como cada uma das pesquisas examinadas contribui de forma singular e, por vezes, complementar, para a compreensão da atuação dos TILSP no contexto do ensino superior, especialmente no âmbito do INES. A seguir, apresenta-se uma tabela comparativa que sintetiza os principais objetivos, resultados, convergências e especificidades dos cinco trabalhos que fundamentam esta pesquisa. Essa organização visa não apenas facilitar a visualização dos pontos de interseção e de divergência entre os estudos, mas também evidenciar os caminhos metodológicos e teóricos trilhados por cada autor(a) na construção de seus argumentos.

Tabela 2 - Quadro comparativo – Trabalhos analisados

Autor / Ano	Objetivos	Resultados Principais	Convergências	Divergências / Pontos Específicos
------------------------	------------------	------------------------------	----------------------	--

Sousa (2017)	Analisar a atuação dos TILSP no DESU/INES por meio de observações e entrevistas com docentes e intérpretes.	Falta de planejamento conjunto; ausência de alinhamento entre intérpretes e docentes; necessidade de reconhecimento institucional da mediação.	Falta de articulação entre professores e TILSP; invisibilidade da atuação como prática pedagógica.	Foco específico no DESU/INES e no contexto institucional da época.
Lemos (2019)	Discutir os conflitos nas relações familiares e profissionais entre surdos e intérpretes, com base em narrativas.	Presença de conflitos marcados por práticas capacitistas, barreiras atitudinais e disputas de protagonismo.	Falta de compreensão do papel do TILSP; urgência de formação crítica e ética.	Ênfase nas tensões familiares, afetivas e sociais da mediação.
Rangel (2022)	Compreender a atuação dos TILSP no curso de Pedagogia Bilingue do INES com base na experiência situada da autora.	Falta de articulação entre professores e intérpretes; lacunas terminológicas; ausência de planejamento.	Demanda por reconhecimento da atuação como parte do planejamento pedagógico.	Ênfase no uso de glossários e termos técnicos; abordagem crítica situada.
Kelman & Antônio (2020)	Comparar o perfil dos TILSP da educação básica com os da educação superior.	Diferenças marcantes na formação, funções e exigências de atuação entre os níveis.	Invisibilidade institucional do TILSP e necessidade de formação continuada.	Análise comparativa entre contextos distintos da educação.
Lemos (2011)	Refletir sobre a atuação dos TILSP em sala de aula no contexto bilíngue.	A mediação precisa ser compreendida como prática pedagógica; importância do preparo e articulação com docentes.	Valorização do trabalho pedagógico dos TILSP; necessidade de formação ética.	Reflexão ampla e introdutória ao campo da interpretação educacional.

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

A sistematização apresentada no quadro 1 evidencia pontos de recorrência e tensionamentos entre os estudos analisados, permitindo delinear um panorama consistente sobre os principais desafios enfrentados pelos TILSP em contextos educacionais. No entanto, para além da comparação descritiva, é necessário aprofundar essa interlocução à luz de uma perspectiva crítica, identificando como cada trabalho contribui, em sua singularidade, para a compreensão ampliada do campo. É esse o movimento que se propõe no próximo subitem.

6. 2 Comparativo entre os trabalhos

A sistematização apresentada no quadro anterior oferece um panorama significativo das convergências e particularidades observadas nas pesquisas analisadas,

mas é na leitura interpretativa das entrelinhas que emergem aspectos mais profundos sobre a atuação dos TILSP no contexto do ensino superior bilíngue. Em todas as produções acadêmicas selecionadas, ainda que com diferentes recortes metodológicos e enfoques analíticos, destaca-se o lugar de tensão permanente entre reconhecimento e invisibilização da mediação linguística no ambiente educacional. Essa tensão se desdobra em múltiplas camadas: no planejamento pedagógico, nas relações institucionais, na formação profissional e no cotidiano da sala de aula.

De forma reiterada, os estudos apontam que a presença do intérprete não garante, por si só, a acessibilidade plena, sendo necessário compreendê-lo como parte integrante da dinâmica pedagógica e da construção do processo de ensino-aprendizagem. O reconhecimento legal da profissão, embora importante, não tem se traduzido em práticas institucionais robustas de valorização, acompanhamento e qualificação continuada dos TILSP, o que pode ser observado, inclusive, nas lacunas apontadas no Regimento Interno do INES, já analisado no capítulo anterior.

Outro ponto que atravessa os trabalhos é a fragilidade das relações colaborativas entre professores e intérpretes, seja por ausência de espaços sistemáticos de planejamento conjunto, seja pela pouca familiaridade de docentes com as especificidades da interpretação educacional em contextos bilíngues. Essa distância entre os agentes pedagógicos compromete a qualidade da mediação e, consequentemente, o acesso efetivo dos estudantes surdos aos conteúdos curriculares.

O estudo de Rangel (2022), por exemplo, ao destacar os desafios terminológicos enfrentados pelos TILSP no curso de Pedagogia Bilíngue do INES, explicita uma das faces mais críticas dessa problemática: a tradução de conceitos complexos sem diálogo prévio com os professores ou sem a existência de glossários contextualizados pode comprometer a clareza da informação repassada. Já Lemos (2011) e Kelman & Antônio (2020) sinalizam para a necessidade urgente de se considerar a mediação como um processo pedagógico, e não meramente técnico, atribuindo aos intérpretes um papel ativo na construção de sentidos, uma perspectiva que ainda esbarra em compreensões limitadas do seu fazer.

Por fim, o quadro também evidencia que, mesmo em estudos com objetos distintos (como os conflitos familiares, no caso de Lemos, 2019), as dificuldades comunicacionais e os atravessamentos capacitistas acabam por repercutir diretamente na atuação dos TILSP, indicando que o trabalho de mediação linguística é profundamente afetado pelas condições socioculturais e institucionais em que se insere.

Essa análise integrada permite compreender que os desafios enfrentados pelos TILSP não são pontuais nem isolados, mas atravessam uma estrutura educacional ainda pouco sensível à complexidade da educação bilíngue de surdos. O próximo subitem busca aprofundar essa leitura, ampliando o foco para as lacunas institucionais específicas identificadas no contexto do PPGEB/INES.

6. 3 O PPGEB e a Permanência dos Desafios da Graduação: Entre a Continuidade e a Complexificação

A criação do Programa de Pós-Graduação em Educação Bilíngue (PPGEB), em 2018, representou um marco institucional para o INES ao consolidar uma proposta formativa *stricto sensu* voltada à produção de conhecimento na área da educação bilíngue de surdos. No entanto, apesar da inovação que o programa representa, os desafios estruturais e operacionais identificados na graduação, especialmente no curso de Pedagogia com ênfase bilíngue, tendem a se manter, agora sob uma nova roupagem e com maior complexidade.

Essa constatação se evidencia quando observamos a composição das equipes envolvidas. O corpo docente do PPGEB é formado majoritariamente por professores do Departamento de Ensino Superior (DESU), conforme explicitado no Edital de Seleção nº 14/2025, o que demonstra a permanência de vínculos institucionais e de práticas acadêmicas anteriormente consolidadas na graduação. A continuidade também se manifesta na atuação dos Tradutores e Intérpretes de Libras – Língua Portuguesa (TILSP), já que o último concurso público realizado para o cargo no INES ocorreu em 2014, ou seja, antes mesmo da criação do mestrado. Além disso, a ausência de novos certames se justifica, em parte, pela vigência do Decreto nº 10.185, de 20 de dezembro de 2019 (Brasil, 2019), que extinguiu cargos efetivos vagos e vedou a realização de concursos para determinadas carreiras no serviço público federal.

Com isso, observa-se que os mesmos TILSP que atuavam na graduação foram alocados para atender às demandas do mestrado, sem que houvesse uma reestruturação formal da equipe ou um planejamento institucional específico voltado às necessidades do novo programa. A complexificação do conteúdo e das exigências acadêmicas no nível de pós-graduação *stricto sensu*, no entanto, requer um grau de preparação e articulação que extrapola os desafios previamente enfrentados.

A partir da análise institucional e da literatura especializada, é possível inferir que a ampliação da carga de trabalho e a ausência de políticas claras de apoio à atuação

dos TILSP impactam diretamente a qualidade da mediação linguística no contexto do PPGEB. Como observa Santiago (2013. p. 82), ao discutir as tensões enfrentadas por esses profissionais no ensino superior: “os intérpretes enfrentam, em seu cotidiano, problemas diversos decorrentes da ausência de políticas institucionais específicas, da sobrecarga de trabalho e da precariedade de condições para o exercício de sua função”.

Tal afirmação converge com os elementos observados nesta pesquisa, especialmente ao considerar a ausência de medidas institucionais que reconheçam e acompanhem a complexidade crescente das funções exercidas pelos TILSP no novo contexto. A ausência de uma estrutura diferenciada para o atendimento no PPGEB, seja em termos de organização de escala, formação continuada específica ou articulação com os docentes, evidencia uma transposição de práticas da graduação que, diante das exigências do mestrado, revela-se insuficiente.

Portanto, o que se observa é uma espécie de transposição vertical de desafios, ou seja, os mesmos problemas enfrentados na graduação foram, em grande medida, mantidos na pós-graduação, agora sob o risco de gerar impactos ainda mais significativos na formação dos discentes surdos e na qualidade da mediação linguística ofertada.

6. 4 Regimento Interno do INES: Normatizações e Distanciamentos

A leitura crítica do Regimento Interno do INES, aprovado pela Portaria Ministerial nº 1055, de 25 de outubro de 2024 (BRASIL, 2024), permitiu identificar diretrizes normativas que tangenciam a atuação dos TILSP, ainda que de forma indireta e genérica. Tais normativas, embora representem um marco institucional importante, revelam lacunas significativas quando confrontadas com as práticas cotidianas e os desafios enfrentados por esses profissionais, conforme demonstrado na análise documental dos estudos de Souza (2017), Lemos (2011, 2019), Rangel (2022) e Kelman, Antônio (2020).

No Capítulo II – Das Unidades Acadêmicas, observa-se a atribuição de responsabilidades aos setores acadêmicos no que se refere à promoção da acessibilidade. No entanto, não há detalhamento sobre como essa acessibilidade deve ser garantida na prática, tampouco orientações claras sobre o papel dos TILSP como agentes centrais desse processo. Tal ausência compromete a institucionalização de procedimentos que assegurem a atuação qualificada e contínua desses profissionais, especialmente em níveis de ensino mais complexos, como a pós-graduação *stricto sensu*.

O Capítulo III – Das Atribuições do Corpo Técnico-Administrativo define os TILSP como integrantes da carreira técnico-administrativa, reforçando seu vínculo funcional com o setor administrativo. No entanto, essa definição genérica desconsidera as especificidades da mediação linguística no contexto educacional bilíngue. Conforme destaca Rangel (2022), a ausência de regulamentações internas que articulem o trabalho dos intérpretes com os processos pedagógicos compromete o direito linguístico dos discentes surdos e amplia a vulnerabilidade desses profissionais em suas rotinas institucionais.

No Capítulo IV – Da Educação Bilíngue, a Libras é reconhecida como primeira língua dos estudantes surdos e a proposta de educação bilíngue é reafirmada. Contudo, não há menção explícita à atuação dos TILSP como parte integrante do processo educativo, tampouco se delineiam estratégias colaborativas entre intérpretes e professores. Essa lacuna reforça a tendência de invisibilização do trabalho dos TILSP nas práticas pedagógicas e nos espaços de tomada de decisão, conforme já evidenciado por Souza (2017) ao abordar a falta de reconhecimento institucional dos intérpretes no DESU/INES.

Por fim, o Capítulo VI – Dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação sinaliza a oferta de cursos bilíngues como uma diretriz institucional, mas não contempla medidas específicas de qualificação ou formação continuada para os TILSP que atuam nesses cursos. A ausência de dispositivos que normatizem a formação técnica e pedagógica desses profissionais contraria os princípios de uma educação bilíngue de qualidade e expõe um desalinhamento entre o discurso institucional e as práticas efetivas.

Esses distanciamentos normativos corroboram os achados desta pesquisa e reforçam o argumento de que, embora a acessibilidade linguística seja prevista no âmbito legal e institucional, sua implementação ainda depende de iniciativas individuais, da cultura organizacional e, muitas vezes, da militância dos próprios profissionais e estudantes envolvidos. O silêncio normativo em torno da atuação dos TILSP, especialmente na pós-graduação, evidencia a urgência de políticas institucionais que reconheçam a mediação linguística como componente indissociável do processo educacional bilíngue.

Tabela 3 - Comparativo entre as Normativas do Regimento Interno do INES e os Achados da Pesquisa

Capítulo/Artigo	Previsão Regimental	Achados da Pesquisa / Lacunas Identificadas
------------------------	----------------------------	--

Capítulo II – Das Unidades Acadêmicas	Determina o dever das unidades de promover a acessibilidade.	Não especifica como a acessibilidade será operacionalizada no trabalho dos TILSP. Faltam diretrizes práticas para sua atuação.
Capítulo III – Corpo Técnico-Administrativo	Define TILSP como parte do quadro técnico-administrativo.	Não reconhece as particularidades pedagógicas da atuação dos intérpretes em contextos bilíngues e acadêmicos.
Capítulo IV – Educação Bilíngue	Reconhece a Libras como L1 e propõe educação bilíngue.	Não explicita o papel dos TILSP na articulação pedagógica com os docentes. Invisibiliza o trabalho dos intérpretes na dinâmica de ensino-aprendizagem.
Capítulo VI – Graduação e Pós-Graduação	Reconhece a oferta de cursos bilíngues.	Ausência de medidas para formação continuada, qualificação ou regulamentação específica dos TILSP que atuam nesses cursos.

Fonte: Elaboração da autora com base no Regimento Interno do INES (Portaria nº 1055/2024), Souza (2017), Rangel (2022), Lemos (2011, 2019), Kelman & Antônio (2020).

O Quadro 2, apresentado ao final deste item, reúne de forma sistematizada os principais dispositivos do Regimento Interno do INES que dizem respeito à atuação dos Tradutores e Intérpretes de Libras – Língua Portuguesa (TILSP). Sua organização evidencia, de maneira clara, a lacunaridade do texto normativo no que se refere à mediação linguística enquanto prática pedagógica estruturante. Embora haja menções à acessibilidade, à educação bilíngue e à atuação dos profissionais técnico-administrativos, as diretrizes permanecem genéricas e insuficientes para garantir a efetividade da presença dos TILSP nos processos formativos, decisórios e institucionais da pós-graduação.

Diante das lacunas identificadas no Regimento Interno do INES, conforme sistematizado no Quadro 2, torna-se fundamental analisar como essas omissões se materializam na prática cotidiana da mediação interpretativa no Programa de Pós-Graduação em Educação Bilíngue (PPGEB). O item a seguir discute os tensionamentos vivenciados pelos TILSP, cuja atuação no stricto sensu se constrói na intersecção entre domínio técnico, agência linguística e resistência cotidiana. Trata-se de uma mediação que não apenas interpreta, mas agencia sentidos e reivindica, na prática, os princípios da política bilíngue que fundamenta o programa.

6. 5 A Mediação Tradutória e de Interpretação no PPGEB: Entre a Teoria e a Resistência

A atuação dos Tradutores e Intérpretes de Libras – Língua Portuguesa (TILSP) no Programa de Pós-Graduação em Educação Bilíngue (PPGEB) do INES evidencia um processo de mediação que transita entre o domínio técnico e a resistência cotidiana

diante de um cenário marcado por desafios estruturais. Os dados analisados no Capítulo 8 demonstram que os TILSPs são constantemente tensionados a desenvolver estratégias interpretativas que ultrapassam a simples conversão interlinguística, especialmente em contextos acadêmicos especializados, como bancas, disciplinas teóricas e seminários de pesquisa.

Nesse cenário, a interpretação demanda uma atuação refinada e flexível. A diversidade linguística dos estudantes surdos, bem como a complexidade dos conteúdos veiculados no *stricto sensu*, exigem do intérprete conhecimento das terminologias acadêmicas, domínio das estruturas da Libras e da Língua Portuguesa, e, sobretudo, sensibilidade para reorganizar e adaptar conceitos de forma acessível, sem comprometer sua densidade teórica. Tais exigências, longe de serem plenamente respaldadas por condições institucionais favoráveis, são frequentemente enfrentadas com base na experiência acumulada, na ética profissional e no compromisso com o direito linguístico dos discentes surdos.

Gomes e Valadão (2020) discutem essa dimensão da atuação dos intérpretes educacionais ao descreverem como os TILSPs se veem diante de decisões interpretativas/tradutórias que envolvem não apenas o conteúdo linguístico, mas também escolhas pedagógicas e éticas. A mediação realizada não pode ser padronizada, pois depende do perfil linguístico do estudante surdo, do conteúdo da aula, da metodologia do docente e da própria dinâmica interacional. Essa constatação dialoga com a realidade do PPGEB, em que os TILSP precisam realizar adequações constantes em sua prática, a partir da escuta atenta e do acompanhamento do desenvolvimento do discente surdo no percurso acadêmico.

Ainda segundo Gomes e Valadão (2020), a atuação do TILSP em contextos educacionais exige uma postura que articule competências técnicas com uma escuta sensível e uma prática ética discursiva. No caso do PPGEB, essas competências se tornam ainda mais exigentes diante da ausência de materiais acessíveis em Libras, da predominância da oralidade nos eventos acadêmicos e da limitada fluência em Libras de parte do corpo docente. Dessa forma, a mediação realizada pelos TILSP é atravessada por constantes decisões sobre o que enfatizar, como adaptar, quando expandir e até mesmo como negociar significados durante a interpretação.

Ainda que a pesquisa não tenha registrado diretamente a existência de diretrizes ou liberdades formais quanto à reorganização discursiva no contexto do PPGEB, os achados de Santiago (2013) ajudam a compreender os caminhos que os intérpretes

podem percorrer quando precisam adaptar conceitos complexos à estrutura visual-espacial da Libras. Como destaca a autora, “mesmo sem orientação formal, os intérpretes reorganizam a estrutura do discurso do professor, transformando-o em algo mais acessível ao estudante surdo, sem prejuízo ao conteúdo” (Santiago, 2013, p. 114). Isso evidencia que a prática interpretativa é, ao mesmo tempo, técnica e responsiva, marcada por escolhas conscientes e contextualizadas.

Essa compreensão da mediação como prática situada e responsiva também se evidencia quando se observa a experiência de alunas surdas em contextos de formação acadêmica bilíngue.

As tensões identificadas nesta pesquisa quanto à atuação dos Tradutores e Intérpretes de Libras no contexto da pós-graduação encontram ressonância em estudos que tomam como foco a perspectiva das próprias alunas surdas em contextos de formação acadêmica. O estudo de Souza, Campello e Andrade (2022), ao analisar o ponto de vista de alunas surdas em um curso de pós-graduação lato sensu no Departamento de Ensino Superior do INES, evidencia que a fragilidade da mediação linguística compromete diretamente os processos de ensino-aprendizagem.

As autoras demonstram que a ausência de planejamento pedagógico articulado, a limitada fluência em Libras por parte de docentes e a compreensão instrumental do papel do intérprete produzem um cenário no qual a responsabilidade pela acessibilidade recai, de forma recorrente, sobre os Tradutores e Intérpretes de Libras. As alunas surdas apontam dificuldades relacionadas à organização da sala de aula, à inadequação metodológica e à mediação insuficiente dos conteúdos acadêmicos, sobretudo em disciplinas que exigem maior abstração conceitual e domínio terminológico.

O estudo também revela que, embora a presença do intérprete seja reconhecida como necessária, ela não é suficiente para garantir uma experiência acadêmica bilíngue de qualidade. A falta de articulação entre docentes e intérpretes, associada à inexistência de políticas institucionais claras de acessibilidade linguística, resulta em práticas fragmentadas que impactam negativamente a participação e o desempenho das alunas surdas. Esses achados reforçam a compreensão de que a mediação linguística no ensino superior não pode ser concebida como uma ação individual ou técnica, mas como uma prática coletiva, institucionalmente sustentada e pedagogicamente planejada.

Portanto, a mediação por meio da interpretação predominantemente simultânea no PPGEb não se restringe a um exercício técnico, mas constitui-se como prática de resistência e coautoria. Resistência, porque os intérpretes atuam na sustentação da

permanência e da participação dos estudantes surdos em um espaço nem sempre preparado para recebê-los com equidade; coautoria, porque suas decisões interferem diretamente na construção de sentidos, na circulação de saberes e na efetivação da política bilíngue que fundamenta o programa. Essa atuação reafirma o lugar do TILSP como agente de mediação acadêmica, cujas escolhas são atravessadas por um compromisso ético com a linguagem, com a aprendizagem e com a presença surda no ensino superior.

Se, por um lado, a atuação interpretativa no PPGEB se revela como prática de resistência e agência linguística, por outro, ela também está diretamente condicionada às possibilidades de organização e articulação institucional. Assim, torna-se necessário examinar como o planejamento (ou sua ausência) entre docentes e intérpretes influencia a qualidade da mediação realizada, especialmente em contextos de alta densidade teórica e exigência discursiva, como os que compõem o cotidiano da pós-graduação.

É nesse ponto que se impõe a análise das condições institucionais que moldam essa mediação, em especial as práticas de planejamento conjunto entre docentes e intérpretes, tema que orienta a discussão a seguir.

6. 6 Planejamento Conjunto e Qualidade da Interpretação

No contexto da pós-graduação stricto sensu, como o do PPGEB/INES, a qualidade da interpretação simultânea realizada pelos TILSP é fortemente impactada pela falta de acesso prévio aos conteúdos e pela ausência de articulação sistemática entre docentes e intérpretes antes e durante os encontros formativos. A reprodução de práticas já observadas na Graduação, como o envio tardio de materiais ou a inexistência de espaços de planejamento conjunto, compromete a mediação linguística e torna o trabalho dos TILSP ainda mais desafiador.

Os dados apresentados no Capítulo 8 evidenciam que, ainda que essa articulação ocorra em alguns momentos, especialmente quando há docentes mais sensíveis à presença surda, o planejamento conjunto entre professores e intérpretes não é uma prática sistematizada institucionalmente. Essa ausência de estruturação compromete não apenas a fluidez interpretativa, mas também o direito linguístico dos discentes surdos a uma formação acessível, crítica e equânime.

A literatura da área tem apontado reiteradamente a importância do planejamento colaborativo como prática pedagógica que favorece o desempenho dos TILSP e amplia as condições de acessibilidade linguística no ensino superior. Cardoso (2017), ao

analisar a atuação dos intérpretes educacionais em instituições federais, salienta que a qualidade da mediação está fortemente condicionada ao conhecimento prévio do conteúdo, à previsibilidade dos gêneros discursivos envolvidos e à possibilidade de antecipar conceitos e terminologias. Quando essas condições não são asseguradas, o trabalho interpretativo passa a operar em regime de urgência constante, o que pode comprometer a densidade conceitual da mensagem na língua de chegada e acentuar desigualdades de acesso.

Os dados da presente pesquisa confirmam que o imprevisto, embora muitas vezes contornado pela experiência e pela sensibilidade dos TILSP, não deve ser naturalizado como parte da rotina interpretativa. A escassez de tempo para o estudo prévio, o recebimento tardio de materiais ou mesmo a ausência de informações sobre a estrutura das aulas, impactam diretamente a performance interpretativa. A atuação nesses moldes exige que os intérpretes realizem não apenas a interpretação em tempo real, mas também uma série de ajustes discursivos e inferências que extrapolam a neutralidade técnica.

Nesse sentido, o planejamento conjunto emerge não como um favor ou uma escolha pedagógica opcional, mas como um direito educacional dos estudantes surdos e uma necessidade profissional dos intérpretes. Quando há momentos prévios de alinhamento, com discussão de objetivos, leitura compartilhada de textos e esclarecimento de dúvidas terminológicas, a interpretação ganha em precisão, fluidez e coerência. Ainda que essa prática ocorra pontualmente no PPGEb, ela não é institucionalizada nem amparada por diretrizes claras da gestão acadêmica, o que evidencia um ponto crítico na consolidação da política de educação bilíngue no ensino superior.

A ausência de estrutura institucional para o planejamento conjunto entre docentes e TILSPs revela uma que compromete diretamente a efetividade da política de inclusão e da proposta bilíngue no PPGEb. É necessário reconhecer que a interpretação educacional simultânea exige condições de trabalho que vão além da presença física do profissional em sala: ela pressupõe diálogo, preparação, escuta e corresponsabilidade pedagógica entre os atores envolvidos no processo formativo.

Essa fragilidade institucional não se restringe à organização administrativa do trabalho interpretativo, mas reflete um problema mais amplo relacionado à formação e à atuação dos próprios docentes no contexto bilíngue. Como destaca Macedo, ao discutir as políticas linguísticas no ensino superior, “é necessário que os professores conheçam

mais sobre a língua e cultura surdas, também sobre educação bilíngue e sobre as políticas linguísticas do país” (MACEDO, 2016, p. 28). Essa constatação reforça a compreensão de que a mediação linguística não pode ser concebida como responsabilidade exclusiva dos Tradutores e Intérpretes de Libras, mas como um compromisso institucional que envolve diretamente a formação, a postura e a prática pedagógica dos professores ouvintes.

Frente a esse cenário, a qualificação do planejamento conjunto deve ser incorporada como prática sistemática, com respaldo institucional, tempo destinado na carga horária e reconhecimento em políticas internas. Tal medida não apenas beneficiaria a atuação dos TILSP, como também fortaleceria a qualidade da formação dos discentes surdos, reafirmando o compromisso do programa com uma educação verdadeiramente bilíngue, acessível e de excelência.

A ausência de planejamento conjunto, conforme discutido, compromete não apenas a fluência e a qualidade da mediação, mas também impõe ao intérprete desafios éticos contínuos. Diante da imprevisibilidade dos discursos e da responsabilidade de garantir o acesso equitativo ao conhecimento, os TILSP se veem frequentemente diante de decisões que extrapolam a técnica e envolvem escolhas discursivas delicadas. Nesse contexto, torna-se imprescindível refletir sobre a dimensão ética da interpretação e o papel ativo do intérprete na construção dos sentidos.

Figura 15 - Representação de mediação linguística



Fonte: Imagens Elaboradas pela autora através de IA (2025)

A ilustração desenvolvida sintetiza, figura 15, de forma simbólica, a complexidade da mediação tradutória, conforme analisado no item anterior. A intérprete posicionada como ponte entre o conhecimento acadêmico e o estudante surdo representa visualmente a ideia de uma atuação que vai além da técnica: trata-se de um corpo que escuta, interpreta, ressignifica e sustenta trajetórias. A mochila com livros e bússola remete à necessidade de preparo e direção, enquanto as mãos que formam a ponte evocam os múltiplos sentidos construídos a partir da Libras. Essa imagem corporifica a resistência cotidiana dos TILSP diante de estruturas pouco sensíveis à diversidade linguística e evidencia como a coautoria discursiva se concretiza a partir da escuta atenta e da reorganização estratégica do conteúdo. No entanto, mesmo com toda essa disposição profissional e ética, a mediação só se torna realmente eficaz quando amparada por condições institucionais adequadas. Assim, torna-se imprescindível refletir sobre o papel do planejamento conjunto entre docentes e intérpretes como elemento-chave para a qualidade da interpretação, especialmente em contextos de alta densidade teórica, como será discutido a seguir.

6. 7 Ética Interpretativa e Coautoria Discursiva

Em contextos acadêmicos complexos, como o da pós-graduação, a atuação do intérprete ultrapassa a dimensão técnica e assume contornos éticos e discursivos que desafiam a neutralidade e exigem decisões conscientes a cada enunciado mediado. No PPGEb, os dados analisados no Capítulo 8 revelam que, diante da ausência de políticas linguísticas institucionais consolidadas, da falta de planejamento conjunto e da descontinuidade no acesso aos conteúdos, os intérpretes assumem uma posição delicada e multifacetada: ao mesmo tempo em que devem preservar a fidelidade ao discurso do docente, precisam assegurar que esse discurso seja compreensível e acessível à realidade linguística e conceitual dos estudantes surdos. Essa tensão é vivida cotidianamente e revela que a mediação não pode ser compreendida como simples transferência de informações, mas como prática situada de construção de sentidos.

A literatura sobre ética na interpretação sinaliza que a pretensa imparcialidade do intérprete é, na verdade, uma ficção institucional. Para Wadensjö (1998), o intérprete age como um participante ativo da interação comunicativa, tomando decisões a partir de sua escuta, do contexto e das necessidades de seus interlocutores. Essa concepção afasta a ideia de neutralidade e revela o intérprete como coautor do discurso que media. A coautoria, nesse sentido, não implica em alterar o conteúdo original, mas em tomar

decisões enunciativas que assegurem sua inteligibilidade, uma prática que exige sensibilidade linguística, competência discursiva e, sobretudo, responsabilidade ética.

Essa coautoria torna-se ainda mais evidente quando o conteúdo apresentado pelos professores envolve estruturas abstratas, vocabulário técnico ou raciocínios desenvolvidos em sequência, sem pausas adequadas para a mediação. Nessas situações, o TILSP precisa reorganizar enunciados, adaptar metáforas, recorrer a exemplos visuais ou até antecipar conceitos com base no seu conhecimento sobre os gêneros discursivos acadêmicos e o percurso formativo dos discentes. Trata-se de um trabalho interpretativo altamente especializado, no qual a técnica está entrelaçada à escuta, à ética e à intencionalidade.

Cardoso (2019, p. 182) argumenta que “as decisões tradutórias são atravessadas por elementos éticos e políticos” e que a atuação do intérprete não se reduz à técnica, mas envolve “uma escolha pautada por valores”. Tais escolhas são particularmente complexas em contextos educacionais bilíngues, onde o intérprete precisa decidir não apenas o “como” dizer, mas o “o que” pode ou não ser priorizado para garantir a compreensão plena. A omissão de trechos menos relevantes, a reorganização do discurso ou a explicitação de sentidos não são desvios éticos, mas sim respostas éticas à necessidade de garantir justiça linguística e equidade de acesso ao conhecimento.

Quadros e Schmiedt (2006) também reforçam esse olhar ao destacarem que o intérprete educacional não é um “canal neutro”, mas um sujeito que interpreta a partir de sua formação, de sua experiência e de seu compromisso com a aprendizagem do estudante surdo. Essa atuação exige um posicionamento crítico frente às exigências institucionais, que nem sempre reconhecem a complexidade dessa mediação. Quando os intérpretes são alijados do planejamento pedagógico, como revelam os relatos analisados, suas decisões tornam-se ainda mais árduas e solitárias, e o risco de incompreensão aumenta.

O intérprete educacional não é um canal neutro de transmissão de mensagens. Ele atua como mediador entre diferentes sujeitos, culturas e línguas, e sua interpretação é influenciada por sua formação, experiência e compreensão das situações comunicativas (Quadros; Schmiedt, 2006, p. 19).

A análise de Rangel (2022) confirma o que Quadros e Schmiedt (2006) já apontavam: a atuação do intérprete educacional é atravessada por dimensões formativas e contextuais que inviabilizam a ideia de neutralidade. Quando o intérprete é excluído do planejamento pedagógico, sua tomada de decisão torna-se mais vulnerável às lacunas comunicativas e às ambiguidades do discurso docente, comprometendo a coerência da mediação. “O intérprete educacional deve participar do planejamento das

atividades pedagógicas, uma vez que sua atuação está diretamente relacionada às estratégias de ensino utilizadas pelo professor” (Quadros; Schmiedt, 2006, p. 21).

A ausência de integração entre docentes e intérpretes, evidenciada nos relatos de Rangel (2022), contraria a orientação de Quadros e Schmiedt (2006), que defendem a participação ativa do intérprete no planejamento das práticas pedagógicas. Essa exclusão reforça o isolamento profissional e amplia os riscos de rupturas na mediação entre professor e estudante surdo. “O trabalho do intérprete no contexto educacional exige preparo contínuo e um posicionamento ético diante das situações de sala de aula, que são dinâmicas e imprevisíveis” (Quadros; Schmiedt, 2006, p. 24).

Como ressaltam Quadros e Schmiedt (2006), a atuação do intérprete educacional demanda preparo contínuo e uma postura ética diante da complexidade das interações em sala de aula. A ausência de planejamento coletivo e de respaldo institucional descrita por Rangel (2022) intensifica esse desafio, evidenciando a necessidade de políticas formativas que reconheçam a natureza pedagógica e colaborativa da mediação.

A ética interpretativa, portanto, está na base de uma atuação que visa não apenas traduzir, mas construir sentidos possíveis, viáveis e pedagógica e linguisticamente adequados. Como aponta Sacks (2005), “a surdez não é um impedimento ao pensamento, mas o ambiente pode ser um obstáculo à sua expressão”. Nessa perspectiva, o intérprete atua como mediador dessa expressão, garantindo que os sentidos produzidos na oralidade possam encontrar forma inteligível na sinalização, e vice-versa, respeitando os limites e possibilidades de cada língua.

Essa prática de mediação sensível exige mais do que preparo técnico: requer comprometimento ético com a dignidade linguística do sujeito surdo, com sua trajetória acadêmica e com seu direito à aprendizagem em igualdade de condições. É na fronteira entre técnica, ética e escuta ativa que se inscreve a atuação dos TILSP no PPGE. Uma atuação que não pode ser reduzida a um código de conduta prescritivo, mas que deve ser permanentemente refletida, negociada e construída em diálogo com os sujeitos e os contextos que a atravessam.

6. 8 Síntese Interpretativa dos Resultados

A discussão empreendida neste capítulo evidencia que a atuação dos Tradutores e Intérpretes de Libras – Língua Portuguesa (TILSP) no PPGE/INES está atravessada por múltiplas camadas de complexidade. Questões estruturais, como a ausência de planejamento conjunto, a escassez de políticas linguísticas institucionais e a

precarização das condições de trabalho, somam-se a desafios éticos e pedagógicos que demandam uma mediação interpretativa sensível, crítica e constantemente negociada (Lacerda, 2009; Cardoso, 2019).

O exame dos dados revelou que as barreiras enfrentadas na pós-graduação não constituem fenômenos isolados, mas sim desdobramentos diretos de práticas já consolidadas na Graduação do INES. A presença recorrente dos mesmos profissionais, intérpretes e docentes, em ambos os níveis de ensino reforça a ideia de que os entraves identificados não decorrem exclusivamente das especificidades do *stricto sensu*, mas refletem uma lógica institucional mais ampla, marcada por tensões entre a proposta bilíngue e as condições efetivas de sua implementação (Skliar, 1998; Quadros, 2004).

Nesse cenário, a atuação dos TILSP se revela não apenas como prática técnica, mas como exercício político, linguístico e ético que exige escolhas discursivas fundamentadas e sensibilidade constante às singularidades dos sujeitos surdos. Como já advertia Albres (2015), a mediação educacional em contextos bilíngues carece de reconhecimento institucional não apenas no plano discursivo, mas também na garantia de condições estruturais que viabilizem sua efetivação. A ausência de políticas claras, de formação continuada e de mecanismos institucionais de apoio compromete não apenas a qualidade da mediação, mas também o direito à educação em uma perspectiva bilíngue plena.

Diante desse panorama, o próximo capítulo se propõe a refletir sobre as possibilidades estratégicas para a qualificação da mediação linguística no Ensino Superior, articulando os resultados da pesquisa às diretrizes legais vigentes e às proposições teóricas da área. Trata-se de um exercício propositivo, ancorado na realidade observada e voltado à construção de caminhos mais justos, equitativos e acessíveis no campo da educação de surdos.

6. 9 Possibilidades Estratégicas para a Qualificação da Mediação Linguística no Ensino Superior: A Quali-Estratégia aos TILSP.

As análises realizadas até aqui revelaram um conjunto de tensões que atravessam a atuação dos Tradutores e Intérpretes de Libras – Língua Portuguesa (TILSP) no contexto do PPGEB/INES. Essas tensões, enraizadas em desafios estruturais, pedagógicos, éticos e institucionais, não apenas limitam a efetividade da mediação linguística, como também comprometem o direito à educação bilíngue em sua integralidade.

Diante desse cenário, propõe-se a teorização do conceito de Quali-Estratégia aos TILSP, concebido como um modelo orientador da prática desses profissionais a partir de parâmetros qualitativos e interdependentes (pedagógicos, éticos, institucionais e linguísticos). Esse conceito enfatiza a mediação não apenas como tarefa comunicativa, mas como prática estratégica, situada e colaborativa, que visa ampliar a efetividade da tradução e da interpretação em contextos educacionais e assegurar o direito à educação bilíngue.

Definição sintética – Quali-Estratégia aos TILSP: Propõe-se o conceito de Quali-Estratégia aos TILSP, entendido como um conjunto articulado de dimensões pedagógicas, éticas, institucionais e linguísticas que orientam a prática tradutória e interpretativa no ensino superior. Inspirada em discussões sobre a complexidade da atuação do intérprete educacional (Gomes & Valadão, 2020; Albres & Rodrigues, 2018), a Quali-Estratégia reconhece que a mediação não se limita à transferência comunicativa, mas envolve escolhas conscientes e situadas. Do ponto de vista pedagógico, enfatiza-se a necessidade de coautoria entre docentes e intérpretes, conforme já apontado por Quadros (2004) e Santiago & Lacerda (2016). No eixo ético, incorpora-se a noção de alteridade como fundamento (Rosa & Monteiro, 2018), entendendo a ética como prática de responsabilidade na construção de sentidos. Em sua dimensão institucional, articula-se às políticas públicas de acessibilidade (Decreto nº 5.626/2005; Lei nº 12.319/2010; Lei nº 14.704/2023), destacando a corresponsabilidade das universidades e instituições pela permanência estudantil. Por fim, na esfera linguística, considera-se a diversidade dos perfis surdos e a necessidade de estratégias tradutórias flexíveis, como expansão, classificadores e convenção de sinais, amplamente discutidas na literatura recente (Gomes & Valadão, 2020; Albres, 2016).

Assim, a Quali-Estratégia aos TILSP constitui uma proposta autoral que organiza esses elementos dispersos em um referencial teórico-prático, capaz de qualificar a mediação linguística e de potencializar o direito à educação bilíngue em contextos de ensino superior.

Este capítulo, portanto, tem como objetivo apresentar possibilidades estratégicas que possam contribuir para a qualificação da mediação linguística no âmbito do DESU/INES, tomando a Quali-Estratégia aos TILSP como eixo estruturante, e considerando três dimensões centrais: (1) o fortalecimento das políticas institucionais de acessibilidade linguística; (2) a valorização da formação e do planejamento colaborativo

entre docentes e intérpretes; e (3) a consolidação de práticas éticas e sensíveis no exercício interpretativo em contextos acadêmicos.

Para tanto, dialoga-se com os dados empíricos da pesquisa, com os dispositivos legais que regulam a atuação dos TILSP, como o Decreto nº 5.626/2005, a Lei nº 12.319/2010 e a Lei nº 14.704/2023, e com autores que discutem a mediação linguística em perspectiva crítica, como Quadros (2004), Almeida (2021), Cardoso (2019), Souza (2017), entre outros.

Mais do que propor soluções fechadas, este capítulo pretende delinear caminhos possíveis, reconhecendo que a construção de uma mediação linguística qualificada, aqui conceituada como Quali-Estratégia aos TILSP, passa pelo compromisso institucional com a equidade e pelo reconhecimento do intérprete como agente fundamental para a efetivação de uma educação superior verdadeiramente bilíngue.

Nos tópicos a seguir, as tensões estruturais, éticas e institucionais já identificadas são revisitadas à luz desse novo conceito, evidenciando como a Quali-Estratégia pode oferecer caminhos para sua superação.

6. 9.1 Fortalecimento das Políticas Institucionais de Acessibilidade Linguística.

A ausência de políticas institucionais claras e efetivas voltadas à acessibilidade linguística no Ensino Superior tem sido um dos principais entraves à consolidação da educação bilíngue para surdos. No contexto do INES, essa lacuna se manifesta tanto na Graduação quanto na Pós-Graduação, como evidenciam os dados desta pesquisa. No PPGEb, os TILSP enfrentam desafios estruturais relacionados à falta de normativas internas que garantam, por exemplo, a entrega antecipada de materiais, o tempo necessário para preparo da interpretação simultânea, a participação em reuniões pedagógicas e o acesso a formações continuadas.

Embora exista a Lei nº 12.319/2010 (Brasil, 2010), que regulamentou o exercício da profissão de tradutor e intérprete de Libras, legislação que foi atualizada recentemente pela Lei nº 14.704/2023 (Brasil, 2023), que amplia a definição da função, incluindo o “guia-intérprete” e reforçando a exigência de formação técnica e/ou superior, com ênfase em qualidade técnica e ética profissional. Ainda assim, nem essa atualização garante, por si só, a implementação de normativas internas nas universidades e instituições de ensino, o que acaba por atribuir de maneira individualizada aos TILSP responsabilidades que deveriam ser sustentadas pela coletividade institucional.

Nesse sentido, o eixo institucional da Quali-Estratégia aos TILSP assume papel central, pois defende que a qualificação da mediação linguística requer o compromisso das instituições em estabelecer políticas claras, permanentes e articuladas. Assim, a Quali-Estratégia compreende o fortalecimento das políticas de acessibilidade como uma dimensão estruturante, capaz de garantir que a atuação dos intérpretes não dependa apenas de esforços pessoais ou da boa vontade de docentes isolados, mas se apoie em diretrizes institucionais sólidas e sustentáveis (Gomes & Valadão, 2020; Albres & Rodrigues, 2018)

O fortalecimento das políticas institucionais de acessibilidade linguística no PPGEB/INES poderia contemplar:

1. Regulamentação interna que defina claramente a atuação do TILSP em contextos acadêmicos, com previsão expressa no regimento ou em normativas institucionais;
2. Política de entrega racional de materiais didáticos, conteúdos e ementas com antecedência mínima, permitindo que os intérpretes preparem a interpretação simultânea;
3. Inserção dos TILSP como corresponsáveis no planejamento pedagógico junto aos docentes, assegurando coerência conceitual e terminológica;
4. Criação de instâncias permanentes (como comissões ou núcleos bilíngues) para monitoramento e aprimoramento contínuo da acessibilidade linguística no Ensino Superior presencial, com participação da comunidade surda e dos profissionais TILSP.

Essas iniciativas, concebidas sob a perspectiva da Quali-Estratégia aos TILSP, não apenas aprimorariam a qualidade da interpretação simultânea, mas também reafirmariam o compromisso institucional do INES, instituição de referência nacional na educação de surdos, com uma formação verdadeiramente bilíngue, ética e acessível, conforme previsto nas normativas recentes.

Assim, ao articular a dimensão institucional da Quali-Estratégia com as demais (pedagógica, ética e linguística), reafirma-se que a qualificação da mediação linguística depende tanto de políticas robustas quanto da valorização dos intérpretes como agentes educativos fundamentais no processo formativo.

6. 9.2 Valorização da Formação e do Planejamento Colaborativo.

A qualificação da mediação linguística no Ensino Superior passa, necessariamente, pela valorização da formação dos Tradutores e Intérpretes de Libras – Língua Portuguesa (TILSP) e pela consolidação de uma cultura de planejamento colaborativo entre esses profissionais e os docentes. No contexto do PPGEB/INES, os dados revelam que a ausência de espaços sistemáticos de planejamento conjunto compromete a fluidez da interpretação simultânea e gera sobrecargas cognitivas aos intérpretes, que muitas vezes precisam realizar escolhas lexicais e estratégias de adaptação em tempo real, sem acesso prévio ao conteúdo.

A formação dos TILSP, embora regulamentada pela Lei nº 14.704/2023 (BRASIL, 2023), que amplia a definição profissional e reforça a importância da qualificação técnica e ética, ainda carece de respaldo institucional efetivo, especialmente no que diz respeito à atualização continuada voltada para contextos acadêmicos. Como destaca Almeida (2021), a atuação do intérprete educacional exige mais do que fluência linguística: requer domínio das temáticas abordadas, familiaridade com o vocabulário técnico, conhecimento das metodologias docentes e alinhamento conceitual prévio com o corpo docente.

Cardoso (2019) reforça que “a atuação do intérprete educacional envolve uma construção conjunta de sentidos, sendo o planejamento prévio e o alinhamento terminológico com o docente etapas imprescindíveis para garantir o acesso efetivo do estudante surdo ao conhecimento”. No entanto, conforme se observa nas práticas relatadas em pesquisas anteriores, formações organizadas pelos próprios TILSP, ainda que potentes em conteúdo e intencionalidade, muitas vezes enfrentam esvaziamento de participação e baixa aplicabilidade prática. Tal fenômeno não necessariamente se explica por desinteresse dos profissionais, mas pode ser interpretado como reflexo de uma frustração recorrente: a de não poder implementar o que se aprende, devido às barreiras impostas pela dinâmica acelerada e pouco flexível do cotidiano institucional.

Essas iniciativas, quando não reconhecidas ou incorporadas pelas instâncias administrativas, perdem força política e pedagógica, comprometendo o impacto formativo e desmotivando a continuidade desses espaços autogeridos. Assim, é possível afirmar que a ausência de reconhecimento e de institucionalização das formações internas configura mais um elemento da precarização da atuação interpretativa no Ensino Superior.

A Quali-Estratégia aos TILSP, nesse eixo, compreende a valorização da formação e o planejamento colaborativo como dimensões estruturais e não opcionais. Isso significa reconhecer que a qualificação contínua deve estar integrada a um projeto institucional de acessibilidade bilíngue, com respaldo político, carga horária definida, certificação e aplicação prática. Do mesmo modo, entende o planejamento colaborativo não como concessão informal, mas como prática sistemática de coautoria, condição necessária para a construção de sentidos compartilhados em sala de aula (Quadros, 2004; Santiago & Lacerda, 2016; Gomes & Valadão, 2020)

Somente assim será possível construir condições reais para uma mediação linguística que respeite os direitos linguísticos da pessoa surda e promova, de fato, uma educação superior bilíngue e inclusiva.

O planejamento colaborativo deve ser entendido como uma dimensão indissociável da prática interpretativa e não como uma concessão eventual. Como defendem Quadros e Schmiedt (2006), o sucesso da educação bilíngue está diretamente relacionado ao compromisso institucional com o preparo, a escuta e o reconhecimento dos profissionais que viabilizam o acesso ao conhecimento em Libras. No caso do INES, consolidar essa prática exige não apenas vontade política, mas também coragem institucional para rever estruturas e priorizar a equidade.

Nesse sentido, ao alinhar a formação continuada e o planejamento pedagógico ao eixo pedagógico da Quali-Estratégia aos TILSP, reafirma-se que a valorização profissional é condição indispensável para a construção de uma mediação linguística qualificada, colaborativa e ética.

A valorização da formação e a criação de espaços para o planejamento colaborativo são, portanto, pilares fundamentais da Quali-Estratégia. No entanto, mesmo com avanços nessas áreas, a atuação dos TILSP continua atravessada por dilemas éticos cotidianos, especialmente em contextos de pós-graduação, nos quais a densidade conceitual e a autonomia dos discentes impõem desafios adicionais. Diante disso, torna-se essencial refletir sobre a dimensão ética da prática interpretativa e sobre a coautoria discursiva como eixo central da mediação em ambientes bilíngues, tema que será explorado a seguir.

6. 9.3 Consolidação de Práticas Éticas e Sensíveis na Interpretação Acadêmica.

A mediação linguística em contextos de pós-graduação, como os do PPGEB/INES, desafia os TILSP a atuarem em um cenário de alta complexidade, onde os conteúdos especializados, a linguagem acadêmica formal e a diversidade dos interlocutores exigem posturas interpretativas fundamentadas em decisões éticas, sensibilidade comunicativa e constante adequação situacional.

No âmbito da Quali-Estratégia aos TILSP, a dimensão ética é concebida como eixo estruturante da prática interpretativa, orientando escolhas tradutórias que não se reduzem à neutralidade, mas que se pautam na responsabilidade com o processo pedagógico e com a autonomia dos estudantes surdos (Rosa & Monteiro, 2018; Gomes & Valadão, 2020)

Essa perspectiva reforça que a ética, no contexto acadêmico, não se limita ao cumprimento formal de normas, mas se expressa na construção de sentidos compartilhados e na sensibilidade para lidar com as singularidades de cada situação comunicativa.

Em contextos de densidade teórica, como as aulas, bancas e orientações do *stricto sensu*, o intérprete torna-se, inevitavelmente, um coautor discursivo. Essa coautoria, embora não comprometa a fidelidade da mensagem original, revela-se na seleção de estratégias linguísticas, na organização sintática da língua-alvo e nas escolhas de vocabulário técnico. Como apontam Quadros e Schmiedt (2006), a interpretação envolve sempre uma mediação cultural e linguística, na qual o intérprete assume um papel ativo na construção de sentidos, ainda que essa atuação esteja muitas vezes invisibilizada pelo discurso da imparcialidade.

Cardoso (2019) destaca que a prática do intérprete educacional deve considerar não apenas os enunciados em si, mas também o contexto discursivo, a relação entre os interlocutores e a intencionalidade pedagógica que atravessa o ato comunicativo. Esse entendimento ético da interpretação ganha ainda mais relevância quando se consideram os contextos de avaliação e produção científica, nos quais a mediação realizada pelos TILSP pode impactar diretamente o desempenho dos discentes surdos. A omissão dessa dimensão, seja por despreparo institucional, seja por ausência de reflexão crítica, pode levar a prejuízos formativos irreversíveis.

A Quali-Estratégia, nesse eixo, compreende que a consolidação de práticas éticas exige reconhecer o intérprete como sujeito ético-linguístico, capaz de tomar decisões

conscientes e de se posicionar diante de dilemas tradutórios. Trata-se de legitimar atitudes como solicitar esclarecimentos, negociar terminologias com docentes ou sinalizar limites da interpretação, entendendo que tais ações não reduzem a qualidade do trabalho, mas, ao contrário, o qualificam (Albres, 2016; Almeida, 2021).

Outro ponto sensível diz respeito à confidencialidade e à exposição involuntária dos TILSP em ambientes acadêmicos. Quando intérpretes são submetidos a jornadas extensas, sem planejamento e com pouca ou nenhuma inserção nos processos pedagógicos, é comum que ocorram rupturas no fluxo interpretativo ou mesmo erros na mediação, que posteriormente são atribuídos exclusivamente ao profissional, sem considerar as condições institucionais que levaram a tal situação. Tais ocorrências, além de injustas, violam os princípios da ética profissional estabelecidos na Lei nº 14.704/2023 (Brasil, 2023), que prevê condições dignas de trabalho como um direito e não como um privilégio.

Sob essa perspectiva, é importante destacar que a sensibilidade na atuação interpretativa não deve ser confundida com paternalismo. Trata-se, na verdade, da capacidade de ler o contexto, de perceber nuances do discurso, de reconhecer o lugar de fala dos sujeitos surdos e de garantir que, dentro dos limites da profissão, a mediação preserve a autonomia e o protagonismo desses estudantes. Na perspectiva da Quali-Estratégia aos TILSP, a ética está intrinsecamente ligada à alteridade: interpretar não é apenas transpor palavras, mas viabilizar encontros entre sujeitos que constroem conhecimento por meio da linguagem, assegurando equidade e respeito mútuo.

6. 9.4 Por uma Mediação Comprometida com a Equidade Linguística.

As proposições desenvolvidas neste capítulo reforçam a ideia de que a atuação dos Tradutores e Intérpretes de Libras – Língua Portuguesa (TILSP) na pós-graduação não pode ser compreendida de forma dissociada das condições institucionais que a sustentam, ou, em muitos casos, que a limitam. O PPGEB/INES, ao mesmo tempo em que representa um marco na consolidação da educação bilíngue para surdos em nível *stricto sensu*, revela contradições importantes no que se refere à efetivação de políticas de acessibilidade linguística que assegurem, de fato, a participação plena dos estudantes surdos.

Ao longo dos três eixos aqui apresentados, evidenciou-se que o fortalecimento das políticas institucionais, o investimento contínuo na formação dos TILSP e o estímulo a práticas interpretativas éticas e sensíveis não são medidas isoladas, mas dimensões

interdependentes de um mesmo compromisso com a equidade. Essas dimensões, quando articuladas, configuram a Quali-Estratégia aos TILSP, proposta neste trabalho como um modelo teórico-prático que organiza a atuação dos intérpretes a partir de parâmetros qualitativos capazes de responder aos desafios da mediação linguística no ensino superior.

A Quali-Estratégia, ao reunir os eixos institucional, pedagógico, ético e linguístico, reafirma que a mediação acadêmica deve ser compreendida como prática colaborativa, situada e sensível, que exige corresponsabilidade institucional e reconhecimento dos intérpretes como agentes educativos centrais. Trata-se, portanto, de um conceito que não apenas descreve tensões, mas oferece um horizonte estratégico de ação, pautado na equidade e na garantia do direito à educação bilíngue.

Reconhecer a centralidade dos TILSP na mediação acadêmica e garantir-lhes condições adequadas de trabalho é, portanto, uma exigência ética, política e educacional. Cabe às instituições que se pretendem inclusivas o papel de transformar essa realidade, não apenas por meio de leis e documentos normativos, mas sobretudo por práticas concretas que respeitem as singularidades linguísticas, culturais e profissionais envolvidas no processo de ensino-aprendizagem de estudantes surdos.

Mais do que um encerramento, este item busca consolidar a Quali-Estratégia aos TILSP como um convite à reflexão e à ação coletiva. Ao propor um referencial autoral que organiza dimensões já discutidas na literatura (Quadros, 2004; Santiago & Lacerda, 2016; Gomes & Valadão, 2020; Albres, 2016; Almeida, 2021), reafirma-se que a qualificação da mediação linguística depende da integração entre teoria, prática e política institucional.

Após a exposição de eixos que apontam possibilidades concretas de aprimoramento da atuação dos Tradutores e Intérpretes de Libras – Língua Portuguesa no contexto da pós-graduação, especialmente no PPGEB/INES, este capítulo final propõe uma retomada crítica e ampliada das responsabilidades institucionais e sociais diante das barreiras ainda persistentes. Assim, a Quali-Estratégia aos TILSP não se encerra como conceito fechado, mas como horizonte em constante construção, aberto ao debate e à reelaboração coletiva, na busca por uma educação superior verdadeiramente bilíngue, inclusiva e equitativa.

Encerrando este capítulo, reafirma-se que a Quali-Estratégia aos TILSP configura uma contribuição autoral ao campo da mediação linguística em contextos acadêmicos, ao propor uma sistematização teórico-prática capaz de responder aos desafios

estruturais, pedagógicos, éticos e institucionais enfrentados pelos intérpretes no ensino superior. Mais do que um conceito descritivo, trata-se de uma ferramenta analítica e estratégica, que articula fundamentos da literatura existente e os dados empíricos desta pesquisa, projetando um horizonte de ação voltado à equidade linguística. Assim, a Quali-Estratégia pretende se consolidar como referência para pesquisadores, gestores, docentes e intérpretes, ampliando o debate sobre a inclusão e contribuindo para a efetivação de uma educação bilíngue que reconheça, valorize e potencialize a atuação dos TILSP.

6.9.5 Por uma Responsabilidade Compartilhada: Mediação, Política e Pesquisa em Movimento.

Após a exposição de eixos que apontam possibilidades concretas de aprimoramento da atuação dos Tradutores e Intérpretes de Libras – Língua Portuguesa (TILSP) no contexto da pós-graduação, especialmente no PPGEB/INES, este capítulo final propõe uma retomada crítica e ampliada das responsabilidades institucionais e sociais diante das barreiras ainda persistentes. Essa reflexão se ancora, sobretudo, no conceito de Quali-Estratégia aos TILSP, aqui proposto como referencial teórico-prático capaz de orientar tanto as políticas institucionais quanto os debates acadêmicos em torno da equidade linguística.

6.9.6 Compromissos Institucionais e a Urgência de Responsabilidade Coletiva.

Ao longo desta tese, foi possível evidenciar que a atuação dos Tradutores e Intérpretes de Libras – Língua Portuguesa (TILSP) na pós-graduação não se sustenta apenas na técnica ou na ética individual, mas está profundamente condicionada às estruturas institucionais que organizam, delimitam e, por vezes, silenciam o potencial da mediação linguística. No contexto do PPGEB/INES, os achados indicam que muitas das barreiras enfrentadas pelos intérpretes são extensões diretas das fragilidades presentes na graduação, replicadas sem a devida revisão de práticas e políticas.

Dessa forma, torna-se inadiável a assunção de uma responsabilidade compartilhada entre todos os atores institucionais, gestores, docentes, profissionais TILSP e formuladores de políticas públicas, no compromisso com uma educação bilíngue verdadeiramente acessível. Isso implica reconhecer que a mediação linguística não é um serviço periférico, mas uma dimensão estruturante do processo pedagógico, que requer planejamento, investimento e valorização profissional.

As formações continuadas, os espaços de diálogo entre intérpretes e docentes e a escuta qualificada das demandas dos estudantes surdos devem ser parte integrante da cultura institucional. Não basta criar mecanismos formais de acessibilidade; é preciso sustentá-los na prática, com coerência entre o discurso da inclusão e as condições reais de trabalho e aprendizagem oferecidas. Nesse sentido, o enfrentamento da precarização e do imprevisto ainda presentes na atuação dos TILSP é um dever ético que não pode ser delegado apenas aos profissionais da área.

Ao articular essas responsabilidades, a Quali-Estratégia aos TILSP se apresenta como horizonte que desloca a mediação linguística do campo do imprevisto para o da corresponsabilidade institucional, reafirmando que a equidade só se efetiva quando todos os atores compartilham do compromisso com a acessibilidade bilíngue

6.9.7 A Tese como Provocação Crítica e Horizonte de Possibilidades.

Mais do que apresentar um diagnóstico, esta tese se pretende uma provocação crítica. Ao sistematizar dados, articular fundamentos teóricos e escutar os silêncios institucionais, o estudo aponta para a urgência de se repensar a mediação linguística como prática pedagógica, política e relacional. Trata-se de lançar luz sobre aspectos muitas vezes naturalizados ou invisibilizados no cotidiano acadêmico, especialmente em espaços que se autodeclaram bilíngues, mas ainda operam segundo lógicas monoculturais⁷.

Como pesquisadora e intérprete, o percurso construído aqui não encerra uma discussão, mas a tensiona. Ao evidenciar os limites e contradições de um modelo de acessibilidade sustentado em práticas exaustivas, improvisadas e pouco dialogadas, propõe-se também um horizonte: o de uma mediação que reconhece a pluralidade dos sujeitos, valoriza os saberes construídos na prática profissional e se inscreve no campo da transformação social.

Nesse sentido, a Quali-Estratégia aos TILSP constitui-se como uma das contribuições desta pesquisa, não apenas como conceito teórico, mas como instrumento político e pedagógico que pode orientar práticas futuras e subsidiar a formulação de políticas institucionais mais sensíveis e efetivas.

Espera-se que as reflexões apresentadas possam colaborar com o avanço das pesquisas sobre a atuação dos TILSP na educação superior, especialmente no âmbito da pós-graduação, e que sirvam como subsídio para políticas institucionais mais

sensíveis às especificidades da educação bilíngue. Que esta tese, portanto, siga em movimento, como instrumento de denúncia, de proposta e, sobretudo, de esperança na construção de uma instituição mais justa, acessível e plural.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção desta tese partiu de inquietações concretas vividas no cotidiano acadêmico e profissional, especialmente no que se refere à atuação dos Tradutores e Intérpretes de Libras – Língua Portuguesa (TILSP) no contexto da pós-graduação. Ao eleger o Programa de Pós-Graduação em Educação Bilíngue (PPGEB), do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), como campo de análise, buscou-se iluminar as nuances e tensões que atravessam o fazer interpretativo em um espaço que se pretende referência na educação de surdos, mas que ainda reproduz desigualdades e barreiras herdadas da graduação.

Os dados analisados revelam que a mediação linguística nesse contexto é marcada por entraves estruturais, pedagógicos e éticos que comprometem não apenas o trabalho dos TILSP, mas, sobretudo, o direito dos estudantes surdos ao acesso pleno ao conhecimento. A ausência de planejamento coletivo, a precariedade das condições de trabalho, a fragilidade de espaços formativos e a invisibilização da atuação interpretativa como prática pedagógica contribuíram para a configuração de um cenário de tensões que impacta diretamente a qualidade da formação em nível *stricto sensu*.

Ao longo do percurso investigativo, os achados foram articulados à luz de referenciais teóricos da educação bilíngue, da acessibilidade linguística e dos Estudos da Tradução e da Interpretação em contextos educacionais. Esse diálogo permitiu compreender que os desafios enfrentados pelos TILSP no PPGEB não se configuram como situações isoladas, mas como manifestações de uma estrutura educacional ainda resistente à consolidação de práticas verdadeiramente inclusivas.

Mais do que diagnosticar problemas, esta pesquisa propôs caminhos possíveis. Foram delineados eixos propositivos que envolvem o fortalecimento das políticas institucionais, a valorização da formação continuada e a construção de práticas interpretativas sensíveis e comprometidas com a equidade. Nesse processo, foi formulada a Quali-Estratégia aos TILSP, proposta autoral que organiza essas dimensões em um modelo teórico-prático capaz de orientar políticas, práticas e pesquisas futuras na área da mediação linguística. Tais proposições reforçam a necessidade de uma responsabilidade compartilhada entre os diferentes atores institucionais e posicionam este estudo como provocação crítica para novos modos de pensar a mediação em contextos bilíngues.

Acredita-se que as contribuições desta tese ultrapassam os limites do PPGEB/INES. Ao abordar temas como ética, acessibilidade, formação e compromisso

institucional, este trabalho pretende lançar bases para reflexões mais amplas sobre o lugar dos intérpretes educacionais na construção de uma universidade e de instituições de ensino realmente acessíveis, plurais e inclusivas. Nesse horizonte, a Quali-Estratégia aos TILSP constitui um legado teórico e político que pode subsidiar tanto a revisão de práticas institucionais quanto a consolidação de novos referenciais de pesquisa no campo.

Nesse percurso de pesquisa, análise e escrita, parte dessas reflexões também foi ou será compartilhada com a comunidade acadêmica por meio de artigos científicos, aprofundando diferentes recortes temáticos e tensionamentos vivenciados. Entre eles, destacam-se:

- Mediação em Disputa: Desafios da Atuação de Tradutores e Intérpretes de Libras no Ensino Superior Bilíngue para Surdos (Contribuciones a las Ciencias Sociales);
- Entre Telas e Subjetividades: A Atuação de Intérpretes de Libras com Pessoas Surdas Neurodivergentes na Educação a Distância;
- Entre Toques e Saberes: a Libras Tátil e a Presença Ética dos Guia-Intérpretes com Pessoas com Surdocegueira;
- A Importância do Intérprete de Libras na Inclusão: Desafios, Impactos e Experiências da Assessoria Técnica em Manaus;
- Corpos que Ensinam: A Atuação dos TILSP como Estratégia Pedagógica no Ensino Bilíngue.

Essas produções reafirmam o compromisso com uma pesquisa engajada, situada e voltada à construção coletiva de conhecimentos que impactem diretamente a acessibilidade e a inclusão educacional de pessoas surdas.

8. CONCLUSÕES E TRABALHOS FUTUROS

Esta tese teve como objetivo geral analisar a atuação dos Tradutores e Intérpretes de Libras – Língua Portuguesa (TILSP) no Programa de Pós-Graduação em Educação Bilíngue (PPGEB) do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), evidenciando os entraves que atravessam a mediação linguística e seus efeitos na formação dos discentes surdos. Para tanto, adotou-se uma abordagem qualitativa, de caráter bibliográfico e documental, com análise de cinco produções acadêmicas, articuladas à experiência institucional do programa investigado.

Os resultados demonstram que as dificuldades enfrentadas no PPGEB reproduzem, em grande medida, desafios já observados na graduação do INES, tais como a ausência de articulação prévia entre docentes e intérpretes, o não compartilhamento de conteúdos com antecedência, o ritmo acelerado das atividades acadêmicas e a fragilidade do reconhecimento institucional do papel formativo dos TILSP no processo educativo bilíngue.

Os objetivos específicos foram plenamente contemplados, permitindo analisar criticamente a atuação dos TILSP, refletir sobre suas implicações na formação dos discentes surdos e discutir estratégias à luz da legislação vigente, em especial a Lei nº 14.704/2023. O diálogo com autores da área, como Lodi, Quadros, Gomes e Cardoso, fortaleceu a análise e garantiu consistência teórica às interpretações apresentadas.

A principal contribuição desta tese consiste na formulação do conceito de Quali-Estratégia aos TILSP, proposta autoral que organiza dimensões institucionais, pedagógicas, éticas e linguísticas em um modelo teórico-prático voltado à qualificação da mediação acadêmica. Essa proposição não apenas sistematiza práticas, mas inaugura um horizonte de ação capaz de subsidiar políticas institucionais, orientar práticas pedagógicas e fomentar novas pesquisas no campo da educação bilíngue.

As conclusões aqui apresentadas não encerram o debate. Ao contrário, apontam caminhos para investigações futuras e reforçam a urgência de que a formação continuada seja institucionalizada, valorizada e acompanhada de mudanças estruturais que viabilizem sua efetivação prática. Espera-se que este estudo contribua para o avanço dos Estudos da Tradução e da Interpretação em Libras e para a consolidação de políticas públicas e institucionais que garantam condições equânimes de aprendizagem para estudantes surdos no ensino superior.

Esta tese é, também, uma escuta atenta aos sujeitos que diariamente enfrentam as barreiras da incomunicabilidade institucional. Que suas experiências sigam ecoando em espaços de pesquisa, de decisão e de formação.

Mais do que respostas, esta tese pretende oferecer perguntas urgentes. Que sigamos investigando, provocando e construindo, em Libras, em Português, com corpo, gesto e escuta.

Epígrafe de encerramento:

Se traduzir é abrir caminhos entre mundos, interpretar é caminhar junto. Que a mediação seja sempre ponte, e nunca muro (autor desconhecido).

REFERÊNCIAS

ALBRES, N. **Intérprete Educacional: políticas e práticas em sala de aula inclusiva**. São Paulo: Harmonia, 2015.

ALBRES, N. A. **Estudos sobre os papéis dos intérpretes educacionais: uma abordagem internacional**. Revista Fórum, n. 34, p. 48–62, 2016.

ALBRES, N. A.; RODRIGUES, C. H. (2018). As funções do intérprete educacional: entre práticas sociais e políticas educacionais. **Revista Bakhtiniana**, v. 13, n. 3, p. 15–41, 2018.

ALFAIA, A. C.; FISS, D. M. L. **O Tradutor Intérprete de Libras – Português (TILSP) como pesquisador orgânico da terminologia**. *Letras*, n. 68, e85932, 2025. <https://doi.org/10.5902/2176148585932>

ALMEIDA, M. A formação do intérprete de Libras: desafios e perspectivas interdisciplinares. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 27, n. 1, p. 123-138, 2021.

ANDERSON, L. **Analytic Autoethnography**. Journal of Contemporary Ethnography, v. 35, p. 373-395, 2006.

ANTÔNIO, L. C. O.; KELMAN, C. A. **Convergências e divergências do perfil do TILSP na Educação Básica e Superior**. Linhas Críticas, v. 26, 2020. DOI: 10.26512/lc.v26.2020.26434.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. **Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 2005.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Capacitismo: o que é, como combater e por que é tão importante falar sobre o tema**. Brasília: MDHC, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2024/janeiro/capacitismo-o-que-e-como-combater-e-por-que-e-tao-importante-falar-sobre-o-tema>. Acesso em: 7 set. 2025.

_____. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. **Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 abr. 2002.

_____. Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010. **Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - Libras**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2 set. 2010.

_____. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

_____. Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021. **Altera a LDB para instituir a educação bilíngue de surdos como modalidade educacional.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 4 ago. 2021.

_____. Lei nº 14.704, de 27 de outubro de 2023. **Institui a Política Nacional de Educação e Ensino da Libras e atualiza a regulamentação da profissão de tradutor e intérprete de Libras.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 out. 2023.

_____. Portaria nº 1.055, de 25 de outubro de 2024. **Aprova o Regimento Interno do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES).** Diário Oficial da União, seção 1, p. 28, 2024.

_____. Decreto nº 10.185, de 20 de dezembro de 2019. **Extingue cargos efetivos vagos e que vierem a vagar dos quadros de pessoal da administração pública federal e veda a abertura de concurso público e o provimento de vagas adicionais para os cargos que especifica.** Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 157, n. 245, p. 5, 23 dez. 2019. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.185-de-20-de-dezembro-de-2019-233016214>. Acesso em: 27 jul. 2025.

BELÉM, V. M. G. de. **Intérprete de Língua de Sinais na Educação Profissional: Mediação Pedagógica e Construção de Sentidos.** 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

CALLAI, C.; RIBETTO, A. (Org.). **Por uma escrita acadêmica outra: ensaios, experiências e invenções.** Rio de Janeiro: Lamparina, 2016.

CAMPELLO, A. R. S.; CABRAL dos Santos, W. **Mapa conceitual: uma prática visual a ser construída na formação de professores bilíngue atuando com alunos surdos e não-surdos no ensino superior.** *Revista SCIAS Língua de Sinais*, v. 3, n. 2, 2025. Disponível em: <https://revista.uemg.br/sciasls/article/view/8470>. Acesso em: 4 jan. 2026.

CAMPELLO, A. R. e S; GRASSE DUARTE, R; LASTORINA DE ANDRADE, B. **Ponto de Vista das Alunas Surdas na Perspectiva Bilíngue em Construção: Pós-graduação Latu Sensu do departamento de Ensino Superior do INES.** *Communitas*, Rio Branco, v. 6, n. 13, p. 319–332, 2022. DOI: 10.29327/268346.6.13-24. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/COMMUNITAS/article/view/5904>. Acesso em: 4 jan. 2026.

CARDOSO, D. U. C. **Tradução e interpretação da Libras/Língua Portuguesa no ensino superior: relatos de tradutores/intérpretes e alunos surdos.** 2019. 161 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Linguagem) – Universidade Católica de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem, Recife, 2019.

CARDOSO, W. D. S. C. **Tradução e Interpretação de Libras: ética, política e práticas.** 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2019.

COSTA, R. S. **Tradução e interpretação de Libras no Brasil: formação, políticas e práticas de resistência.** 2024. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

FEBRAPILS. **Código de Conduta e Ética do Tradutor Intérprete de Libras e do Guia-intérprete de Libras**. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0B7ZxCOYQ0QJmTUdtZ2xIZHlqQ1U/view>. Acesso em: 21 set. 2021.

FARIAS, M. D.; OLIVEIRA, F. K.; CENCI, A. **Performance of the Brazilian Sign Language (Libras) interpreter translator in higher education: implications in the inclusive education discipline**. *Research, Society and Development*, v. 9, n. 1, p. e171911843, 2020. <https://doi.org/10.33448/rsd-v9i1.1843>

FERREIRA BRITO, L. A. A formação dos tradutores e intérpretes de Libras-Português: desafios e perspectivas. **Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL**, v. 12, n. 22, 2014. Disponível em: <https://www.revel.inf.br>. Acesso em: 27 jun. 2025.

FERREIRA, L. **Formação superior em Letras-Libras: identidade e desafios**. *Cadernos de Linguística Aplicada*, v. 18, n. 2, p. 89-104, 2021.

FRANCISCO, G. S. A.; RAMOS, J. C. M.; CASTRO JÚNIOR, G. de. **Tradutores-Intérpretes de Libras no contexto da educação de surdos: relação entre a conduta do profissional e aspectos linguísticos e extralinguísticos**. *PERcursos Linguísticos*, v. 12, n. 31, 2025. <https://doi.org/10.47456/pl.v12i31.38997>

GALASSO, B. B. et al. Processo de produção de materiais didáticos bilíngues do Instituto Nacional de Educação de Surdos. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 24, n. 1, p. 59-72, jan./mar. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-65382418000100006>. Acesso em: 01 mar. 2025.

GESSER, A. **Libras? Que língua é essa?** São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

GESSER, A. **Desafios e possibilidades na formação e atuação do tradutor e intérprete de Libras**. In: *Anais do Congresso Brasileiro de Linguística Aplicada*, 2009.

GESSER, A. Condições de trabalho e valorização do intérprete de Libras no Brasil. **Revista Educação e Linguagens**, v. 10, n. 2, p. 35-50, 2009.

GIL, A. C. **Como Classificar as Pesquisas?** Academia.edu, 2002.

GOMES, E. A.; VALADÃO, M. N. **Tradução e interpretação educacional de Libras–Língua Portuguesa no ensino superior: desdobramentos de uma atuação**. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, Campinas, v. 59, n. 1, p. 601–622, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/tla/article/view/8661399>. Acesso em: 07 de jul de 2025.

GONÇALVES, R. Rotatividade e condições laborais dos intérpretes de Libras: um estudo de caso. **Revista de Políticas Públicas**, v. 24, n. 1, p. 70-85, 2020.

HARAWAY, D. J. **Situated knowledges: The science question in feminism and the privilege of partial perspective**. *Feminist Studies*, v. 14, n. 3, p. 575–599, 1988.

INES. **Instituto Nacional de Educação de Surdos e os estudos da Tradução e Interpretação das línguas de sinais: atravessamentos históricos, educacionais e legislativos**. Rio de Janeiro: INES, 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS (INES). Programa de Pós-Graduação em Educação Bilíngue (PPGEB). **Edital de Seleção nº 14/2025 – Processo Seletivo para Ingresso no Mestrado Profissional**. Rio de Janeiro: INES, 2025.

Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1LDH2t7SsKsGszwQD2fcbmoNBAF6YcDkN/view>.

Acesso em: 27 jul. 2025.

JAKOBSON, R. **On Linguistic Aspects of Translation**. In BROWER, R.A. (Ed.) – **On Translation**. Cambridge: Harvard University Press, p. 232-239, 1959.

LACERDA, C. B. F. de. **O intérprete educacional de Libras-Português: o que a pesquisa tem mostrado**. In: LODI, A. C. B.; LACERDA, C. B. F. (org.). **Intérprete de Libras: Formação, Atuação e Pesquisa**. São Paulo: Plexus, 2012. p. 119-138.

LACERDA, Cristina P.
Intérprete de Libras: mediação e inclusão escolar.
Revista Cadernos de Educação, n. 41, p. 129–147, 2012.

LAGUNA, M. C. V. **Moralidade, idoneidade e convivência: discursos sobre as práticas dos repetidores de classe do INES no período de 1855 a 1910 que incidem na atuação profissional dos tradutores intérpretes de língua de sinais da atualidade**. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) – Programa de Pós Graduação em Educação Especial, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

LEMOS, G. S. **Narrativas de conflitos com alunos surdos e intérpretes de Libras nas relações com a família, escola e atividades profissionais**. 2019. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

LEMOS, G. S.; CARNEIRO, T. D. Fundamentos teóricos e epistemológicos das teorias funcionalistas da tradução: contribuições para os estudos da tradução e interpretação das línguas de sinais (ETILS). **Revista Espaço**, Rio de Janeiro, v. 55, p. 21-47, 2021. Disponível em: <https://seer.ines.gov.br/index.php/revista-espaco/issue/view/143>. Acesso em: 27 jun. 2025.

LEMOS, G. S.; CARNEIRO, T. D. **Panorama histórico de cursos de formação de tradutores-intérpretes de Língua Brasileira de Sinais/Língua Portuguesa**. *Revista Belas Infieis*, Brasília, v. 10, n. 2, p. 01–36, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/belasinfieis/article/view/33393>. Acesso em: 27 jun. 2025.

MACEDO, L. L. **Política linguística: instrução em Libras dos professores ouvintes**. *Revista Fórum – INES*, 2016. Disponível em: <https://seer.ines.gov.br/index.php/revista-forum/article/view/396>. Acesso em: 4 jan. 2026.

MARQUES, M. C.; OLIVEIRA, J. R. **Financiamento e condições de produção científica no Brasil: tensões e retrocessos.** Educação & Sociedade, v. 41, p. 1–18, 2020.

MONTEIRO, A. C. L. Corpo-narrativa: considerações a partir de um corpo que dança. Revista **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, São João Del-Rei, v. 6, n. 2, ago./dez. 2011.

NOGUEIRA, T. C. **Interpretação educacional LibrasPortuguês na educação bilíngue para surdos.** In: AMPESSAN, João Paulo; LUCHI, Marcos (Orgs.). **Formação de tradutores e intérpretes de LibrasPortuguês na Educação Básica**, vol. 1. São Paulo: Pimenta Cultural, 2025. p. 216–240.

OLIVEIRA, C. A. M. **Reflexões acerca do lugar discursivo do tradutor e intérprete de Libras e língua portuguesa.** Curitiba: Appris, 2022.

OLIVEIRA, J. A nova lei da profissão TILSP e seus impactos na prática profissional. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 30, n. 2, p. 245-260, 2023.

PEREIRA, M. Atualização curricular e práticas formativas para intérpretes de Libras. **Revista de Estudos da Tradução**, v. 12, n. 1, p. 55-72, 2020.

PEREIRA, M. C. L. **A mediação do intérprete de Libras na educação de surdos: reflexões sobre os sentidos da inclusão.** Cadernos CEDES, Campinas, v. 36, n. 99, p. 174-189, maio/ago. 2016.

PÖCHHACKER, F. **Introducing Interpreting Studies.** 2. ed. London: Routledge, 2016.

QUADROS, R. M. de. **Libras: estudos linguísticos.** São Paulo: Plexus, 2004.

QUADROS, R. M. de. **O tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa.** 2. ed. Brasília: MEC, 2004. v. 1.

QUADROS, R. M. de; SCHMIEDT, C. A. **Libras e a formação de tradutores e intérpretes: a construção de um campo profissional.** São Paulo: Plexus, 2006.

QUADROS, R. M. de; SCHMIEDT, M. H. **O intérprete de língua de sinais e o contexto educacional.** In: SKLIAR, C. (Org.). **Atualidade da educação bilíngue para surdos: interfaces entre pedagogia e linguística.** Porto Alegre: Mediação, 2006. p. 131–150.

RANGEL, J. W. N. **O tradutor intérprete de Libras no curso de Pedagogia Bilíngue do Instituto Nacional de Educação de Surdos: olhares e vivências, o bilinguismo em pauta.** 2022. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Bilíngue) – Instituto Nacional de Educação de Surdos, Rio de Janeiro, 2022.

Relatório de Gestão Do Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES – 2024 <https://drive.google.com/file/d/16VQ866UIKyV-XAr3jD7fMBDowy2Y5MkF/view> Acesso em: 27 jul de 2025.

ROCHA, J. L. O. **Atuação de tradutores intérpretes de Libras/Língua Portuguesa no Ensino Fundamental: reflexões a partir de vivências**. Dissertação (Mestrado em Diversidade e Inclusão) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021.

ROGÉRIO, G. S. **O conceito de liberdade segundo a Filosofia**. SóCientífica, 2022. Disponível em: <https://socientifica.com.br/o-conceito-de-liberdade-segundo-filosofia/>. Acesso em: 14 out. 2023.

ROSA, A. S & MONTEIRO, M. I. B. **Ética na interpretação da Libras-Português na sala de aula: alteridade como fundamento ético**. Publicado na revista Translatio, 2018.

SACKS, O. **Vendo Vozes: uma viagem ao mundo dos surdos**. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SANTIAGO, V. A. A. **Atuação de intérpretes de língua de sinais na pós-graduação lato sensu: estratégias adotadas no processo dialógico**. 2013. 167 f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) – Programa de Pós-Graduação em Educação Especial, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013.

SANTIAGO, V. A. A & LACERDA, C. B. F. **O intérprete de Libras educacional: o processo dialógico e as estratégias de mediação no contexto da pós-graduação**, publicado na revista Belas Infiéis, 2016.

SANTOS, S. M. A. O método da autoetnografia na pesquisa sociológica: atores, perspectivas e desafios. **Revista de Ciências Sociais**, v. 24, n. 1, p. 214-241, 2017.

SEGALA, L. L.; QUADROS, R. M. de. **Práticas tradutórias na produção de materiais didáticos em Libras: desafios e possibilidades**. Trabalhos em Linguística Aplicada, v. 54, n. 1, p. 13-32, 2015. <https://doi.org/10.1590/010318136553234525654>.

SILVA, A. A implementação da educação bilíngue de surdos no Brasil: desafios e perspectivas. **Revista Educação e Linguagens**, v. 15, n. 3, p. 121-138, 2022.

SILVA, T. C. da. **Intérpretes de Libras em contextos educacionais: desafios da prática profissional**. Cadernos Cedes, Campinas, v. 32, n. 87, p. 93-110, 2012. <https://doi.org/10.1590/S0101-32622012000100009>.

SILVA, F. A.; SCHWARTZMAN, S. A. **pós-graduação no Brasil: desafios e perspectivas**. Revista Brasileira de Pós-Graduação, v. 14, n. 1, p. 1–20, 2017.

SKLIAR, C. **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

SOUZA, S. A. das C. S. **A atuação do intérprete de Libras/Português educacional no Departamento de Ensino Superior do Instituto Nacional de Educação dos Surdos – DESU/INES**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-Graduação em Libras: Ensino, Tradução e Interpretação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

TEIXEIRA, V. L. S.; SOARES, E. C. **Tradutores intérpretes de língua de sinais/língua portuguesa e os conteúdos de ciências naturais.** *Revista dos Mestrados Profissionais*, v. —, p. —, 2024. <https://doi.org/10.51359/2317-0115.2024.259002>

TYMOCZKO, M. **Translation and Political Engagement: Activism, Social Change and the Role of Translators.** London: Routledge, 2007.

VENUTI, L. **The Translator's Invisibility: A History of Translation.** London: Routledge, 1995.

WADENSJÖ, C. **Interpreting as Interaction.** London: Longman, 1998.